

FERDINANDO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

METODOLOGIA DE CONTAS NACIONAIS

(Contribuição ao estudo da representatividade
da análise econômica, quando efetuada com ba
se nos Sistemas de Contas Nacionais)

Tese de Doutorado apresentada
ao Instituto de Filosofia e Ciên
cias Humanas da Universidade Es-
tadual de Campinas.

Campinas

1975

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

À Marlete

Para Maria da Conceição Tavares

PREFÁCIO

O início da minha vida profissional como economista e como professor é o início dos meus contatos mais aprofundados com a Contabilidade Social. O fato de que o espaço de tempo que me cabia para estudar a matéria era relativamente exíguo gerou duas conseqüências mais importantes: em primeiro lugar a necessidade de aprimorar o manejo de métodos e conceitos para dar aulas, a curto prazo, exigiu que essa atividade se tornasse essencialmente a-crítica. Tratava-se de assimilar, o mais rapidamente possível e com a segurança necessária para transmissão posterior, todo um conjunto conceitual e metodológico. A crítica a esse conjunto não poderia estar presente na medida requerida, naquele momento, porquanto não havia tempo e profundidade suficientes de leitura e porque aulas envolvendo crítica devem ser muito cuidadosamente preparadas para que não haja risco de prejudicar o essencial: precisamente a transmissão de conceitos e métodos.

Por outro lado, a assimilação (mesmo basicamente a - crítica) da matéria já colocava desde o início, para mim, certas interrogações e insatisfações que, com o passar do tempo e domínio mais amplo do assunto, se constituíam em permanente e progressivo desafio à minha capacidade intelectual.

Nada mais natural, pois, que a oportunidade surgida com a necessidade de realizar pesquisa na Universidade com vistas à elaboração de Tese de Doutorado fosse aproveitada para investigar conceitos e métodos relativos à Contabi-

lidade Social, desde um ponto de vista crítico.

Certamente, percorri caminho difícil. Agora que apresento aqui o trabalho desses últimos anos, é necessário constatar que sem apoio intelectual e institucional, sem a discussão frutífera com colegas de Universidade, esse caminho não teria sido percorrido. Procurarei fazer justiça, pois, àqueles que me forneceram suporte moral, material e intelectual para que esse trabalho frutificasse. Mesmo aceitando o risco de cometer injustiça não salientando nominalmente todos aqueles que — de uma ou de outra forma — contribuíram com o seu quinhão para que o presente trabalho esteja arrematado, aqui e agora. Aceito pecar por injustiça, simplesmente porque seria impossível citar a todos — tantos os que me apoiaram. Certamente, seria necessário levar a cabo outra pesquisa para remediar tal injustiça e demonstrar explicitamente a todos minha gratidão.

Agradeço publicamente, em primeiro lugar, a João Paulo de Almeida Magalhães. Desde os primeiros passos do trabalho, dele recebi apoio, estímulo e manifestações de generosidade e independência intelectuais que constituem característica marcante da sua personalidade.

Sou grato a todos os companheiros do Departamento de Economia e Planejamento Econômico, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Dentre eles, na impossibilidade de evitar a "injustiça" aludida linhas acima, cito nominalmente os colegas de mais longo tempo de luta comum. A Carlos Lessa, Carlos E. N. Gonçalves, Eolo Pagnani, João Manuel Cardoso de Mello, Jorge Miglioli, Osmar Marchese, Roberto M. Ruiz de Gamboa e Wilson Cano, meus sinceros agrade-

cimentos.

A Antonio Castro e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo devo especial gratidão pela leitura paciente dos originais em sua fase preliminar e, sobretudo, pelas críticas e sugerções que, uma vez assimiladas, enriqueceram o conteúdo deste trabalho. A João Manuel Cardoso de Mello e a Wilson Cino devo, sobretudo, o apoio moral e material que se tornaram indispensáveis na fase de arremate deste documento.

Referência absolutamente especial merece o nome de Maria da Conceição Tavares, a quem essa Tese é dedicada. Retidão de caráter, estatura intelectual e solidez cultural são atributos de Maria da Conceição sobejamente conhecidos por todos quantos privam do seu convívio. No meu caso particular, já me acostumara às suas extraordinárias qualidades pelo tempo em que trabalhara junto a ela, desde o início mesmo de minha vida profissional. No entanto, é no âmbito desta Tese que mais valeu o convívio intelectual com Maria da Conceição Tavares. Durante a estruturação mesma do Plano de Trabalho e na leitura e crítica da redação final, foi possível contar com seu apoio e estímulo, caracterizando participação que reputo da mais fundamental importância. O que não me impede — como de praxe, aliás, mas não menos verdadeiramente — de assumir plena responsabilidade por eventuais lacunas que possam ser observadas ao longo do texto.

Minha mais profunda gratidão ao Professor Zeferino Vaz. A inscrição para doutoramento, minha permanência na Universidade, manifestações desinteressadas de apoio a meu trabalho intelectual foram — e continuam a ser — asseguradas e concedidas. Registro aqui então, com especial ênfase,

esse penhor de gratidão.

A Marlete, meu reconhecimento pela paciência com que soube suportar aquilo que, talvez, pudesse ser denominado "neurose de elaboração da tese".

Campinas, maio de 1975

Ferdinando de Oliveira Figueiredo

CONTEÚDO

Página

Prefácio	
Introdução	1
I - Apresentação	9
Cap. 1 - A necessidade de medida sistemática	9
Cap. 2 - O Sistema de Contas Nacionais, tal como pro- posto pelas Nações Unidas, em 1952	24
2.1. O conteúdo das Contas	24
2.2. A articulação nas Contas	28
2.3. A abordagem analítica nas Contas	32
Cap. 3 - O Sistema de Contas Nacionais do Brasil ...	48
II - Crítica	55
Cap. 4 - A crítica ao SCN-1 enquanto sistema de re- presentação da produção	55
4.1. O conceito de produção	57
4.2. O conceito de capital	79
4.3. O conceito de agentes de produção ...	96
Cap. 5 - A crítica interna ao SCN-1	107
5.1. Os agregados e seu relacionamento....	107
5.2. A análise de curto-prazo	119
5.3. A ênfase absoluta nas categorias de De- manda	128
5.4. O contexto nacional	136
Cap. 6 - Aspectos críticos principais no Sistema de Contas Nacionais do Brasil	147
6.1. Proposição e realização	147
6.2. Vulnerabilidade na medida	155
III - Conclusões	166
Bibliografia	171
Anexo I - Sistema de Contas Nacionais, contas "standard", proposto pelas Nações Unidas em 1952 (SCN-1)	
Anexo II - Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCNB)	

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo investigar a adequação dos Sistemas de Contas Nacionais, tais como concebidos e propostos originalmente pelas Nações Unidas em 1952 ¹, à finalidade precípua de se constituírem na principal ferramenta quantitativa para os propósitos de análise econômica.

Esse objetivo declarado pode parecer demasiado ambicioso. E é. Impõe-se pois precisar aqui, nesta Introdução, os limites que nos propomos alcançar com referência a esse alvo, bem como delinear os contornos metodológicos que nortearam a feitura do documento.

Em primeiro lugar, convém registrar a aceitação crescente e o uso generalizado dos esquemas de registro propostos pelas Nações Unidas em 1952 como base articulada para a denominada "análise macroeconômica" em termos nacionais. São os Sistemas de Contas Nacionais a versão empírica do marco de referência conceitual e metodológico que configura, pois, o lastro para o raciocínio especulativo apoiado em informações de natureza quantitativa: medidas de Produto e Renda Nacionais, de categorias de Demanda Final, estimativas de Poupança e Investimento, indicadores da evolução do Produto Real, etc. Assim, o estudo da representatividade desse ti-

¹ Cf. Nações Unidas - Un Sistema de Cuentas Nacionales y Correspondientes Cuadros Estadísticos. Estudios de Métodos. Serie F. nº 2, New York, Nações Unidas, 1952. A articulação das Contas é apresentada no Anexo I do presente trabalho.

po de raciocínio analítico deve ser orientado desde logo, naturalmente, para o núcleo articulado e original que se representa no esquema proposto pelas Nações Unidas, em 1952. E, por essa razão, o estudo aqui apresentado remete, especificamente, às categorias, conceitos e articulações características desse esquema.

Poder-se-ia objetar que as próprias Nações Unidas se encarregaram de propor reformulações desse esquema e o substituíram, efetivamente, por outro ². E este outro deveria ser, então, o objeto do estudo que procuramos desenvolver. A objeção não deve ser acolhida por duas razões: em primeiro lugar, as alterações em relação ao esquema de 1952 não invalidam a natureza das articulações e conceitos ali apresentados, no que concerne ao núcleo do sistema articulado. Em segundo lugar, e talvez mais importante, é ainda o esquema original que se reflete na estrutura dos Sistemas de Contas Nacionais montado no Brasil, nos dias presentes.

Pareceu-nos apropriado, desta maneira, dirigir o foco de atenção principal para o sistema originalmente proposto pelas Nações Unidas, em 1952. E, levando em conta o raciocínio contido no parágrafo anterior, estender as considerações analíticas para o caso específico do Brasil. No entanto, as limitações de espaço e tempo incontornáveis quando

² Cf. Naciones Unidas - Un Sistema de Cuentas Nacionales, propuesta para la revisión del SCN, 1952, E/CN. 3/320. Nações Unidas, Comissão de Estatística, mimeo, 1965. Ver, também, as publicações complementares das Nações Unidas: Proyecto de informe, ST/ECLA/Conf. 22/L.5. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT/Oficina de Estadística, mimeo, 1965; Adaptación de las propuestas de revisión del SCN para los países de América Latina, ST/ECLA/Conf. 22/L.2. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT/Oficina de Estadística, mimeo, 1965.

da elaboração da presente Tese impuseram-nos a alternativa de:

- a) Circunscrever a análise ao verdadeiro núcleo das articulações dos sistemas de Contabilidade Social. Acreditamos não ser necessário elaborar outra tese para demonstrar que a articulação nuclear está contida no primeiro conjunto de seis contas "standard" propostos pelas Nações Unidas em 1952. Desta maneira, o estudo aqui contido remete, diretamente, aos conceitos e articulações características desse sistema. Esse fato, entretanto, não invalida as conclusões do trabalho aqui apresentado uma vez que essas conclusões — tanto na parte de análise conceitual como metodológica — podem ser aplicadas, na sua quase totalidade, ao conjunto de representações articuladas de Contas Nacionais ³.
- b) Não aprofundar, como poderia ser considerado mais desejável, a análise do Sistema de Contas Nacionais do Brasil do ponto de vista da precisão das cifras. Trata-se, aqui, de uma "exigência" operacional: dadas as informações disponíveis acerca de cobertura e métodos, um estudo extenso e sério a esse respeito ultrapassaria de muito os limites de espaço e tempo fixados para a elaboração do presente trabalho. Isto porque seria necessária toda uma pesquisa exaustiva, sobretudo encetada indiretamente, para avaliar o grau de precisão das cifras para o conjunto do

³ Valendo fazer constar que algumas das limitações observadas ao longo do nosso trabalho são, em parte, contornadas pela inclusão de quadros complementares àquele sistema e por ocasião da proposta de reformulação das Nações Unidas. No entanto, todas essas limitações são aplicáveis ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Sistema de Contas. No entanto, vale repetir que toda a parte de análise conceitual e metodológica empreendida para o Sistema "standard" proposto pelas Nações Unidas cabe de corpo inteiro para o caso do Brasil. E, ainda, que algumas considerações específicas — do ponto de vista conceitual e metodológico, e no que se refere também a exatidão e precisão — são apresentados no presente documento.

Nestas condições, julgamos de melhor alvitre iniciar o trabalho com uma primeira parte, que designaremos por Apresentação. Este título deve ser interpretado como uma colocação do problema. O objetivo aqui, no que corresponde ao Capítulo 1, consiste em demonstrar a necessidade de informações quantitativas sistemáticas e articuladas dos fenômenos econômicos, que culminariam nos Sistemas de Contas Nacionais. Paralelamente, pretende-se demonstrar que a forma de articulação desses Sistemas não é casual. Ao contrário, decorre precisamente da necessidade de informações quantitativas sobre a realidade, necessidade essa historicamente determinada e em condições de colocar como lastro empírico um, e não outro, conjunto de conceitos articulados de certa maneira. No Capítulo 2, pretende-se esmiuçar o conteúdo do Sistema de Contas "standard" proposto pelas Nações Unidas, bem como a natureza dessa articulação. Ou seja, pretende-se delimitar os contornos conceituais dos agregados macroeconômicos objeto de medida periódica, em cada uma das Contas, assim como demonstrar a maneira pela qual estão ligados entre si, seja no interior de cada Conta, seja no conjunto do Sistema "standard". Na parte final do Capítulo, apresenta-se o desdobramento natural desta colocação: tipos de raciocínio analítico

macroeconômico possibilitados pelo uso do Sistema tomado como um todo.

Finalmente, no Capítulo 3 desta Apresentação, O Sistema de Contas Nacionais do Brasil é caracterizado, essencialmente, como uma adaptação do conjunto "standard" analisado no Capítulo anterior. Objetiva-se demonstrar que o trabalho de elaboração do Sistema de Contas brasileiro constitui-se, na prática, num aprimoramento de métodos de medidas relacionadas a fenômenos econômicos, bem como num aprimoramento do trabalho de coordenação dessas medidas.

Já a segunda parte da Tese aqui apresentada é dedicada à Crítica. E, inicialmente, à crítica do Sistema de Contas "standard" proposto pelas Nações Unidas, em 1952. Julgamos preferível iniciar a análise crítica pela própria base do sistema, isto é, pelo exame dos conceitos que servem de suporte à articulação. Ou seja, aqui trata-se de efetuar crítica de natureza externa. Assim é que, no Capítulo 4, pretendemos analisar a representatividade do sistema articulado como um todo, questionando essa representatividade relativamente ao próprio conceito de produção ali assumido. Trata-se, pois, de realizar crítica transcendental ao sistema, questionando categoria externa a ele e que fornece a base sobre a qual se assenta toda a estrutura articulada. Algo assim como formular uma pergunta do seguinte tipo: assumido esse conceito de "produção", categorias que em virtude disso estão ausentes da representação articulada inibem o alcance explicativo do sistema? Ou: aquilo que não é articulado no sistema, e que poderia (ou deveria) ser interpretado como "produção", pode ser considerado fundamental para o alcance

interpretativo de sistemas articulados? Essa apreciação crítica do conceito de produção leva, necessariamente, a considerações analíticas acerca do próprio conceito de capital, uma vez que se trata da montagem de sistema de registro de produção capitalista. O objetivo, aqui, consiste em demonstrar que a imprecisão conceitual no que tange ao significado do "capital" desemboca, naturalmente, na imprecisão relativa ao conceito de "acumulação de capital" (associado ao de "investimento"); e que isto tem implicações decisivas no raciocínio possibilitado pela articulação dos Sistemas de Contas Nacionais. E, logo em seguida, a atenção é voltada para o conceito de agentes da produção, procurando demonstrar que a associação do conceito de capital a coisas, univocamente, resulta numa "classificação de entidades" também imprecisa.

No Capítulo 5, efetua-se crítica interna ao sistema. A análise aqui é deslocada para o estudo da representatividade das contas "standard" tendo em vista, em primeiro lugar, a natureza das articulações. Quer dizer, trata-se de examinar criticamente a representatividade de jogar com as próprias articulações, procurando buscar as principais limitações que oferece esse tipo de raciocínio — o qual se exemplificara, em linhas gerais, na parte final do Capítulo 2. O alcance interpretativo do sistema é confrontado, a seguir, com as preocupações teóricas do tipo keynesiano que deveriam se constituir no centro de referência das medidas, vale dizer: análise de curto prazo e relevância dos fenômenos monetários e financeiros. Ou seja, aqui trata-se de investigar em que medida a articulação responde às questões teóri—

cas essenciais que supostamente motivaram sua própria concepção. Ainda, subsequentemente, confronta-se a articulação do sistema levando em conta que repousa ela totalmente sobre categorias de Demanda e, porisso, não leva em conta categorias de Oferta. Na parte final desse Capítulo, o sistema articulado em seu conjunto é analisado do ponto de vista do contexto territorial em que a medida se estabelece. As considerações tecidas nesse ponto procuram testar a representatividade da articulação nas condições atuais da produção capitalista, levando-se em conta o peso crescente das denomina—das empresas "multinacionais". Coloca-se, aqui, pergunta do tipo: as questões atuais colocadas pela predominância crescente do oligopólio atuante em várias nações simultaneamente podem ser analisadas a partir de representações numéri—cas limitadas ao escopo de uma nação?

O Capítulo 6 é dedicado à análise do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Inicialmente, procurando verifi—car até que ponto foi possível reconstituir o tipo de articu—lação recomendado pelas Nações Unidas e investigando as principais conseqüências derivadas dessa circunstância. A análise é colocada aqui, pois, em outro nível. Não se dis—cute mais a relevância maior ou menor das contas "standard " propostas pelas Nações Unidas. O que se procura, nesse pon—to, é demonstrar a impossibilidade de se estabelecer aque—la interpretação dos fatos econômicos que seria compati—vel com o sistema das Nações Unidas, e que perda de al—cance interpretativo é conseqüência disto. Na segunda parte deste Capítulo pretende-se tecer consideração, de maneira

bastante geral, sobre as principais deficiências observadas no processo de medida e de agregação, no que concerne a cobertura e métodos. Essas considerações se estabelecem, como afirmamos, de maneira bastante geral, em virtude das limitações já apontadas nas linhas iniciais desta Introdução. Essas limitações de espaço e tempo, por seu turno, prejudicaram a continuação por nossa parte de um esforço de pesquisa já iniciado por outros, aos quais em todo caso remetemos ⁴.

A parte final da Tese aqui apresentada e responde, naturalmente, à indicação das principais conclusões a que chegamos após enveredar pela crítica aos Sistemas de Contas Nacionais, quando referidos ao conjunto de contas "standard" propostos pelas Nações Unidas, em 1952.

⁴ Cf. Suzigan, W. - "Contas Nacionais do Brasil, conceitos e metodologia", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 3, nº 2, junho de 1973, e a resposta dos técnicos da Fundação Getúlio Vargas: Zerkowski, R.M. - "Contas Nacionais do Brasil - conceitos e metodologia", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 4, nº 1, fevereiro de 1974. Veja-se, ainda: Cavalcanti, C.V. - "Uma avaliação estimativa de renda e produto do Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 2, nº 2, dezembro de 1972 e Bacha, E. L. - "Algumas dificuldades de interpretação de dados sobre a indústria nas Contas Nacionais", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 1, nº 2, dezembro de 1971.

I - A P R E S E N T A Ç Ã O

Capítulo 1: A necessidade de medida sistemática

Se o conhecimento da informações quantitativas atinentes aos fenômenos econômicos é elemento importante para a compreensão da realidade, um passo adiante no mesmo sentido constitui a elaboração de métodos que possibilitem a mensuração em caráter sistemático. Vale dizer, a repetição periódica de tentativas de quantificação econômica, mediante adoção de metodologia conscientemente montada para esse propósito, permite medir grandezas de igual conceito ao longo do tempo, em intervalos regulares. Precisamente devido a esta última circunstância, torna-se possível estimar a variação das grandezas ao longo do tempo. Ou seja, este procedimento permite quantificar situações de crescimento econômico ao longo do tempo.

No que se refere à adoção simultânea dessa mensuração sistemática, por parte de distintos países e na suposição de que as grandezas econômicas objeto de medida possuam o mesmo significado conceitual ou, pelo menos, na hipótese de que essas grandezas em princípio deveriam ser de igual conceito — o resultado da mensuração permite ao investigador enveredar pela comparação

interespacial (ou, se preferido, pela comparação internacional)⁵.

As pesquisas de Kuznets⁶, no terreno da investigação quantitativa dos indicadores de crescimento econômico, constituem um exemplo concreto que comprova a afirmativa anterior. A aceitação geral que merecem as análises por ele encetadas — fato que conferiu o caráter de trabalho "clássico" a essas investigações — consubstancia a maneira pela qual aqueles que se dedicam à denominada "análise macroeconômica" reconheceram a utilidade dos métodos de mensuração da atividade econômica, quando empreendidos em caráter sistemático.

Por outro lado, julgamos ser possível assumir que o exame da evolução dos métodos de mensuração das grandezas econômicas evidencia, objetivamente, a proporção em que a produção desses métodos responde, historicamente, a novas necessidades de interpretação teórica que se colocam. Em outras

⁵ Vale considerar que, ao nível de abstração em que o raciocínio está colocado, foram propositalmente deixados de lado inúmeros problemas que dizem respeito a possibilidade de se concretizar, na prática, esse tipo de comparação. Assim é que são aqui ignorados os problemas relativos a conversão de valores medidos em moedas distintas em uma única unidade monetária, o problema de eliminar o efeito da inflação sobre os valores medidos a preços correntes, etc. No entanto, cabe verificar que ao "nível de abstração zero" — isto é, na execução concreta da tarefa — esses problemas se transformam, de secundários, em absolutamente essenciais, de acordo alias com Yanovsky (Cf. Yanovsky, M. - Anatomy of Social Accounting Systems. Gillingham, Chapman and Hill, 1969, Cap. I, p. 11, item 2).

⁶ Cf. Kuznets, S. - Aspectos quantitativos do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Forense, 1970. Ainda, do mesmo autor, Teoria do Crescimento Econômico Moderno. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, além das várias obras do autor não traduzidas para o português (notadamente, National Income and its Composition, 1919-1938. New York, National Bureau of Economic Research, 1941):

palavras, é o surgimento de novas preocupações teóricas que parece motivar o desenvolvimento metodológico no campo da mensuração econômica. Ainda, reputamos justo associar as modificações que ocorrem nas grandes linhas de investigação teórica — ou, o que é o mesmo, as alterações de ênfase em termos de problemática teórica — à evolução nas próprias características da produção econômica. Vale dizer, afirmamos que — no fundo — são as modificações nas características da produção que colocam problemas novos a serem interpretados mediante utilização de ferramentas teóricas apropriadas às novas situações. Daí o caráter "ideológico" que assume o pensamento teórico em economia, do ponto de vista desenvolvido por Meek ⁷, e que, a nosso ver, se apresenta mais afirmativamente, todavia, em ocasiões de "rupturas" nas grandes linhas (ou escolas) do pensamento econômico — uma vez que as modificações profundas nas características gerais da produção, afetando com intensidade as posições conquistadas por distintos grupos sociais, e estimulando o surgimento de linhas interpretativas que necessariamente devem

⁷ Cf. Meek, Ronald L. - Economia & Ideologia, O Desenvolvimento do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, parte III, cap. 12, pp. 252 e seguintes.

O Capítulo é dedicado ao estudo do processo de seleção entre "ideologia" e "ciência", no que tange às dificuldades atinentes ao processo.

Cabe ressaltar que Meek comenta a tese de Schumpeter (desenvolvida em "History of Economic Analysis"), segundo a qual "... o esforço humano para entender os fenômenos econômicos produz, melhora e derruba estruturas analíticas em uma sequência interminável".

Deve ser esclarecido, enfaticamente, que o nosso próprio ponto de vista desenvolvido no texto não se apoia no raciocínio de Schumpeter o qual, precisamente, procura retirar a influência ideológica na aquele processo. Pelo contrário, pretendemos demonstrar que, objetivamente, problemas novos colocam a necessidade de desenvolvimento teórico novo e — neste último — o impacto ideológico não está ausente.

guardar vínculo com uma ou mais das posições adquiridas — definem mais ou menos explicitamente, consciente e/ou inconscientemente esse caráter "ideológico".

Dessarte, quanto mais apoiada na evidência factual, mais enfática a "defesa de tese", maior o lastro "científico" da postulação alternativa, maior a distância aparente da sua formulação explícita ao conteúdo "ideológico". Ainda, é o desenvolvimento da técnica de aferição estatística que permite, também, conhecer mais rapidamente os aspectos quantitativos manifestados pelos fenômenos econômicos, além do fato de que permite ampliar o campo de investigação em amplitude e profundidade. Desse modo, uma circunstância aliada à outra pode explicar a razão pela qual é de aceitação sempre mais geral a medida sistemática dos fenômenos econômicos, inserida em esquemas articulados que pretendem — em última instância — traduzir em comprovações empíricas aqueles fenômenos privilegiados em essencialidade pela abstração teórica.

Uma breve reconstituição, em linhas muito gerais, da evolução histórica dos métodos utilizados para a medida dos conceitos "macro-econômicos" (bem como da própria modificação nos conceitos essencialmente objeto de medida) possibilitaria exemplificar as afirmativas constantes dos parágrafos anteriores.

Poder-se-ia afirmar, por exemplo, que ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX — evidentemente em traços muito largos e ressaltando a imprecisão dos limites — a característica fundamental no que tange à evolu—ção da atividade econômica é a afirmação do capitalismo in-

dustrial enquanto atividade emergente, naqueles países que lideravam essa evolução. E que, paralelamente, afirmou-se como linha de interpretação teórica de aceitação geral aquela que passou a ser conhecida como "Teoria Clássica"⁸. Poder-se-ia afirmar, também, que a preocupação teórica fundamental residia, aqui, na investigação acerca da geração de valor e -- no que mais nos interessa -- na investigação acerca do montante gerado como valor (ou, se preferido mas com as necessárias ressalvas, como Renda Nacional) e na interligação dessa magnitude com a distribuição da mesma "em termos de relação entre classes"⁹. Ainda, é possível verificar que, nesse período, as tentativas esparsas e localizadas de medida da atividade econômica como um todo se orientaram, de um modo geral, para a mensuração da Renda Nacional, prolongando pois a utilização de métodos já postos em prática desde o século anterior¹⁰.

Acrescentaríamos que, enquanto perdura o período da

⁸ A expressão aqui designada por "Teoria Clássica" corresponde a todo um conjunto conceitual e metodológico não necessariamente homogêneo do ponto de vista da apresentação individual por parte dos distintos teóricos que os apresentaram. Corresponde ao conjunto caracterizado por Marx como "Economia Política Clássica" (de Petty a Ricardo, na Inglaterra, e de Boisguillebert a Sismondi, na França), tal como assinalado por Meek (Op. cit., parte III, cap. II, p. 232) em função, precisamente, da posição semelhante tomada pelos pensadores clássicos, no que concerne ao escopo e método da Economia Política.

⁹ Cf. Meek, R.S., Op. cit., parte I, cap. I, pp. 26 e 27 "et passim".

¹⁰ Cf. Barre, R. - Économie Politique. Paris, Presses Universitaires de France, 1959, 3ª edição, tomo I, Introdução Geral, título III, sub-título III, capítulo II, pp. 220/221. Veja-se, também, Yanovsky, Op. cit., cap. I, p. 7.

afirmação peremptória e consolidação do capitalismo industrial, como característica marcante do modo de produzir nas áreas citadas, ou seja, em largos traços desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a abordagem teórica se bifurca através da ruptura definida pela crítica marxista — de um lado — e pela "revolução" — neoclássica ¹¹, de outro lado.

E, em se tratando de um período de extraordinário desenvolvimento da capacidade produtiva nas economias em tela, associado esse fato com a violenta disjuntiva "marxismo x neo-classicismo" (ou valor objetivo x valor subjetivo) que caracteriza o período, caberia considerar que o engajamento ideológico — explícito do lado marxista e implícito no neo-classicismo — polariza o que de melhor se produzia no terreno teórico e faz esmaecer o desenvolvimento generalizado de métodos novos para a mensuração da atividade econômica. Ou seja, a crítica marxista enfatizava, essencialmente a denúncia do capitalismo enquanto sistema e produzia sobretudo análise crítica — apoiada em categorias não diretamente mensuráveis à vista de informação empírica existente, ou aproveitando as informações disponíveis para corroborar as conclusões teóricas derivadas de uso daquelas categorias. De outra parte, a postura ideológica implícita no pensamento

¹¹ O termo "revolução" neo-clássica é aqui referido no fato de que, como alternativa à crítica marxista apoiada na teoria do valor objetivo "clássico", os teóricos neo-clássicos (sobretudo os marginalistas em primeiro lugar) promovem substituição radical no instrumental teórico, rompendo totalmente com o conceito de valor objetivo e impondo em toda a linha raciocínio teórico estritamente fundado sobre a concepção subjetiva do valor.

neo-clássico, preocupado substancialmente com aquelas categorias teóricas necessariamente não-mensuráveis — porquanto subjetivas — não poderia consubstanciar porisso mesmo motivação suficiente para desenvolver metodologia aplicada à medida dessas categorias (e correspondentes conceitos) . Mas ... como o desenvolvimento capitalista se desenrola de maneira cíclica, surge toda uma nova metodologia empiricista, destinada a produzir "indicadores" conjunturais de molde a possibilitar a previsão de inversão de ciclos ¹².

Porém, aquilo que de fato impulsionou mais fortemente a elaboração de métodos mais abrangentes e articulados de medida da atividade econômica é a denominada 'Grande Depressão' dos anos 30, subsequente à crise de 1929 (para a qual não caberia explicação teórica de acordo com a interpretação neo-clássica), e que propiciou carga de desafio interpretativo suficiente para produzir a ruptura teórica imposta por Keynes ¹³.

¹² Metodologia essa que se reflete, de maneira mais conspícua, no assim denominado "barômetro de Harvard": conjunto de indicadores conjunturais produzido pelos pensadores engajados naquela Universidade e que se propunha colocar, para os que se interessavam pelos fenômenos cíclicos, a hipótese de uma inversão conjuntural, durante a década dos 20.

¹³ Valendo notar que a força do desafio interpretativo produziu, quase simultaneamente, mas com anterioridade, diagnóstico na mesma linha por parte de Kalecki. Como afirma Joan Robinson:
 "Pendant ce temps, une attaque bien plus sérieuse de la théorie de l'équilibre était préparée par Keynes. Il n'était pas difficile de voir que dans la vie réelle la liberté du marché ne garantit pas l'équilibre — la preuve en était alors la crise de l'économie mondiale — mais l'on mit longtemps à s'apercevoir où se situait l'erreur dans la théorie et à esquisser une nouvelle approche. Michael Kalecki écrivait en polonais et nous était alors inconnu mais pour l'essentiel sa solution est la même que celle de Keynes. Sa version de 'la Théorie générale' était moins riche que celle de Keynes mais d'un certain point de vue plus cohérente. Il traitait à la fois de la concurrence imparfaite et de la demande effective et établit le fondement d'une théorie de la répartition qui est exposée dans ce livre."
 (Of. Robinson, Joan — Heresies Economiques. Essais sur quelques problèmes démodés de théorie économique. Paris, Calmann-Lévy, 1972. Preface de l'édition française, p.9. Sobre o mesmo assunto, Joan Robinson se manifesta ainda em Economic Philosophy. Bungway, Penguin Books, 1970, p.89, e em "Kalecki and Keynes", in Problems of Economic Dynamics on Planning. Essays in honour of Michel Kalecki. Varsovia, PWN, 1964, pp.335/341).

O que passa a existir, então, é o reconhecimento explícito de que é necessário conviver com as crises — de insuficiência de Demanda Agregada, segundo a terminologia keynesiana — aliado esse fato à aceitação generalizada de que cabe ao Govern^o, através do privilégio do exercício da política econômica, papel estratégico absolutamente fundamental no que concerne à reativação da Demanda Efetiva. Como afirma Anibal Pinto:

"La segunda (etapa) implica una crítica más profunda porque lleva implícita la tesis de que el mecanismo providencial (mecanismo de mercado) padece de ciertas debilidades intrínsecas, que se manifiestan no puramente en algunos "excesos" anti-sociales sino que en una cierta incapacidad para asegurar el empleo pleno y estable de los recursos humanos y materiales del sistema económico. La postulación de esta tesis toma cuerpo en Europa y EE.UU. en los años 20 y 30 y es reconocida oficialmente en la legislación económica que se gesta en la segunda guerra mundial. En este caso, como es fácil apreciar, se trata de algo más que de corregir consecuencias de la operación del mecanismo de mercado. Está envuelta en verdad la intención de modificar su funcionamiento, ejerciendo influencia desde fuera y sobre él" ¹⁴.

Assim, pois, passa-se reconhecer — não sem relutância — que determinadas manifestações inibidoras não são meramente fortuitas ao funcionamento daquelas economias objeto de análise e sim, pelo contrário, constituem características intrínsecas a esse funcionamento.

No que mais de perto interessa às idéias ora desenvolvidas no presente documento, importa mais que tudo assi-

¹⁴

Pinto, A. — Curso de Programación. Rio de Janeiro, CEPAL/DOAT/BNDE, mimeo, 1962, pp. 6/7 (os parêntesis são nossos).

nalar o fato de que a assim denominada "Revolução Keynesiana" produziu, na sua esteira, motivação teórica e ideológica suficiente para produzir também, de outra parte, todo um arcabouço metodológico, interligado e apoiado na estrutura Keynesiana, que se constituiu em não menos importante revolução nos procedimentos destinados à mensuração dos fenômenos econômicos. Afirmamos, pois, que o pensamento keynesiano — indissoluvelmente ligado a categorias de ação (portanto, de síntese) e, mais, de ação governamental, que ao mesmo tempo gera as condições de montagem de esquemas articulados (aos conceitos keynesianos) para a medida da atividade econômica (segundo os conceitos keynesianos) — bem como torna premente a aceitação da atribuição da montagem desses esquemas por parte de organismos governamentais¹⁵. Portanto, a nosso ver, é a aceitação geral da interpretação keynesiana que, "eo ipso", motiva a construção e apressa a subsequente montagem de nova metodologia aplicável à mensuração sistemática e articulada dos fenômenos econômicos.

Desse ponto de vista, pois, é que a nosso juízo deve ser apreciada a proposta formulada pelas Nações Unidas, em 1952, sugerindo aos países membros da Organização a adoção conjunta de um esquema articulado de medida para os fe

¹⁵ Valendo ressaltar a observação de Yanovsky acerca do caráter keynesiano dos Sistemas de Contas Nacionais e, além disso, do propósito principal da elaboração desses registros: ajudar as autoridades governamentais na formulação da política econômica (Cf. Yanovsky, M. Anatomy of Social Accounting Systems, Op. cit., pp. 10/11):

nômenos econômicos — designado Sistema de Contas Nacionais — que incorpora de maneira interconectada aqueles conceitos privilegiados pela interpretação teórica de Keynes.

Cabe notar, aliás, que foi o próprio Keynes em pessoa aquele que concebeu as primeiras tabelas de Contas Nacionais articuladas pelo método de partidas dobradas:

"Keynes was very sceptical of econometrics (it is by no means certain that the work done in the last twenty years would have laid his doubts); but it was he who made the new statistical work possible. In "How to Pay for the War" he used the first National Income tables set out in the Modern manner by double entry, in a knock-up which Erwin Rothbarth made for him, and under his influence the method was officially accepted and is now universally established" ¹⁶.

Ou, ainda:

"Cumpro mencionar, também, o grande impulso que êle (Keynes) deu para compilação das estatísticas da economia nacional, não só encorajando pesquisas independentes neste campo, antes da Segunda Guerra, como também, pondo esse trabalho em função na Repartição Central de Estatística da Grã-Bretanha, durante aquela guerra" ¹⁷.

Vale perceber, no entretanto, que a aceitação — não sem relutância, repetimos — das teses de desequilíbrio de Keynes é adaptada ao seu contrário (ou seja, a situação de

¹⁶ Robinson, Joan - Economic Philosophy. Op. cit., p. 74 (a parte sublinhada é nossa).

¹⁷ Harrod, R. - "Retrospecto sobre Keynes (1963)", in Lekachman, R. (Coordenador) - Teoria Geral de Keynes, Trinta Anos de Debates. São Paulo, IBRASA, 1968, Segunda Parte, p. 151 (as partes entre parêntesis e sublinhadas são nossas).

equilíbrio) na medida em que se passa a raciocinar, em termos de política econômica, com os conceitos medidos nos Sistemas de Contas Nacionais. É que, muito embora o termo "Economia Política" tenha sido banido da terminologia "científica" na época pós-marginalista (e substituído, pois, pela expressão "Ciência Econômica", de conotação política obviamente neutra), o caráter político (e social) dos fatos econômicos força a reentrada pela janela quando se trata de agir, politicamente, sobre a realidade sócio-econômica. E nessas condições, a postura daqueles que procuram interpretar situações históricas desde um ponto de vista a-histórico, ou seja, daqueles que se perguntam como deixar intocadas as relações de propriedade e de produção que caracterizam determinadas situações presentes, se orienta naturalmente para a busca de uma perspectiva de equilíbrio. Daí as representações algébricas de "equilíbrio geral" que fluem da utilização prática dos Sistemas de Contas Nacionais e que, para alguns, associam-nos mais pertinentemente à visão neo-clássica. No entanto, vencidas situações de desequilíbrio fundamentalmente concebidas no curto-prazo, o próprio Keynes encampava a postura neo-clássica, de acordo com o que ele próprio escreveu:

"Nossa crítica da teoria econômica clássica admitida consistiu menos em revelar os defeitos lógicos da sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses implícitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, e que portanto ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real. Mas, tão logo os nossos controles centrais logrem estabelecer um volume de produção correspondente, o mais aproximadamente possível, ao pleno-emprego, a teoria

clássica retomará todos os seus direitos. Se damos por assentado o volume da produção, isto é, se o supomos governado por forças alheias à concepção da escola clássica, nada há a opor à análise dessa escola concernente à maneira como o interesse pessoal determinará o que se produz, em que proporção se associarão os fatores para tal fim e como se distribuirá entre eles o valor da produção obtida" 18.

Caberia acrescentar comentário de Joan Robinson a essa enfática afirmativa:

"In this diminished kingdom 'laissez-faire' can still flourish; from this ground it can make sallies to recapture lost territory. It is this rallying of the old ideological forces round their oriflamme — the optimum distribution of resources in long-period equilibrium — that accounts for the slow progress that has been made in bringing the so-called theory of Value and Distribution into touch with historic time and the so-called theory of Welfare into touch with human life" 19.

Dessa maneira, a associação simultânea dos Sistemas de Contas Nacionais com a Teoria Neo-Clássica e com a Teoria Keynesiana não constitui contradição em termos. Pelo contrário, o desequilíbrio pode ser encarado desde um ponto de vista de equilíbrio.

É o registro articulado consubstanciado nos Sistemas

18 Keynes, J. M. - Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, 1ª edição, Livro VI, Capítulo 24, p. 356 (a parte sublinhada é nossa).

19 Robinson, Joan - Economic Philosophy, Op. cit. p. 82.

de Contas Nacionais que constitui, em nossa opinião, marco fundamental no processo de mensuração sistemática da atividade econômica. Dizemos "sistemática" porquanto, voltado essencialmente como o é para categorias de ação (política-econômica), perde qualquer sentido o esforço de medida, nesse registro, a não ser que se renove ao longo do tempo — e, mais, em intervalos regulares. E é possível perceber que os desdobramentos posteriores — em termos de ampliação dos esquemas articulados de registro — procuram adaptar as características mais recentes e marcantes do processo produtivo nas "economias de mercado" às estruturas dos Sistemas de Contas Nacionais (de aceitação geral).

Desse modo, a procura crescente pelos esquemas de registro (e métodos de medida) em que a quantificação econômica é empreendida em caráter sistemático — e, mais particularmente pelos esquemas articulados em categorias (e conceitos) mais abrangentes — reflete a circunstância de que o desenvolvimento da produção, em suas características e sobretudo nas "economias de mercado" (que compõem objeto de comentário aqui), é um fenômeno que requer visão mais envolvente, cuja diversidade de manifestações tece cadeia mais perceptivelmente interconectada em seus aspectos externos, percepção esta que coloca de pronto a necessidade premente de, por alguma forma, investigar relacionamentos antes apenas percebidos e agora concretizados. Isto coloca em pauta a necessidade de procurar, na verificação empírica, suporte mais exato e preciso para as interpretações teóricas mais recentes. Sobretudo, quando se percebe a importância crescente que assumem, nas "economias de merca—

do" (devido à ampliação nas escalas da produção, à interligação e absorção de umas empresas pelas outras, etc.), os fenômenos relativos ao financiamento da produção. E é porisso mesmo que, mais recentemente, se manifestam esforços perceptíveis no sentido de:

- a) compor sistemas (esquemas articulados) de mensuração econômica, a serem periodicamente preenchidos com números resultantes de observação empírica;
- b) compor (na evolução desses sistemas) representações do real que articulem conceitos mais desagregados ("via" tabelas de insumo-produto) e, mais ainda, incorporando fenômenos especificamente da alçada financeira ("via" contas de fontes e usos de fundos).

Esta última afirmativa significa, em nosso entender, que o esforço de interpretação teórica na época mais recente está sendo — por assim dizer — "empurrado" para aspectos ligados à interdependência na produção (o que poderia ter a ver com a concentração da produção em empresas de maior escala, de maior grau de domínio sobre o mercado, etc.) e à interconexão cada vez mais evidente entre fenômenos "reais" e "financeiros".

Ou, em outras palavras, o que parece constituir objeto de preocupação teórica (consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente), mais recentemente, é o fenômeno da concentração e centralização do capital, por um lado, e o papel-chave desempenhado pelo capital financeiro, por

outro lado.

O que implica reconhecer a necessidade de ir além das representações articuladas de caráter global (ou, se preferido, macroeconômicos) e passar da análise estritamente colocada no plano da circulação para o nível da produção (mediante apelo ao raciocínio do tipo "insumo-produto" o qual, não obstante, permanece ao nível da circulação ²⁰); e, de outra parte, reconhecer a necessidade de "integrar" a análise "financeira" com a análise "em termos reais" ²¹.

Por tudo isso percebe-se que, além de fundamental porquanto demonstrada pela experiência palpável da realidade, a mensuração sistemática dos fenômenos econômicos é — também — uma necessidade sempre maior e exigente.

Caberia afirmar, ainda, que dentro da linha de argumentação desenvolvida logo acima aparece — por assim dizer — como "marco de referência fundamental" o esforço metodológico que se cristalizou nos denominados "Sistemas de Contas Nacionais", sugeridos pelas Nações Unidas aos membros dessa organização, em 1952.

Porisso mesmo, o ponto seguinte será dedicado à análise das principais características desses sistemas.

²⁰ Cf. Delaunay, J. C. — Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale. Paris, Editions Sociales, 1971, 1ª parte, Cap. I, "passim".

²¹ Cabendo ressaltar, não obstante, que esforços não tão recentes como os de Hilferding, por exemplo, procuram demonstrar, desde um ponto de vista marxista, que essa "integração" deve incluir necessariamente uma separação analítica entre acumulação "real" e acumulação "financeira" (Cf. Hilferding, R. — El Capital Financiero. Madrid, Tecnos, 1963, Segunda parte, "passim").

Capítulo 2: O Sistema de Contas Nacionais, tal como
proposto pelas Nações Unidas, em 1952

2.1. O conteúdo das Contas ²²

O Sistema de Contas Nacionais proposto pelas Nações Unidas em 1952 (daqui por diante denominado SCN-1) sugere a apresentação da medida da atividade econômica dos diversos países, durante o período de um ano, em seis principais contas. Vale dizer, supõe-se que o número de contas, associado ao conteúdo de cada uma delas, é suficientemente representativo como para fornecer um panorama sintético do nível alcançado pela atividade social de produção em cada um dos países e, ademais, propicia elementos articulados para a análise das principais relações que se estabelecem no contexto econômico — territorialmente falando — nesses países.

A primeira das contas — denominada "Conta do Produto Interno" ²³ — balanceia a medida do que se entende por "Produto Interno Bruto" (preços de mercado) com os "gastos finais" contra esse "Produto".

Destarte, e pelo fato de ser a primeira (e essencial) num conjunto de seis, esta conta privilegia o conceito de Produto Interno Bruto (e os gastos, em número de seis, efetuados contra esse montante). Neste ponto, vale assina-

²² Neste ponto, utilizaremos a estrutura do Sistema de Contas Nacionais proposto pelas Nações Unidas em 1952, na forma pela qual é transcrita em "Un Sistema de Cuentas Nacionales y Correspondientes Cuadros Estadísticos", Estudios de Métodos, Série F nº 2, Capítulo III, Naciones Unidas, Nueva York.

²³ O conjunto das contas, em sua apresentação articulada, está apresentado no Anexo I.

lar que o conceito de "Produto" consubstancia algo relacionado com resultado "final" da atividade produtiva. Vale dizer, o que se mede como agregado-síntese da atividade social de produção é alguma coisa que requer associação com "produção acabada". E não é por outra razão que o equilíbrio desta conta (que não é saldada) é definido pela soma de "gastos finais". Ou por outra, aquilo que interessa nesta conta é — antes de mais nada — medir os gastos (ou dispêndios) "finais".

Dito de maneira diversa, é a mensuração dos gastos finais que deve medir o Produto. E isto porque, se a conta não possui saldo, e se os gastos finais são obtidos em função de verificações específicas e relacionadas a cada um dos gastos, é evidente que a soma dos gastos deve quantificar o conceito agregado que equilibra esta soma.

Nestas condições, a Conta do Produto Interno mede, no débito, o Produto Interno Bruto (custo de fatores) ajustado por Impostos Indiretos e Subsídios. No crédito, a conta registra a soma algébrica de gastos em Consumo Privado, Consumo Público, Investimento Bruto (em Ativos Fixos e Estoques), Exportações e Importações ²⁴.

A segunda das contas — denominada "Conta da Renda Nacional" — balanceia o Produto Nacional Líquido (custo de fatores) obtido mediante ajuste do agregado que se apresenta no débito da conta anterior, com uma soma de remunerações efetuadas ao longo do período de medida, e que podem

²⁴ Vide Anexo 1.

ser interpretadas, em princípio, como categorias de repartição funcional desta soma, que é entendida como a medida da Renda Nacional.

Ou seja, esta conta procura demonstrar a identidade numérica entre Produto e Renda (quando ambos são tomados ao mesmo nível de agregação) e, por outro lado, como o "esforço produtivo do país" gera pagamentos que, na primeira conta, "compram" os bens (e serviços) finais.

A conta de número três — a Conta de Formação Interna de Capital — objetiva balancear os gastos totais com a compra de novos ativos "fixos" e com a acumulação de estoques (denominada "formação interna bruta de capital"), com o financiamento compatível. Ou seja, procura equilibrar a "poupança expost" com o investimento, sendo que os fluxos de poupança são medidos após as transferências líquidas de fundos terem sido efetuados entre as entidades ²⁵.

A conta de número quatro objetiva registrar todas aquelas transações que dizem respeito à entidade "Famílias (e instituições privadas sem fins de lucro)". A conta estabelece distinção entre receitas e gastos "correntes" e de "capital". O critério para separar os dois tipos de gastos consiste em considerar recebimentos (e gastos) cor-

²⁵ As entidades que constituem o "sistema" econômico, para propósitos de registro, são classificadas em quatro categorias: Empresas, Famílias (e instituições privadas sem fins de lucro), Governo Geral e "Resto do Mundo".

rentes aqueles que não geram compromissos futuros de resarcimento, em oposição ao que ocorre com receitas (e gastos) de capital.

Por outro lado, deve ser considerado que a razão de ser da Conta de Famílias reside no fato de que se entende, teoricamente, que esta entidade é basicamente consumidora. Daí a Conta Corrente balancear todos os recebimentos correntes da entidade (sejam ou não interpretados como resultantes de contribuição ao "esforço produtivo") com os gastos de natureza corrente. Os objetivos da Conta Corrente são, desta maneira:

- a) medir todo o poder de compra canalizado, sem compromisso de pagamento futuro, e no período de registro, para a entidade;
- b) medir a utilização do poder de compra que a entidade, tomada englobadamente, efetiva, e que é, essencialmente, destinada ao Consumo;
- c) medir, como diferença, a poupança da entidade no período de registro.

Já na Conta de Capital (ou Conta "Conciliação de Capital"), trata-se de confrontar a Poupança — ajustada por transferências financeiras líquidas recebidas pelas entidades — com os créditos líquidos outorgados. Esta conta, portanto, é um balanceamento de fluxos financeiros líquidos concedidos e recebidos pela entidade, e que registra a poupança como fonte particular de recursos financeiros disponíveis.

A Conta de número cinco é concernente ao "Governo Geral". Conceitualmente, é semelhante à Conta das Famílias.

Vale dizer, procura ela demonstrar, na Conta Corrente, a utilização dos recursos apropriados correntemente pelo Governo (entre Consumo e Poupança). E, na Conta de Capital, objetiva o balanceamento de fluxos financeiros líquidos concedidos e recebidos pelo Governo, cabendo observar que a Poupança governamental é arrolada como fonte interna de recursos financeiros.

A última conta — a das "Transações com o Exterior" — é praticamente o registro do Balanço de Pagamentos do país, encarado do ponto de vista do "Resto do Mundo". Cabe considerar que, na parte de "Conciliação de Capital", os conceitos (e as partidas registradas) de fluxos financeiros líquidos correspondem àqueles lançados nas duas contas anteriores.

2.2. A articulação nas Contas

O conteúdo das Contas, assinalado no ponto anterior, permite observar a articulação existente entre os agregados, tanto no interior de cada uma das contas, como no que diz respeito às contas entre si.

A articulação na primeira conta, por exemplo, demonstra que o conceito de produção econômica está associado com aquela produção que é objeto de "gastos finais". Ou seja, o tipo de articulação que existe nesta conta faz abstração de algumas das transações que ocorrem no interior do processo de produção (como a compra/venda de matérias-primas, por exemplo). É, pois, uma conta consolidada, e aquilo que se denomina "produção sem duplicações" (ou Produto) deve ne-

cessariamente equivaler, em números, à soma algébrica dos gastos de natureza "final".

A articulação nesta conta permite, então, estabelecer comparações numéricas entre os diversos tipos de dispêndios finais e aquilo que se entende como Produto gerado na economia. Se esta conta (a do Produto Interno) não possui saldo, repetimos que o conceito de Produto se resolve na soma dos gastos finais. E, portanto, a articulação que se verifica é estabelecida ao nível da circulação. Ou seja, esta primeira conta permite ao analista medir fundamentalmente a proporção dos gastos em Consumo Final, Investimento, Exportações, etc. relativamente ao valor da Produção "acabada". E isto, a cada ano.

Na segunda das contas, vale dizer, na Conta de Renda Nacional, o conceito de Produto da conta anterior, devidamente ajustado, é tomado como equivalente a uma série de remunerações que, no seu conjunto, conceitualmente medem a Renda Nacional. A articulação existente é, pois, derivada da conceituação (e identidade numérica) de Produto e Renda. No fundo, então, a articulação desta conta é resultante daquela que existe na conta anterior. Vale dizer, é o fato de que somente se mede o valor dos bens produzidos para uso "final", aliado à circunstância de que o valor dos bens "intermediários" (ou, mais precisamente, "insumos" em geral) e do desgaste dos equipamentos, instalações, etc. está incluído no primeiro valor e — ainda e de maneira mais importante — acrescido da circunstância de que se aceita a possibilidade teórica de que seja lícito reduzir o valor da totalidade da produção assim entendi

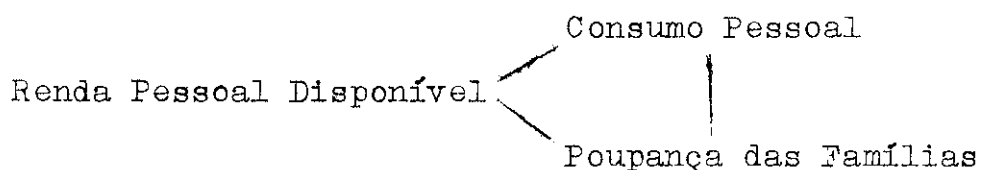
da com a soma de "remunerações" efetuadas em todas as etapas de elaboração que implica identificar, numericamente, esse valor com o poder de compra gerado no período.

A articulação da terceira das contas (Conta de Formação Interna de Capital) permite cotejar o Investimento Total (em ativos fixos e em estoques) com as diversas modalidades de financiamento. Deve ser entendido que, neste último conceito, estão presentes três principais componentes, a saber: a poupança bruta das empresas constituídas em sociedades anônimas, os empréstimos líquidos por elas recebidos e as transferências líquidas de capital. Desde que se leve em conta o conteúdo deste último componente (que inclui todo o investimento em ativos fixos realizado nas empresas menores, no âmbito familiar ou na esfera governamental), a rigor a articulação nesta conta é aquela que vincula o total do investimento real com:

- a) a fonte interna das grandes empresas (sociedades anônimas);
- b) as fontes externas para essas mesmas entidades — em termos de empréstimos líquidos obtidos;
- c) diversas transferências que essencialmente incluem o "investimento real" efetivado fora das essas entidades.

Na conta de número quatro (conta das unidades familiares e instituições privadas sem finalidades de lucro) existe uma dupla articulação — na medida em que é ela subdividida em "Conta Corrente" e "Conta Conciliação de Capital". Assim é que, na parte de Conta Corrente, a arti-

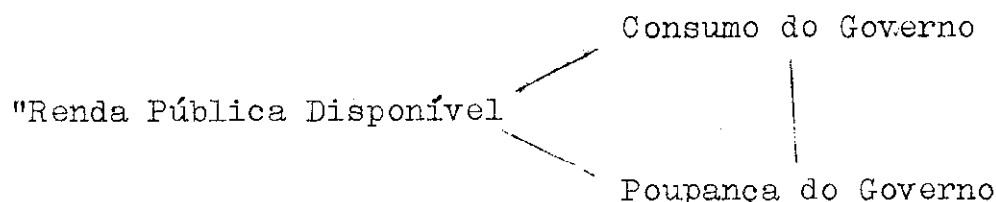
culação principal consiste na oposição Renda Pessoal (ou Renda Pessoal Disponível) "versus" Consumo Privado. De outra parte, se a definição de "Poupança de famílias" possibilita a obtenção dessa grandeza como saldo da conta, uma articulação alternativa é aquela que liga o Consumo à Poupança da entidade. Nestas condições, a articulação da Conta Corrente ora examinada reside, essencialmente, na ligação.



Já na segunda parte (Conta Conciliação de Capital) a articulação importante é aquela que confronta as entradas e saídas líquidas de fluxos de caráter financeiro. É, pois, uma conta financeira; e esta articulação entre entradas (ou fontes "líquidas") e saídas (ou usos "líquidos") é que define o caráter do saldo: empréstimos líquidos recebidos (ou concedidos).

Na Conta do Governo (conta de número cinco), a articulação é, essencialmente, da mesma natureza do que aquela assinalada na conta anterior (Conta das Famílias). Vale dizer, na primeira das subdivisões (Conta Corrente), basicamente se procura opor o Consumo do Governo (ou gastos governamentais necessários à prestação de serviços públicos usufruídos pela coletividade) à "Renda Pública Disponível" (utilizado esse último conceito na acepção de "total de receita corrente líquida de transferência e subsídios"). Por outro lado, a definição dada à "Poupança

do Governo" permite obtê-la como saldo e, por conseguinte, dá lugar à articulação (por oposição) entre o Consumo e a Poupança. Nestas condições, tal como na Conta das Famílias, ter-se-ia, essencialmente:



Na segunda parte da conta (ou Conta Conciliação de Capital) a articulação essencial assemelha-se, também, à da Conta das Famílias: entradas (ou fontes "líquidas") e saídas (ou usos "líquidos"), ocasionando o saldo (empréstimos "líquidos" recebidos ou concedidos).

A última das contas é a Conta do "Resto do Mundo" (ou Conta de Transações com o Exterior). O sentido da articulação é, em essência, o mesmo contido nas duas contas anteriores, ou seja: na Conta Corrente, articular o "consumo" do exterior (contra os recebimentos correntes totais) e opô-lo à "poupança externa". De outra parte, articular as entradas financeiras (do "resto do mundo") com os usos desses recursos (caracterizando aqui transferências de capital financeiro às entidades do país).

2.3. A abordagem analítica nas Contas

Pelo que se percebe, o SCN-1 forma um conjunto de contas em que os respectivos componentes (agregados econômicos) estão articulados entre si, seja dentro de cada uma das contas, seja em contas distintas. Ou seja o SCN-1

é um todo articulado. Naturalmente, o sentido dessa composição é determinado pela interpretação teórica da realidade ²⁶. Com isso, afirmamos que esses sistemas têm por objetivo essencial permitir uma visão quantitativa de conjunto da atividade econômica, tomada englobadamente, em um país — privilegiando os conceitos julgados relevantes pela teoria.

Se tal acontece, as informações contidas em levantamentos anuais e reunidas em representações como o SCN-1 podem permitir uma avaliação do desempenho econômico anual no país que monta o sistema. Vale dizer, o SCN-1 deve possibilitar análise quantitativa e baseada em dados empíricos — e de maneira a interpretar os fatos econômicos à luz da teoria em que se apoia. Ou seja, o SCN-1 permite focalizar a atenção analítica sobre fatos econômicos, devidamente quantificados, e verificar o tipo de desempenho econômico do país em termos das categorias julgadas relevantes.

Assim, por exemplo, o fato de existirem seis contas e, não, quatro, ou cinco, ou dez — indica a circunstância de que é este conjunto articulado, e não outro, o mais apropriado para representar quantitativamente o desempenho econômico do país. Ora, de acordo com o conteúdo e articulação das contas (vide pontos 2.1 e 2.2) isto privilegia o poder analítico das categorias Produto e Renda, essencialmente. Vale dizer, o substrato teórico implícito no SCN-1 determina que, do ponto de vista analítico, as primeiras preocupações do investigador consistem em assinalar:

²⁶ No caso, interpretação keynesiana, tal como demonstrado em páginas anteriores (Cf. Cap. 1, pp. 17 a 20 do presente trabalho).

- a) em que medida o Produto (ou a Renda) se estabelecem e, portanto, evoluem?
- b) em que medida se vêm estabelecendo os gastos finais contra o Produto — e, portanto, como se modifica, na evolução, a composição relativa dos gastos?

Dito de outra forma, a primeira alternativa de cunho analítico — derivada da articulação existente na primeira conta do SCN-1 — consiste no exame das modificações na estrutura de gastos contra o Produto gerado, dentro da evolução desta última grandeza.

Sub-produtos dessa aproximação seriam, entre outros:

- a) a avaliação, no tempo, das modificações evidenciadas em cada um dos tipos de dispêndios — e, "pari - passu", nas proporções entre eles enquanto gastos;
- b) a medida das modificações que se estabelecem, no tempo, entre a carga impositiva indireta e o consumo de ativos fixos — tomadas individualmente ou em relação ao montante gerado como Produto.

Já o conteúdo e articulação da segunda conta (ou "Conta da Renda Nacional") permitem, inicialmente, medir a evolução da medida, no tempo, da Renda Nacional — conceito que, com os devidos ajustes, já era medido na conta anterior. De modo que, aquilo que distingue a potencialidade analítica, nesta conta, é a medida da evolução da repartição funcional da renda nacional. Ou seja, as características da "Conta da Renda Nacional" permitem — em princípio e fundamentalmente — medir as modificações, no tempo, da apropria

ção do poder de compra gerado na produção, segundo ou uma categoria específica de remuneração do trabalho até categorias específicas de remunerações da propriedade.

Nestas condições, o uso simultâneo das informações contidas nas duas primeiras contas do SCN-1 permitem "cruzar" a análise. Vale dizer, possibilitam avaliar o desempenho do "sistema econômico" em termos do seu Produto e, paralelamente, refere duplamente a esse desempenho as modificações nos "gastos finais" e na repartição dita funcional da Renda.

Ou seja, como afirma Yanovsky ²⁷ a articulação presente no SCN-1 possibilita recolhimento de informações quantitativas interconectadas referentes ao que se poderia interpretar como "funções básicas" da economia. Por outro lado, visto foi que o conceito de Produto, tal como concebido no SCN-1, deve medir também o conceito de Valor Adicionado. Daí que, alternativamente e sem que se modifique o caráter da articulação presente no SCN-1, é possível incluir a medida do Valor Adicionado (por setores de origem, por exemplo), no interior do SCN-1 e substituir o conceito de Produto Interno (agregado para a economia como um todo) pelo de Valor Adicionado (segundo setores de produção) nas articulações constantes das duas primeiras contas de SCN-1 ²⁸.

²⁷ Yanovsky, M. - Anatomy of Social Accounting Systems. Op. cit. Cap. I, ítem 1, p. 12.

²⁸ Valendo observar que, na situação concreta do Brasil, essa substituição foi efetivamente levada a efeito (Cf. Anexo II).

Nestas condições, o raciocínio analítico com base no registro do tipo SCN-1 poderia "cruzar" a investigação em termos das três "ótimas" (Produto - ou Valor Adicionado - Renda e Despesa), levando-se em conta que, em cada um dos caminhos acima apontados, as medidas tomadas isoladamente já seriam indicadores importantes do ponto de vista da teoria subjacente.

Com isto se quer afirmar a circunstância de que, em primeiro lugar, as medidas do Produto (obtida pelo Valor Adicionado), da Renda (obtida pelos pagamentos a "fatores") e dos Gastos Finais (Consumo, Investimento, etc.) já deveriam oferecer valor interpretativo tomadas isoladamente. Isto é, a medida periódica do v Valor Adicionado no país como um todo, e discriminada segundo os principais setores de atividade econômica, já permite:

- a) perceber o ritmo evolutivo da atividade econômica do país, tomado como um conjunto;
- b) perceber as principais modificações que se verificam, nessa evolução, nas relações entre as partes reputadas principais no conjunto (vale dizer, em que medida a atividade industrial vem adquirindo maior peso em relação à agricultura, por exemplo).

Por outro lado, a medida periódica da Renda gerada, e discriminada segundo as principais modalidades de pagamentos a "fatores de produção", ou seja, a utilização da "ótica da Renda" (em contraposição à "ótica do Produto" definida linhas acima), permite verificar em que proporção estas remunerações variam entre si, dentro do quadro geral

evolutivo delimitado pelo ritmo de crescimento da atividade econômica do país. Em outras palavras, a utilização da " ótica da Renda", periodicamente, permite perceber em que medida salários e lucros evoluem relativamente, no marco geral indicado pela evolução da Renda gerada.

Finalmente, a quantificação sistemática e periódica dos componentes dos "Gastos Finais" permite avaliar as modificações na composição das principais categorias desses gastos na proporção em que evolui a atividade econômica empreendida no país. Ou seja, o emprego sistemático da " ótica da Demanda Final" permite verificar em que proporção o Consumo cede (ou não) importância relativa ao Investimento em determinada trajetória de crescimento econômico, ou em que medida — nas mesmas circunstâncias — as Exportações (e/ou as Importações) se tornam menos (ou mais) importantes no contexto da atividade econômica do país.

Desta maneira, percebe-se que os três procedimentos acima citados — as " óticas" do Produto, da Renda e da Demanda Final — oferecem valor intrínseco "per se", desde o ponto de vista teórico que serve de base à montagem do SCN-1. E, por isso mesmo, as categorias correspondentes estão devidamente inseridas no esquema. No entanto, a articulação dessas categorias, dentro de esquemas consistentes, permite referí-las umas às outras no contexto geral da evolução da atividade econômica no país. Assim, por exemplo, a utilização conjunta das três " óticas" forneceria subsídios quantitativos para verificar:

a) Na hipótese de que seja constatado um crescimento

mais que proporcional do Produto gerado no setor industrial, em um quadro geral de rápido crescimento da atividade econômica no país tomado como um todo, quais as implicações dessa alteração estrutural em termos de maior participação dos Investimentos nos Gastos Finais; ou, caso não se verifique esta circunstância — vale dizer, no caso de que o maior peso relativo do setor industrial não tenha sido acompanhado por substancial acréscimo absoluto e relativo dos Investimentos — em que medida o desenvolvimento mais rápido das indústrias é "explicado" pelo maior peso relativo das Importações ²⁹; ou, ainda, caso essa associação também não possa ser constatada, qual o papel jogado pelo Consumo (e/ou, em última instância, pelas Exportações) no quadro geral delineado na "ótica do Produto" ³⁰.

- b) Alternativamente, caso a evidência numérica faça constar um importante acréscimo no "grau de abertura" da economia — vale dizer, numa circunstância em que Exportações e Importações assumam valores rapidamente crescentes em relação aos "Gastos Finais" — e ainda na hipótese de um rápido crescimento da atividade econômica do país toma-

²⁹ No caso, importações de matérias-primas e insumos industriais de um modo geral, uma vez que a ausência de acréscimo relativo (e absoluto) dos Investimentos, nesse contexto, indica existência de capacidade instalada "ociosa", (sub-utilizada ou não utilizada), fato que induziria sobretudo acréscimo nas Importações de "bens de consumo intermediário" — e não de "bens de capital".

³⁰ Valendo a mesma observação acerca da existência de capacidade "ociosa".

do como um todo, poder-se-ia comparar esse quadro com o tipo de modificações que esteja ocorrendo na estrutura produtiva do país, em termos de composição setorial do Produto. Ou seja, a utilização conjunta das "ópticas" alternativas permitiria, aqui, verificar o impacto do "estímulo externo" sobre a economia e indicar as séries de Comércio Exterior e de Produção Interna que possuissem maior relevância para análise em menor nível de agregação.

- c) Além do mais, o raciocínio desenvolvido nos itens colocados logo acima poderia ser complementado pela inclusão das categorias constantes da "Ótica da Renda". Assim, por exemplo, poder-se-ia especular sobre a interrelação que se estaria verificando — numericamente e numa situação concreta entre o maior crescimento relativo do Produto Industrial em circunstâncias de rápido crescimento do Produto Interno, associado a determinada modificação na composição dos Gastos Finais. E agora, todo o raciocínio seria remetido a considerações acerca do impacto do desenvolvimento industrial — em circunstâncias que o associem essencialmente ao mercado interno (ou ao mercado externo) — sobre a participação de salários (e/ou lucros) nesta determinada modalidade de crescimento. Ou, ainda, no caminho inverso, poder-se-ia especular — com apoio em números que identifiquem uma situação concreta — sobre o possível condiciona-

mento de uma evolução determinada em função de, precisamente, uma "não-evolução" no que tange a participação de salários (e/ou lucros) na medida da Renda.

Por outro lado, a um nível de abstração mais baixo — porém raciocinando estritamente em função daquele tipo de articulação que caracteriza o SCN-1, poder-se-ia agregar um elemento adicional para servir como "denominador comum" às três "ótimas": a entidade "Governo", enquanto presente em sua própria conta e nas contas principais do Sistema (Conta de Produto Interno e Conta de Renda Nacional). Pois ao raciocínio do tipo exemplificado no parágrafo anterior poder-se-ia acrescentar agora um elemento "de complicação" — associado à capacidade impositiva do Governo, por um lado, e aos gastos públicos, por outro lado. Assim, poder-se-ia especular sobre a influência que uma determinada evolução da carga impositiva indireta (ou direta) estaria exercendo num contexto em que o Consumo Pessoal evidencia determinado comportamento em relação aos Gastos Finais. Ou, ainda, poder-se-ia tentar estabelecer comparação entre os Gastos Finais medidos a preços de mercado (ou seja, associados aos valores constantes da Conta do Produto Interno) e esses mesmos Gastos Finais quando "medidos" a custo de fatores (isto é, repartindo-se a carga impositiva indireta, de acordo com algum critério resultante de estudos específicos, às modalidades de dispêndio discriminadas na Conta do Produto Interno). Ou, de outra forma, poder-se-ia tentar estabelecer um nexu entre as três modalidades de impostos (indiretos, diretos pagos por empresas ou por famílias); apresentadas em três contas distintas,

com o valor do Consumo do Governo — nas circunstâncias concretas que caracterizam a evolução econômica do país considerado. Cabe perceber que essa última comparação poderia associar, no tempo, o consumo coletivo da população (ou seja, o montante de serviços públicos que são oferecidos indistintamente a todas as camadas da população) às características da carga impositiva do país. Ou, em outras palavras, poder-se-ia perceber em que medida um maior (ou menor) atendimento da população em termos de saúde, educação, etc. está ocorrendo em circunstâncias em que o Consumo Pessoal evolui de tal ou qual maneira, e em que "quadro impositivo" se verifica essa evolução relativa nas duas modalidades de Consumo. Final.

Ainda, se os Investimentos são discriminados de acordo com a entidade (Setor Público ou Setor Privado) que efetua esses gastos, poder-se-ia tentar associar a evolução dos gastos públicos em Investimento, por exemplo:

- a) relativamente ao "excedente corrente" gerado pela própria atividade governamental, ou seja, com referência ao superavit (ou deficit) corrente do Governo — ou, mais simplesmente, "poupança do Governo";
- b) relativamente às modalidades de financiamento líquido alternativo, indicado na parte "Conciliação de Capital" constitutiva da Conta do Governo, tendo em vista o quadro geral do crescimento do Produto gerado em todo o país e, particularmente, a evolução dos gastos totais em Investimento.

O raciocínio esboçado nas linhas anteriores procurou insinuar o tipo de enfoque analítico possibilitado pela medida simultânea das "ópticas" distintas de esquemas do tipo SCN-1. No entanto, esse mesmo raciocínio ficou limitado à abordagem analítica definida pelo espaço territorial do país (ou se preferido e alternativamente, pelo "espaço" ao alcance de nacionais ou "residentes"). Cabe considerar, porém, que essa mesma linha de raciocínio pode ser entendida num quadro ainda mais geral. Vale dizer, o mesmo raciocínio analítico pode ser estabelecido para a comparação do "desempenho" de "sistemas econômicos nacionais" ³¹. É precisamente a possibilidade concreta de generalização analítica semelhante que motivou, aliás, o esforço metodológico desenvolvido pelas Nações Unidas, no início da década de 50, e que culminou pela recomendação aos países membros para que montassem seus esquemas articulados de Contas Nacionais à imagem e semelhança do SCN-1.

De outra parte, e em se passando do terreno das proposições para o plano das realizações, é de se ressaltar o trabalho concreto já realizado e incorporado ao acervo da análise econômica nos termos das categorias articuladas no SCN-1. Assim, poder-se-ia citar de início a maior parte do esforço analítico empreendido por Kuznets ³², no qual se procura raciocinar precisamente do ponto de vista assinalado

³¹ Valendo observar que a validade da análise nesses termos é necessariamente condicionada à aceitação da hipótese de que a atividade econômica pode ser entendida, teoricamente, dentro de um contexto nacional e que, obviamente, e nesse mesmo contexto, as categorias de mensuração permitem avaliar um desempenho econômico teoricamente relevante.

³² Cf. Bibliografia citada à página 10 do capítulo anterior.

nas linhas anteriores. Ou, ainda fazer menção a boa parte dos documentos produzidos no âmbito da própria ONU — e, mais particularmente, pela CEPAL — na investigação concreta do desenvolvimento econômico da América Latina no após-guerra, no que diz respeito ao sub-continente como um todo e no que tange à comparação entre os países latino-americanos ³³.

Aspecto positivo que é possível encontrar na montagem de um esquema articulado do tipo SCN-1 reside na circunstância de que o próprio trabalho prático de elaborá-lo, implicando consulta, manuseio, crítica e manipulação dos dados quantitativos oriundos das fontes estatísticas primárias, resulta num verdadeiro "diagnóstico" ³⁴, do setor produtor de estatística. Obviamente, esse aspecto positivo pode ser encontrado em qualquer esquema de registro que necessite manipulação de dados primários. No entanto, uma articulação como a do SCN-1 — abrangendo séries quantitativas concernentes ao país como um todo, e que além disso lida com números supostamente representativos do que é mais relevante em matéria de quantificação econômica — permite um "diagnóstico" referente à totalidade da produção estatística pertinente. Ou seja, a montagem do SCN-1 possibilita identificar os principais pontos falhos referentes a essas informações, do ponto de vista da cobertura, do método e da própria precisão da medida.

³³ Cf. Estudos Econômicos para América Latina, da CEPAL, por exemplo.

³⁴ O termo "diagnóstico" está aqui empregado naquela acepção de uso geral na terminologia de planejamento econômico: identificação das principais características do fenômeno econômico no momento da elaboração do estudo, com o propósito de situar os principais pontos vulneráveis e de insinuar o método mais apropriado para eliminá-los.

Ainda, levando em consideração a própria natureza da articulação presente no SCN-1, o processo de montagem do esquema permite identificar, quicá, um erro sistemático de um dos principais agregados macroeconômicos (Produto, Renda ou Demanda Final), fato que equivale a testar o método de agregá-lo do ponto de vista da exatidão das cifras, fato aliás também salientado por Yanovsky ³⁵. E, nesse caso, o trabalho concreto que constitui o processo de montagem do SCN-1 — de vidamente criticado — deve constituir também o trabalho de agir sobre o setor produtor de estatísticas, com a finalidade de aprimorar o método, ou mesmo substituí-lo por outro. Assim, a utilização simultânea das "ólicas" distintas de mensuração dos agregados macroeconômicos articulados no SCN-1 pode identificar um viés no método de cálculo da Renda, por exemplo, "vis a vis" as medidas, por hipótese mutuamente consistentes, do Produto gerado e do total dos "Gastos Finais". Nestas circunstâncias, se a medida da Renda é sistematicamente inferior ao montante estimado como Produto e "Gastos Finais", e na hipótese de que os desvios recíprocos nestas duas últimas medidas se compensem nas séries anuais, caberia inferir que o método da mensuração da Renda tende a subestimá-la sistematicamente. E a crítica subsequente desse método deveria identificar as principais lacunas, como por exemplo, inconsistência mais importante na medida de salários, ou falhas na medida de lucros que, por hipótese, poderia estar baseada em declarações para propósitos de tributação.

Poder-se-ia ainda especular sobre a abordagem analí-

³⁵ Cf. Yanovsky, M. - Anatomy of Social Accounting Systems, Op. cit. Cap. I, ítem 1, p. 12.

tica possibilitada pelo SCN-1, através da importância que adquirem à luz da teoria subjacente, alguns indicadores obtidos pela comparação entre os valores assinalados no esquema articulado. Vale dizer, uma das principais características do SCN-1, do ponto de vista analítico, é aquela que consiste — precisamente — em possibilitar a medida real, em circunstâncias concretas para cada país em especial, daqueles indicadores que a teoria implícita confere importância analítica particularmente importante. Com isto desejamos afirmar que, do ponto de vista teórico que preside a montagem das contas, torna-se possível associar valores de agregados macroeconômicos que identificam esses indicadores para situações concretas.

Assim é que, do ponto de vista da Teoria Keynesiana, por exemplo, um indicador que assume importância crucial é a magnitude da "propensão a consumir". E a articulação presente na Conta de número quatro do SCN-1 ³⁶ (relativa a "Unidades familiares e instituições privadas sem finalidades de lucro") permite estimar, ano a ano, tanto o valor médio como o valor marginal da "propensão a consumir" da economia (nacional) como um todo. Identicamente, se as linhas teóricas neo-clássica e keynesiana ³⁷ atribuem relevância ao indicador "relação capital-produto" (ou inversamente, "relação produto-capital"), a articulação característica da Conta de nº 1 do SCN-1 ³⁸ (relativa ao "Produto Interno") permite medir, a ca-

³⁶ Cf. Anexo I.

³⁷ Inclusive, em seus desdobramentos mais recentes conhecidos como neo-keynesianismo e, quiza, "neo-neo-classicismo", esse último termo entendido na acepção dada por Joan Robinson (Cf. Robinson, J. - Hérésies Économiques. Op. cit. Prefácio a edição francesa, p. 11).

³⁸ Cf. Anexo I.

da ano, o valor da "relação capital-produto marginal" da economia (nacional) em seu conjunto.

Além do mais, é de se considerar a possibilidade da utilização desses indicadores na acepção de "parâmetros". Vale dizer, em se assumindo um valor médio em relação aos valores daquelas categorias observadas concretamente ao longo do tempo, para perceber as interrelações que porventura possam vir a se estabelecer entre outras grandezas macroeconômicas. Isto é, existe a possibilidade de se utilizarem os valores observados da propensão a consumir, relação capital-produto, etc. — e que podem variar ao longo do tempo — na hipótese de que possam ser considerados como constantes ao longo do tempo, e nesse caso verificar o que seria razoável como interrelacionamento de outras variáveis. Ou seja, estamos nos referindo a outro aspecto inerente à utilização de esquemas articulados do tipo SCN-1 em termos de modelos matemáticos, em que as categorias acima exemplificadas jogam papel crucial porquanto aparecem como parâmetros. E não custa observar que, em se tratando de modelos de planejamento global, vale constatar a absoluta predominância que adquirem aquelas representações baseadas na postura teórica neo-keynesiana (ou, se preferido, pós-keynesiana):

Para tanto, basta consultar a bibliografia referente a planejamento global ³⁹ e, na análise dos modelos globais, perceber o papel-chave, ou o ponto de referência fundamental, na operação dos modelos, que caracteriza a existência — nes-

³⁹ Cf., sobretudo, o trabalho clássico de Timbergen: Timbergen, J. - Economic Policy: Principles and Design. Amsterdam, North Holland Publishing Co., 1956.

ses modelos — dos parâmetros acima citados: a relação capital-produto e a propensão a consumir (ou, o que dá no mesmo essencialmente, a propensão a poupar). E os valores cabíveis desses parâmetros, para situações concretas de países determinados, são obtidos pela consulta aos esquemas quantitativos articulados do tipo SCN-1.

Capítulo 3: O Sistema de Contas Nacionais do Brasil

O principal indicador da utilidade presumivelmente oferecida por um determinado procedimento consiste na sua própria adoção, nas circunstâncias em que colocá-lo em prática significa importante mobilização de recursos materiais e humanos notoriamente escassos e, conseqüentemente, numa situação em que a decisão de colocar em marcha o processo implica opção política fundamental.

Esta afirmativa pode ser apreciada no caso da aplicação da metodologia de Contas Nacionais para um país numa situação como a que caracterizava o Brasil, na ocasião em que se iniciaram os esforços que culminaram com a montagem de seu Sistema de Contas Nacionais. Queremos com isso afirmar que, inicialmente, o esforço preliminar que iria se concretizar na primeira medida da Renda Nacional do Brasil, para o período 1947/52 ⁴⁰, já constituiu importantíssima contribuição para:

- a) Fornecer um indicador quantitativo geral da atividade econômica do país, baseado em métodos por sua vez adaptados em função de experiências anteriormente realizadas em outros países ⁴¹.

⁴⁰ A descrição pormenorizada do procedimento seguido pela Equipe de Renda Nacional, da Fundação Getúlio Vargas, para a medida inicial da Renda Nacional do Brasil para o período 1947/52 pode ser apreciada na Revista Brasileira de Economia, ano 5, nº 3, setembro de 1951, ano 6, nº 4, dezembro de 1952, ano 7, nº 4, dezembro de 1953.

⁴¹ Cf. Revista Brasileira de Economia, ano 1, nº 2, dezembro de 1947, páginas 93/116 e ano 2, nº 1, março de 1948, páginas 61/82, em que se descreve a discussão metodológica realizada em 1947, no Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, para a montagem dos quadros que mediriam a Renda Nacional do Brasil.

- b) Com isto, oferecer um denominador comum — ao mesmo tempo conceitual e quantitativo — que se constituía em um esforço pioneiro (porquanto metodologicamente consistente) no sentido de reduzir aos mesmos conceitos comuns (no caso, "agregados macroeconômicos"), grandezas que, ordinariamente, permaneceriam heterogêneas no interior de um "sistema" — social, geográfico e economicamente — tão vasto como o brasileiro.
- c) No mesmo passo, colocar "em cheque" as informações estatísticas à época existentes: em primeiro lugar, consultando-as desde um novo ponto de vista, isto é, da perspectiva de que essas informações não mais seriam interpretadas como "ponto final" da informação, mas como "insumos" para outra estatística mais agregada. O que equivale a dizer que, do ponto de vista da representatividade e da aproximação à realidade (vale dizer, exatidão e precisão), as fontes primárias seriam submetidas a uma prova dantes nunca efetuada.

Conseqüentemente, já o primeiro passo percorrido no sentido de estabelecer um esquema articulado — o SCNB — trazia importantes resultados, na proporção em que todo o "sistema" produtor de informações quantitativas sobre a economia brasileira (Censos, repartições dos Ministérios econômicos, etc.) era — por assim dizer — submetido a um "crivo" jamais antes estabelecido. Ou seja, a partir do trabalho iniciado pela equipe designada pela Fundação Getúlio Vargas, em 1947, já

se possuía uma apreciação crítica — ao mesmo tempo mais precisa sobre a qualidade das cifras econômicas até então produzidas no Brasil. Nestas condições, a primeira medida da "Renda Nacional do Brasil", estabelecida pela Fundação Getúlio Vargas, se constituiu numa base metodológica extremamente importante: ao mesmo tempo em que se realizava um levantamento geral da situação brasileira em matéria de produção estatística, produziu-se também um denominador comum quantitativo — a medida da Renda Nacional — que constituía suporte para posteriores desdobramentos em direção a um esquema articulado. Dessa maneira, o conhecimento quantitativo apenas parcial e não-sistemático de um "universo" econômico tão complexo e geo-economicamente vasto — como aquele referente à realidade brasileira — seria substituído por um conhecimento gradativamente mais geral e sistemático dessa mesma realidade. Portanto, a primeira medida da Renda Nacional do Brasil constitui marco fundamental para a investigação quantitativa da economia brasileira.

De outra parte, o prosseguimento desse esforço com o propósito de estabelecer um esquema articulado do tipo SCN-1 — sobre a base da medida da Renda Nacional — trazia consigo aspectos positivos no seguinte sentido:

- a) Permitiria prosseguir, também, no esforço de aprimoramento das fontes de dados quantitativos primários — agora com limites mais amplos, porquanto extravasando a convergência em torno de uma só medida agregada. Assim, a produção de um Sistema de Contas Nacionais, no Brasil, à imagem e semelhança do SCN-1, gerando subsídios analíticos articulados para o estudo da realidade brasileira, forneceria

em primeira instância algo como um verdadeiro "Plano Diretor" para a produção de séries estatísticas compatíveis com aquelas necessidades. Vale dizer, semelhante tarefa implicaria criticar aquelas estatísticas já existentes, e consideradas "inamovíveis", e partir para um novo esquema de trabalho que consistiria em reformular estas últimas e propor novos procedimentos. Cumpre reconhecer que, aliás esse tipo de trabalho foi empreendido no Brasil, a partir da medida inicial da Renda Nacional efetuada pela equipe constituída pela Fundação Getúlio Vargas. Assim é que, na proporção em que se passava à estimativa da medida da Formação de Capital e do Índice do Produto Real ⁴² a própria Fundação Getúlio Vargas percebeu a necessidade de ampliar a equipe originalmente constituída e promover a criação de um "Centro de Contas Nacionais", incumbido de montar um sistema articulado de contas com base nas propostas das Nações Unidas e substanciadas no SCN-1. Como resultado desse trabalho assistiu-se à melhor estruturação das informações solicitadas no último Censo (o de 1970), do ponto de vista da produção daqueles dados quantitativos primários necessários à agregação articulada num Sistema de Contas Nacionais, por exemplo.

⁴² Os números índices da produção industrial (volume físico), montados por Loeb, aparecem no exemplar da Revista Brasileira de Economia, ano 7, nº 1, março de 1953. A primeira estimativa de Investimento (Bruto e Líquido) aparece em R. B. E., ano 7, nº 4, dezembro de 1953. Quanto ao Índice de Produto Real, para a economia brasileira como um todo, a metodologia é exposta em R. B. E., ano 8, nº 4, dezembro de 1954.

- b) De outra parte, o desenrolar desse mesmo processo que significa a montagem anual do Sistema de Contas Nacionais do Brasil poderia fornecer elemen—tos objetivos para em se admitindo aprimoramento metodológico ao longo do tempo, realizar-se uma estimativa do grau de precisão com que são efetuadas as medidas das grandezas articuladas no esquema. Assim é que, por exemplo, colocada a necessidade (e presumida a viabilidade) de se estimarem com maior rigor as cifras relativas à entidade "Governo", a constituição de uma "sub-equipe" especializada e incumbida da seleção e manipulação das informações primárias poderia oferecer elementos para melhor avaliar o grau de identificação das agregações até então efetuadas, "vis a vis" os conceitos que deveriam aparecer na articulação do SCNB e, também, para propor aquelas alterações na coleta de informações que se reputassem mais apropriadas à agregação no SCNB. E, na suposição de que essa proposição fora aceita e posta em prática, ter-se-iam elementos para estimar o grau de precisão com que se vinha operando anteriormente.
- c) Alternativamente, a manipulação continuada das fontes primárias disponíveis poderia insinuar a conclusão de que caberia propor método distinto, para situações específicas com a finalidade de, conjuntamente, testar por outra via a magnitude daquelas mesmas informações obtidas pelos métodos "tradicionais" e — talvez de um ponto de vista

sobremodo mais relevante — medir mais rapidamente aquelas grandezas que, ordinariamente, requeriam um ritmo mais lento para a necessária crítica, manipulação, consolidação e agregação. Exemplificando, poder-se-ia propor a realização de amostragens anuais, no que concerne à atividade industrial, com o propósito de fornecer apoio intercensitário e, simultaneamente, fornecer elementos objetivos para a própria modificação nos questionários constantes dos Censos. Desta maneira, a continuação do trabalho que significa a montagem do SCNB constituiria um fator importante para testar métodos, com vistas à opção pelos mais apropriados.

O exame do trabalho realizado pela Fundação Getúlio Vargas no Brasil, desde a medida primeira da Renda Nacional até o atual procedimento que resulta na montagem do SCNB, corrobora em parte as hipóteses acima levantadas. Assim é que se constituiu "sub-equipe" encarregada das cifras relativas ao Governo, e em consequência as informações relativas à atividade governamental são, nos dias atuais, substancialmente mais precisas. Ainda, é possível perceber importante aprimoramento nos atuais procedimentos censitários, os quais certamente poderão contribuir substantivamente para corrigir interpolações anteriores com margem previsível de erro certamente menor. E isto se tornou possível em função do maior apoio concedido aos responsáveis pela fundação IBGE, que resultou inclusive na própria transformação no funcionamento burocrático desta instituição. E ainda se poderia aludir ao maior en-

trosamento que se verifica, nos dias atuais, entre o trabalho desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação IBGE, no sentido de que, cada vez mais, os inquéritos por amostragem promovidos por esse último organismo são elementos indispensáveis à montagem do SCNB e contribuem para reduzir prazos de manipulação dos dados primários, melhorar a precisão das cifras e, mesmo, ampliar o grau de cobertura dos dados primários.

Nestas condições, o fato positivo principal que emerge da montagem de um esquema articulado de Contas Nacionais no Brasil, anualmente, reside no fato de que esse trabalho repetido contribui para um conhecimento quantitativo geral e periódico dos fatos econômicos que configuram a realidade brasileira, em circunstâncias segundo as quais o embasamento teórico subjacente é alimentado empiricamente e — sobretudo — numa situação em que esse conhecimento quantitativo possui todas as condições para se aprimorar ao longo do tempo. O que não significa, por outro lado, que o Sistema de Contas Nacionais do Brasil — como todos os outros, por sinal — esteja inteiramente imune a um trabalho de apreciação crítica. Pelo contrário, existem certamente várias lacunas no que tange, principalmente, ao grau de cobertura, à natureza dos dados primários e ao grau de precisão das cifras agregadas. Por isso mesmo, voltar-se-á ao exame do SCNB, desde esse ponto de vista de apreciação crítica, no Capítulo 6 do presente trabalho.

II - C R Í T I C A

Capítulo 4: A crítica ao SCN-1 enquanto sistema de representação da produção

Os esquemas de Contas Nacionais do tipo SCN-1, usa dos aqui como marco de referência, estabelecem articulação entre 35 variáveis, das quais 25 poderiam ser consideradas como contrapartida de fluxos "produtivos reais", e as restantes como fluxos puramente financeiros (transferências de capital financeiro entre entidades).

A articulação entre as variáveis (e os conceitos correspondentes) foi descrita em Capítulo anterior ¹. Verificou-se que a articulação dos conceitos dentro das contas, e que a articulação entre as próprias contas, pretendia oferecer uma visão de conjunto — em termos quantitativos — da realidade econômica assim chamada "nacional".

A conclusão lógica dessa constatação é a de que o número de variáveis quantitativas (ou conceitos mensuráveis), articuladas dessa maneira, permite a obtenção de capacidade analítica suficiente para interpretar o interrelacionamento que ocorre na realidade, entre os fatos econômicos, de molde a colocar o foco de atenção do observador sobre as categorias (e relações) efetivamente relevantes.

Na verdade, percebe-se que esquemas do tipo SCN-1 utilizam um número bastante reduzido de variáveis econômicas — daí, aliás, serem elas denominadas "agregados macro

¹ Cf. Capítulo 2 deste trabalho.

econômicos". O que implica raciocinar em alto nível de abstração, relativamente aos conceitos econômicos. E, forçoso é repetir, o alto nível de abstração somente se justifica pela relevância das categorias selecionadas — ou, pelo contrário e de maneira melhor, pela irrelevância das categorias não selecionadas — relativamente ao objeto da análise.

Por outro lado, fácil é observar que, do ponto de vista analítico, nem todas aquelas variáveis articuladas nas contas do SCN-1 possuem igual importância². Assim é que, por exemplo, na conta de nº 1 ganha maior realce o conceito de Produto Interno Bruto (e sua medida), tomado como equivalente a uma soma algébrica de dispendios "finais" e a eles oposto na conta. Desta maneira, o agregado "Produto Interno Bruto" é o conceito-síntese e a categoria-chave nessa conta e no sistema. E desde logo é possível afirmar, então, que, relativamente à relevância da abstração definida neste conceito deve ser avaliada — em primeiro lugar — a relevância de todo o esquema articulado que caracteriza o SCN-1.

Optamos por efetuar semelhante avaliação investigando inicialmente o significado do conceito de produção que está associado à medida do Produto Interno Bruto. Ou seja, indagando inicialmente de que produção se trata. A crítica aqui estabelecida é, pois, externa ao SCN-1, transcende a articulação do esquema porquanto está referida a categoria

² Circunstância essa, aliás, assinalada no Capítulo 2 desse trabalho, quando se tratava do conteúdo do SCN-1 e da natureza das articulações nele contidas (ítems 2.1 e 2.2, respectivamente).

"maior" que o SCN-1 e a anterior à sua montagem. Em prosseguimento, procuraremos demonstrar que a crítica aí não se deve esgotar. Ao contrário, para compreender melhor a análise do conceito de produção é fundamentalmente necessário ir mais adiante e demonstrar que, na raiz de tudo, está o próprio conceito de capital e, isto posto, demonstrar que prosseguindo nesse fio de meada se desemboca naturalmente na crítica ao conceito de investimento e, "amarrando" tudo, na crítica ao conceito de agentes da produção que preside a própria classificação de entidades característica do SCN-1. Entendemos que somente após estabelecer crítica a esse nível se deve buscar análise do relacionamento interno no SCN-1.

4.1. O conceito de produção

Começemos, então, por analisar o significado do conceito de "Produto Interno Bruto" em termos de categoria-chave, conceito-síntese ou "agregado dos agregados". A medida do Produto Interno Bruto é a medida da "Produção sem duplicações", ou (o que é o mesmo) a medida do Valor Total da Produção, em um ano, quando descontados os valores de matérias-primas, etc. utilizadas (insumidas) no processo produtivo nesse mesmo ano. Corresponde, então, em quantidade e conceitualmente, ao valor da "Produção Final" (ou produção para utilização final)³. Consequentemente, o

³ Como já foi afirmado anteriormente (vide Capítulo 2, item 2.1, p. 24 e seguintes) por isso mesmo esse conceito pode ser medido pela soma algébrica dos gastos finais.

que interessa aqui é medir o valor de um tipo determinado de produção, a saber: aquela parte da produção econômica em condições de satisfazer, de imediato, as necessidades consideradas últimas. Claro está que a justificativa usual para a medida de um tipo particular de produção, e a imediata associação com a produção em geral, consiste na preocupação com evitar a "dupla-contagem", definida esta pela inclusão, duas vezes, da medida do valor dos insumos: uma vez enquanto efetivamente produzidos e outra vez enquanto componente de custo do produto "final".

Se o conceito (e a medida) do Produto **Interno Bruto** exclui a quantificação de todas as vendas (e compras) de matérias-primas e insumos em geral realizadas durante o período (um ano), deixa de considerar evidentemente uma parcela apreciável da atividade social de produção, enquanto atividade. Ou, por outra, o nível de abstração definido pela utilização do conceito de Produto Interno Bruto não leva em conta justamente as etapas que caracterizam todo o processo de produção de mercadorias. Mais precisamente: leva em conta apenas um aspecto quantitativo dessas etapas, na proporção em que o valor de venda (preço) da mercadoria de uso "final" inclui o custo de todas as matérias-primas, etc., ou seja, um número.

Dito de outra maneira, o manejo do conceito de Produto Interno Bruto como "agregado-síntese" da atividade social de produção implica eleger como categoria análoga, em termos de poder explicativo, o conceito de Valor Adicionado. E, porisso mesmo, explica-se a imprecisão conceitual entre Produto e Valor Adicionado, facilmente detectada

pelos que recebem a incumbência de transmitir conceitos e métodos de Contabilidade Nacional ⁴. Vale dizer, o que se pretende seja efetivamente relevante para a interpretação quantitativa da atividade econômica em geral não é a produção em si, entendida no sentido mais amplo do termo, mas o valor que se acrescenta na produção ⁵.

Como o "valor que se acrescenta na produção" (ou "valor agregado", ou "valor adicionado") é um número que resulta de uma diferença (Valor Bruto da Produção, menos os gastos com "insumos"), deve coincidir com os gastos outros que não com "insumos", tais como salários, impostos, etc., e incluir também toda a diferença de valor que não se explica em custos. Se, por outro lado, passa-se a denominar esse resíduo de lucro, e se pretende atribuir "remunerações por serviços produtivos" àquilo que se entende por "fatores de produção", segue-se que o "valor adicionado" mede também o que se entenderia por "soma de remunerações a fatores de produção" ou, mais simplesmente, "renda de fatores". Daí se associar a "renda de fatores", ou a "renda a custo de fatores" com a composição do Valor Adicionado e, por extensão, se associar numericamente o Produto, a Renda e o Valor Adicionado ⁶.

⁴ Cf. Figueiredo, F.O. - Introdução à Contabilidade Nacional. 3ª ed. R.de Janeiro, Forense Universitária, 1973, Cap.II, p. 38, "passim".

⁵ Com as devidas ressalvas acerca do que se entende, no SCN-1, por "produção econômica" e, por via de consequência, pelo que significa o "valor adicionado" nessa produção — em termos de métodos de mensuração, critérios, normas e cobertura.

⁶ É necessário assinalar que, desse ponto de vista teórico, os preços sempre medem os valores, isto é, que não se cogita da transformação de valores em preços nem do problema teórico que essa consideração colocaria. Todo o valor excedente que se adiciona constitui o preço do serviço de um "fator de produção".

Cabe notar, "en passant", que esse tipo de associação conceitual tem sua origem no raciocínio teórico de Adam Smith:

"... all the commodities which compose the whole annual produce of the labour of every country , taken complexly, must resolve itself into the same three parts, and be parcelled out among different inhabitants of the country, either as the wages of their labour, the profits of their stock, or the rent of their land. The whole of what is annually either collected or produced by the labour of every society, or what comes to the same thing, the whole price of it, is in this manner originally distributed among some of its members. Wages, profits, and rent, are the three original sources of all revenue as well as of all exchangeable value. All other revenue is ultimately derived from some one or other of these" ⁷.

Esse raciocínio se caracteriza por duas particularidades. Em primeiro lugar, faz abstração do significado da utilização de equipamentos, insumos de matérias-primas, etc. do ponto de vista do processo social de produção, enquanto resolve todo o processo da "remunerações" efetuadas apenas a três categorias de "atividades produtivas" do período ; neste passo, prescinde-se da ligação (ou articulação) existente no período entre as categorias "gastos com equipamentos, matérias-primas, etc." e "gastos com remuneração do trabalho assalariado, impostos, etc.". Ou seja, esse racio

7

Smith, Adam - The Wealth of Nations. Bungway, Penguin Books, 1970. Book 1, Cap. VI, p. 155, "et passim".

cínio se abstrai das ligações entre partes específicas e distintas (na natureza, na forma e na função) do capital empregado na produção. Em termos marxistas, perde-se a percepção acerca do papel jogado pelo capital constante e pelo capital variável no valor do produto (valor esse que, porisso mesmo, deve incluir o valor da parte dos equipamentos utilizados, das matérias-primas, etc).

Marx chega até à galhofa para deitar por terra o conceito de Produto/Renda de Smith:

"Abstraímos inteiramente da circunstância de Adam ter sido bastante infeliz ao escolher seu exemplo. O valor do trigo só se reduz a salário, lucro e renda da terra, se considerarmos como salário dos animais de trabalho a alimentação que consomem, como assalariados esses animais, o que implica em equiparar o assalariado ao animal de trabalho" ⁸.

Para a interpretação marxista, por sinal, a exclusão da parte relativa ao capital constante (e. g. parcela do valor dos equipamentos, matérias-primas, etc. incorporada ao produto) desse valor induz a uma compreensão falsa do processo econômico capitalista no seu conjunto:

"La errónea exclusión de la parte constante del capital del precio del producto se halla en Adam Smith (al igual que en los economistas posteriores) ligada a la errónea comprensión de la acumulación en la economía capitalista, es decir, de la ampliación de la producción, de la conversión de la plusvalía en capital. También aquí prescindió Smith del capital constante, suponiendo que

⁸ Marx, Karl - O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, Livro 2, Vol. III, Cap. XIX, p. 399, nota 39.

la parte de plusvalía acumulada, transformada en capital, la consumen por entero los obreros productores, es decir, que se invierte por completo en salario, cuando en realidad la parte acumulada de plusvalía se invierte en capital constante (medios de producción, materias primas y materiales auxiliares) y salário". Mais adiante: " Adam Smith cayó en esa falta porque confundió el valor del producto con el nuevo valor creado: este último, realmente, se descompone en capital variable y plusvalía, mientras que el primero incluye, además, el capital constante" ⁹.

Ou, ainda:

"O capital constante coloca-se (para Adam Smith), por conseguinte, no mesmo plano que o dinheiro e não entra no produto total da sociedade... não existe como uma parte do valor do produto total".

"Com tão frágeis argumentos sua teoria cai por terra ao mais ligeiro embate da crítica. É evidente que da circulação, da troca do produto total assim composto, só pode conseguir-se a realização de salários (v) e da mais-valia (m), mas não se pode substituir o capital constante, e a repetição do processo reprodutivo torna-se assim impossível" ¹⁰.

Mais adiante:

"O valor de mercadoria só ficaria expresso plenamente em v + m se o homem trabalhasse no ar, sem matérias-primas, sem instrumentos de trabalho, sem oficinas. Mas como todo trabalho mate

⁹ Lenin, V.I. - El desarrollo del capitalismo en Rusia. B.Aires, Ediciones Estudio. 3ª ed. corrigida e revisada, 1973, Cap. I, p.41, "passim".

¹⁰ Luxemburg, Rosa - A Acumulação do Capital. R. Janeiro, Zahar, 1970. Primeira Parte, Cap. II, p.31 (Os parêntesis são nossos).

rial pressupõe algum meio de produção, por sua vez produto de um trabalho anterior, ele tem que transferir também ao novo produto esse trabalho anterior" ¹¹.

Outra particularidade que ressalta da associação Produto/Renda aqui comentada resulta da circunstância de que, ao se considerar "Renda" a soma das "remunerações" feitas aos "fatores de produção" no período nos — quais se incluem os lucros do capital sobre todas as vendas para uso "final" no período — cabe verificar que, no conceito de "Renda" e "Produto" efetivamente o que se mede é o "Valor Adicionado" nesse mesmo período. Sendo assim, a articulação da conta ora em exame não leva em conta, no valor do "Produto" e/ou da "Renda", a conexão interna desse montante com "Produto" e "Renda" de período (ou períodos) anterior. Em outras palavras, essa articulação tomada isoladamente não leva em conta a base sobre a qual se adiciona valor.

A esse respeito, cabe citar crítica marxista a essa abordagem — crítica essa que incide ainda sobre a não consideração explícita do capital constante nos conceitos de Produto/Renda, e sobre a ressalva feita por Adam Smith quanto à possibilidade de considerar esse componente, tomado como equivalente a remunerações de períodos anteriores, reduzido em última instância a trabalho materializado. O raciocínio incidiria no

¹¹ Luxemburgo, Rosa - Op. cit., Cap. III, p. 43.

"... grosseiro erro de sustentar que o valor to tal da massa de mercadorias produzidas anualmen te se reduziria à quantidade de trabalho reali- zado no ano, enquanto em outras passagens (Adam Smith) mostra saber perfeitamente que o valor das mercadorias produzidas pela nação em um ano encerra, necessariamente, também o trabalho de anos anteriores, isto é, o trabalho materializa do nos meios de produção" ¹².

E:

"Nenhuma sociedade pôde esquecer o importante pa pel dos meios de produção, como tampouco a neces sidade de construir os meios de produção necessá rios ao período seguinte. E é só assim que a so ciedade capitalista pode apossar-se todos os a nos de sua produção de valor, segundo a fórmula 'v' + 'm''; isto é, só assim é que se pode reali zar a exploração do trabalho assalariado quando existe a quantidade de meios de produção necessá rios para formar o capital constante, como resul tado do período de produção anterior. Smith igno rou essa relação específica de cada um dos perío dos de produção com o seguinte, relação que cons titui o elemento básico e fundamental do proces so de reprodução na sociedade e consiste em que uma parte dos produtos de cada período se desti na a criar meios de produção para o seguinte" ¹³.

Conseqüentemente, a articulação Produto/Renda tal como se apresenta na Conta número dois (Conta da Renda Na cional) do SCN-1 faz supor, explicitamente, que a produção "final" em um período pode ser confrontada com (ou medida por) "remunerações" efetuadas nesse mesmo período.

¹² Luxemburg, Rosa - Op. cit., Cap. III, p. 47.

¹³ Luxemburg, Rosa - Op.cit.,Cap.III, p. 49 (Sublinhado por nós).

Por outro lado, e em virtude dessa circunstância de o conceito de Produto Interno Bruto se resolver no conceito de Valor Adicionado no período, a oposição entre débitos e créditos balanceados na primeira conta do SCN-1, isto é, entre o Produto Interno Bruto e os gastos finais, configura uma associação (ou articulação) estabelecida após o engendramento da produção. Vale dizer, o fato de ser utilizado o conceito de Produto Interno Bruto — oposto e quantitativamente igual à soma dos gastos finais — como categoria-chave, na qual a consolidação (ou eliminação das compras/vendas de insumos) define o tipo de agregação (ou, se preferido, o nível de abstração), significa exatamente não considerar todo o interrelacionamento que ocorre no interior do processo social de produção. O que se mede, nestas condições, é o interrelacionamento de fluxos após efetivada a produção de mercadorias. Ou seja, a adoção do conceito de Produto Interno Bruto como "conceito-síntese" implica preferir dirigir a atenção analítica para o nível da circulação de mercadorias, implicitamente julgado mais relevante então do que o próprio nível de produção, valendo ressaltar ainda a circunstância de que o próprio nível de circulação refere-se à circulação de bens (e serviços) de natureza "final".

É necessário assinalar que a análise econômica efetuada ao nível da circulação das mercadorias se abstrai, "ipso-facto", de qualquer tipo de consideração acerca das relações que se estabelecem entre os agentes da produção (ou "fatores", como preferido por muitos) no interior do processo. Em outras palavras, uma articulação como a que se apre

senta na primeira das contas do SCN-1 pode ser representada para situações em que se configurem distintas formas de relacionamento entre os agentes sociais no processo produtivo, quaisquer que sejam esses relacionamentos.

E esta constatação pode ser verificada na primeira conta do SCN-1, a Conta do Produto Interno. Isto é, dado o que se entende por Produto Interno Bruto e dados os conceitos que delimitam as categorias de "gastos finais", é lícito concluir que a soma desses dispêndios necessariamente deve medir o Produto — dentro dos contornos de um país — seja o sistema econômico desse país, por exemplo, capitalista ou socialista. E, mesmo dentro das características gerais e opostas desses dois sistemas, a Conta do Produto não registraria, de modo algum, alterações qualitativas internas na evolução histórica do capitalismo ou do socialismo. Ou seja, em quaisquer circunstâncias, e obedecendo-se à conceituação, o valor da Produção "Final" deve equivaler à soma desses "gastos finais".

O tipo de abstração — ou o nível de agregação — que implica a articulação da Conta do Produto Interno deriva, aliás, também, do enfoque teórico keynesiano. Como afirma Tsuru:

"Uma das diferenças significativas do caráter metodológico dos agregados de Marx e Keynes reside na direção em que ambos levaram a abstração. Quiz Marx representar, com tanta simplicidade quanto possível, a inter-relação específica dos agregados, característica do capitalismo, enquanto os keynesianos não se preocupam necessariamente com a especificidade do sistema. Foram elaborados

principalmente para explicar o nível de emprego total sob a suposição simples de que o mesmo é proporcional ao produto nacional líquido" ¹⁴.

Mais adiante, Tsuru faz alusão mais precisa ao tipo de articulação "neutra" da Conta do Produto Interno:

"Keynes reorientou-nos a atenção (...) para a mais simples das relações funcionais, entre a procura de vários tipos de bens e o nível de atividade econômica global ... relação essa que, aparentemente, transcende a especificidade do capitalismo. A sua primeira tarefa, por conseguinte, consistiu em fazer certas abstrações que abrissem caminho através de aparências mais complexas e destilar quantidades agregativas que pudessem ser independentes do método de contabilidade capitalista. Disso resultou o conceito keynesiano de renda nacional possuidora de uma única dimensão, a de ser consumível mais cedo ou mais tarde" ¹⁵.

Dito de outra forma e exemplificadamente: a Conta do Produto Interno poderia ser reconstituída, nos seus componentes agregados, tanto para o sistema econômico holandês do século XVII como para a Inglaterra do século XIX ou os Estados Unidos, União Soviética e as duas Chinas do século XX ¹⁶. E, na atual metade deste século, a mesma conta mediria o mesmo balanceamento igualmente nas economias ditas "desenvolvidas" (sem distinção entre economias "plenamente indus-

¹⁴ Tsuru, S. - "Keynes 'versus' Marx: A Metodologia dos Agregados", in Horowitz, D. (org.) - A Economia Moderna e o Marxismo. R. Janeiro, Zahar, 1972, II, Cap. 8, p. 182.

¹⁵ Tsuru, S., Op. cit., "ibidem", p. 183 (Sublinhado por nós).

¹⁶ Quer dizer, a conta poderia ser reconstituída para todas as economias mercantis desde que, obviamente, existissem as séries econômicas compatíveis.

trializadas" e "pós-industriais") e no mundo "sub-desenvolvido" (no mesmo caso, sem diferenciação entre economias "sub-desenvolvidas propriamente ditas" e "em vias de desenvolvimento" ¹⁷.

Em síntese, e à guisa de primeiras conclusões:

- a) O conceito de Produto Interno Bruto articulado às outras grandezas do SCN-1 se abstrai de importante parcela constituinte da produção social — aquela que corresponde ao capital constante — parcela essa que significa a própria base sobre a qual se acrescenta valor na própria produção;
- b) O conceito de Produto Interno Bruto define seus contornos em relação às trocas efetuadas após a produção. O nível de abstração, nestas condições, corresponde à fase de circulação;
- c) A articulação existente na Conta do Produto Interno é a-histórica podendo ser, em princípio, reconstituída para sistemas sócio-econômicos, em distintas fases históricas de organização da produção e da circulação;
- d) Por tudo isso, e se a evolução histórica é a evolução das sociedades e dos relacionamentos sociais, a representação do SCN-1 é a-social.

¹⁷

Eufemismo esse que, pertinentemente, poderia ser oposto em certos casos e com o mesmo sentido ao de "países em vias de sub-desenvolvimento".

A partir das conclusões preliminares enunciadas logo atrás é lícito perceber que relacionamentos característicos do processo social de produção não se refletem explicitamente em esquemas como o SCN-1. E, se alguma percepção pode (e deve) ser feita, há que ser realizada de maneira indireta, caso possível ¹⁸.

Nestas condições, o analista que utiliza instrumental quantitativo do tipo SCN-1 é "empurrado" para estabelecer relacionamentos entre os fluxos registrados nas contas e medidas — repisando — na fase da circulação. E isto significa estabelecerem-se poderes analíticos para relações entre o Consumo, Investimento, Exportações, etc., e o Produto Interno Bruto, e do confronto entre essas categorias partirem estudos sobre o "comportamento da economia". O que desemboca na conveniência de se estabelecerem "metas quantitativas" para as economias ditas "nacionais" mediante escolha de algumas dessas relações "a priori" fixadas como "ótimas", "estimulantes", etc. — sem que se cogite daquilo que constitui característica essencial dessas economias, isto é, da maneira pela qual se engendra a própria produção.

Para precisar melhor, mediante exemplo: o parâmetro "taxa de acumulação", definido como a relação Investimento/Produto, no contexto do SCN-1, é interpretado como

¹⁸ Necessário é registrar, por outro lado, o fato de que no SCN-1 a classificação de entidades também se abstrai do fato crucial de que o relacionamento se estabelece entre pessoas. Mais adiante, desenvolver-se-á raciocínio sobre esse ponto.

fator crucial do ponto de vista de crescimento econômico . No entanto, essa relação tomada isoladamente não leva em conta a natureza da acumulação, nem a associa às características da produção. Como afirma Tsuru:

"A parte (do Produto Nacional, ou Interno) usada em determinado período é denominada 'consumo' e o restante, qualquer que seja a forma física que assuma, 'investimento'. Conceptualmente, o conjunto de agregados é perfeitamente claro. Podemos aplicá-lo a qualquer tipo de sociedade, tribal-primitiva ou socialista, e referir - nos as razões entre eles utilizando expressões como 'propensão para consumir', 'propensão para investir', etc." ¹⁹.

Mais adiante:

"... pode-se supor (nos agregados keynesianos) que o volume Y de bens de produção tenha sido vendido, ou não, e o investimento tampouco será afetado" ²⁰.

Dito de outra forma, a simples medida da evolução do Produto Interno Bruto (e da composição dos "gastos finais") não pode explicitar relacionamentos fundamentais , como, por exemplo: em que medida vem contribuindo, no processo, a evolução na produtividade do trabalho "vis-a-vis" sua remuneração (ou, em termos marxistas, a taxa de exploração) e a relação entre essa última evolução e a estrutura dos "gastos finais". Pelo contrário, a análise é levada a "explicar" a geração do Produto — em linhas ge-

¹⁹ Tsuru, S. - Op. cit., p.183 (sublinhado e colocado entre parêntesis por nós)

²⁰ Ibidem (sublinhado e colocado entre parêntesis por nós).

rais — pela alternativa Consumo "versus" Investimento. E dever-se-ia reconhecer que semelhante alternativa é, pelo menos, incompleta. Isto porque, em primeiro lugar, essa oposição Consumo x Investimento não leva em consideração modalidades de Consumo e de Investimento que requerem raciocínio analítico distinto: o Consumo de alguns tipos de bens duráveis (automóveis, geladeiras, etc.) é associado muito mais diretamente ao Investimento em meios de produção do que o Consumo de alimentos não industrializados, por exemplo. Por outro lado, a própria alternativa em si, Consumo ou Investimento, simplifica por demais o significado do próprio conceito de "Consumo": poder-se-ia afirmar, como Marx, que Produção (e, portanto, Produto ou Produção Final) é também Consumo, da mesma forma que Investimento também o é ²¹.

Caberia notar, a respeito do caráter a-histórico das categorias articuladas na Conta do Produto Interno (e que definem o nível de agregação desse registro), o lado ideológico subjacente na articulação em pauta. Para tanto, vale relembrar de início que os esquemas do tipo SCN-1, apoiados na interpretação teórica do tipo keynesiano, foram concebidos e compostos em função de situações características de economias capitalistas industriais.

Ainda, se a articulação existente se dá ao nível da circulação, é lícito concluir que os esquemas do tipo SCN-1

²¹ Marx, Karl - Contribución a la Crítica de la Economía Política. 3ª ed. Buenos Aires, Ediciones Estudio, 1973, p. 201 e seguintes (Raciocínio mais extenso, concernente à alternativa Consumo "versus" Investimento, é desenvolvido mais adiante).

procuram captar magnitudes que se identificam na circulação de produtos finais, no âmbito de sociedades capitalistas "desenvolvidas" ²². Porisso mesmo, o registro numérico que aparece nos esquemas do tipo SCN-1 se abstrai daquilo que é característica intrínseca e fundamental do processo produtivo nessas sociedades: a geração do excedente em valor, acima dos custos de produção, que é o lucro auferido pelo capitalista como tal, ou seja, como possuidor dos equipamentos, instalações, matérias-primas, etc., e que adquire os serviços do trabalho dos assalariados — serviços esses que, no interior do processo de produção (ou seja, na própria medida em que as matérias-primas se transformam em produtos) e nunca na etapa subsequente da circulação, acrescentam esse excedente em valor. Se a abstração é feita desse particular, perde-se de vista essa característica que diferencia esse tipo de produção de outros historicamente constatados e que, contrariamente, não evidenciam essa geração específica de lucro apropriado pelos proprietários dos equipamentos, instalações, etc., como no caso da produção artesanal, das pequenas propriedades agrícolas em que o lavrador é o proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho, etc.

E se, em determinada sociedade, essas formas de produção que não engendram lucro capitalista apresentam importante expressão quantitativa — vale dizer, se em áreas denominadas "sub-desenvolvidas" as formas pré-capitalistas

²² A expressão "sociedades capitalistas desenvolvidas" é aqui referida às características da produção presentes nas principais economias de mercado da Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

apresentam relevância — o registro do SCN-1, operando unicamente na esfera da circulação, não possui condições para assinalar esta circunstância.

Ocorre, então, que a medida da atividade econômica articulada em esquemas baseados no SCN-1, o qual (repetindo) foi concebido para representar situações relevantes em sociedades capitalistas "desenvolvidas" a partir da esfera da circulação, uma vez proposta para aceitação geral independentemente do tipo de relacionamento social que se estabelece na produção, constitui uma forma de assumir — implicitamente — que o relacionamento social na produção capitalista em sociedades "desenvolvidas" é a meta final, o ponto de referência definitivo para o raciocínio econômico em termos quantitativos. Ou seja, na medida em que o SCN-1 procura reduzir as representações articuladas de todas as economias ditas "nacionais" aos seus próprios contornos, e se esses últimos são concebidos para retratar situações que, teoricamente, devem assumir importância em economias capitalistas "desenvolvidas", o esquema articulado proposto endossa as relações que se estabelecem na atividade produtiva características dessas últimas economias. Não as discute, aceita-as, e procura referir todas as relações porventura existentes em outras economias à sua própria situação específica.

Por outro lado, poder-se-ia tentar a refutação de que a estrutura do SCN-1 não possui condições para registrar a apropriação do lucro capitalista gerado no interior do processo de produção. O argumento consistiria em que ,

na Conta de número dois (Conta da Renda Nacional), o Produto Interno Bruto da Conta anterior, devidamente ajustado, é identificado quantitativamente e oposto à soma das categorias da repartição funcional da Renda e que, pela natureza dessas categorias, é possível reconstituir com aproximação razoável o montante gerado como excedente em valor pelo trabalho assalariado, no processo produtivo.

Em nossa opinião, essa afirmativa não pode ser sustentada. Isto porque, consultando-se o SCN-1 ²³, verifica-se que a repartição dita funcional da Renda Nacional é estabelecida de acordo com as entidades que compõem o Sistema. E, como veremos mais adiante, a classificação de entidades não as distingue de acordo com a propriedade dos equipamentos, instalações, etc. e/ou com a prerrogativa de contratar trabalho assalariado em condições de gerar valor excedente na produção.

Muito pelo contrário, e especificamente no item 2.2, a medida do poder de compra gerado na produção mistura salários (pagos em contrapartida ao trabalho incorporado no produto) com remunerações que constituem apropriação do excedente em valor gerado por esse trabalho. De outro lado, a remuneração específica do trabalho (item 2.1) pode conter apropriação desse excedente, uma vez que o simples número que mede o conceito não estabelece distinção entre remuneração do trabalho que se incorpora ao produto acrescentando valor, e "remuneração de assalariados" cujo traba

²³ Cf. Anexo I.

lho, contrariamente, não se incorpora ao produto nem acrescenta valor, e que portanto constitui apropriação da-
daquele excedente gerado pela categoria anterior.

A abstração da categoria que estabelece a distin-
ção entre a produção capitalista e outras modalidades de
produção (o lucro capitalista) se reflete, pois, na cir-
cunstância de que representações como o SCN-1 articulam
grandezas detectadas na esfera da circulação. Ou seja, a
medida se estabelece após a produção, nos mercados (de
bens e serviços).

Afirma Delaunay, a respeito do Sistema de Contabi-
lidade Nacional francês (idêntico, na essência da articu-
lação, ao SCN-1 aqui considerado):

"La comptabilité nationale française ne rend
pas compte des rapports existent entre les hom-
mes (c'est-à-dire entre les classes sociales)
dans la phase du procès de production propre-
ment dit. L'essentiel des 'opérations économi-
ques commence avec le marché, est saisi au ni-
veau de la circulation. En effet, elle 're-
cense les biens et services qui s'échangent ef-
fectivement sur le marché ou qui sont suscepti-
bles de s'échanger sur le marché'. Le marché
est son lieu originel véritable comme de toute
comptabilité nationale destinée à la reproduc-
tion capitaliste" ²⁴.

Mais adiante:

²⁴ Delaunay, J. C. - Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale. Op.
cit., 1ª parte, Cap. I, p. 39.

"Mais, la représentation de la production à travers le marché rend la représentation du procès de production prisonnière des formes du lieu de passage de ses résultats ... Ensuite, au niveau de ses catégories descriptives: la production marchande se transforme en production du marché et de révélateur de la production et de sa mesure, le marché en devient le créateur" ²⁵.

O raciocínio de Delaunay leva a verificar que, naquelas circunstâncias em que a maior parte (ou mesmo a totalidade) da produção é realizada em moldes capitalistas, esquemas do tipo do SCN-1 articulam os agregados de tal sorte que não logram captar aquilo que é a característica essencial dessa maneira de produzir. E, ainda, que a produção para o mercado se transforma em produção do mercado.

Por extensão, naquelas circunstâncias em que o mercado (capitalista) não é o escoadouro absoluto da produção social (economias atrasadas com substancial presença de atividades artesanais, de auto-consumo, etc.), representações do tipo SCN-1 não logram captar as características (e relacionamentos) essenciais da produção, e tudo se passa como se as indagações analíticas pertinentes fossem as mesmas que se apresentam nas economias capitalistas "desenvolvidas". Estas últimas, então, passam a configurar espelhos destinados a refletir a imagem de todas as economias, quaisquer que sejam as características da produção (inclusive, no caso extremo, naquelas situações em que a propriedade das instalações, dos equipamentos, matérias-primas, etc., é social, não individual).

²⁵ Delaunay, J.C. - Op. cit., 1ª parte, Cap. I, p. 39.

E, se a preocupação analítica fundamental reside em perquirir as condições em que se modificam as características da produção, deve-se concluir que representações como as do SCN-1 não são adaptadas a essa finalidade.

Consequência da abstração dos relacionamentos que se estabelecem na produção é, por outro lado, a predominância que adquire a articulação presente na primeira conta do SCN-1 (Conta de Produto Interno). De outra parte, torna-se muito difícil (senão impossível) articular de maneira relevante as categorias discriminadas nessa conta (os gastos "finais") com aquelas relativas à repartição de renda incluídas na segunda conta (Conta da Renda Nacional), uma vez que os fluxos de gastos "finais" são medidos na fase de circulação de mercadorias, e os fluxos de pagamentos misturam remuneração gerada na produção com redistribuição desta remuneração (que ocorre na fase de circulação).

Assim sendo, o observador é tentado a associar, por exemplo, o Consumo (ítem 1.4 da Conta do Produto Interno) e/ou Investimento (ítem 1.6) com o Produto (ítem 1.1) ou Renda Disponível (ítem 1.1 ajustado), sem se dar conta, em se tratando de economias ditas "de mercado", daquilo que caracteriza todo o processo, ou seja, a circunstância de que determinado tipo de relacionamento social confere ao trabalho humano engajado na produção a propriedade de criar excedente em valor. E esse tipo de associação, ignorando as relações entre agentes sociais que se estabelecem ao nível da produção (isto é, passando por cima de relações entre seres sociais), concentra a atenção analítica sobre as

"relações" entre coisas (distintos fluxos de bens "finais") e um número que, de outra parte, mede todo o valor da Produção Final, portanto e também um conjunto de coisas. E, diante disso, passa a vigorar uma estranha situação de interdependência entre coisas, como se no mundo da circulação "final" essas coisas inanimadas fossem movidas por impulsos próprios, funcionais, e se relacionassem entre si independentemente da atuação dos próprios produtores e consumidores, os verdadeiros atores da cena social, seres humanos, pois. Dessarte, mercadorias produzidas, trocadas por outras mercadorias (evidentemente, com intermediação da moeda), passam a ter uma função (função Consumo ou função Investimento), no que se ignoram as verdadeiras razões pelas quais os proprietários dos equipamentos, instalações, insumos, etc., ou determinada classe social orientam a produção para os adquirentes das coisas apropriadas ou ao consumo produtivo, ou à manutenção das condições de vida dos trabalhadores, ou à satisfação das necessidades pessoais não diretamente associadas à manutenção dessas condições mínimas de existência, ou à ampliação das instalações, equipamentos, etc. (e que também são seres humanos, pessoas).

Sendo assim, naturalmente a análise baseada nessas relações de funcionalidade entre conjuntos de coisas deve se abstrair das modificações históricas, do movimento das relações sociais, que caracteriza o processo de produção e circulação em seu conjunto. Sob esse ponto de vista, pois, o raciocínio analítico examinado aqui terá que ser necessariamente a-histórico.

E essa perspectiva a-histórica evidencia plenamente sua capacidade de distorção quando se examina, mais de perto, o conceito de capital juntamente com o próprio significado de acumulação de capital, como veremos no item que se segue.

4.2. O conceito de capital

Um breve exame do conceito de "capital" utilizado pelos expoentes da Escola Clássica revela que esse conceito se referia — de maneira mais ou menos precisa — a relações de propriedade. Vale dizer, o conceito de "capital" era associado a relações entre seres sociais. No que tange a Adam Smith, por exemplo, pode-se ler que:

"Desde el principio Smith es partidario del concepto de capital o 'fondo' consistente en 'adelantos' a los trabajadores para mantenerlos durante el período de producción; con ello queda una conexión entre 'la demanda de aquellos que viven de sus salarios' y 'los fondos (capital) destinados al pago de salarios (comando sobre trabalho)'" ²⁶.

Ou, ainda:

"Na opinião de Smith... o lucro derivava principalmente do valor acrescentado pelos assalariados ... 'O valor acrescentado pelo trabalhador aos materiais', disse Smith, 'divide-se em duas partes, a primeira das quais os remunera pelo

²⁶ Blaug, M. - La Teoría Económica Actual. Examen de sus grandes doctrinas. Barcelona, Editorial Luis Miracle, 1968, Cap. 2, p. 75 (Os parêntesis são nossos).

trabalho, cabendo a outra, sob a forma de lucro, ao empregador, remunerando o conjunto de matérias-primas e salários por ele fornecidos" ²⁷.

Poder-se-ia objetar, entretanto, que Adam Smith usava o conceito de "capital" com ambigüidade, pois ao mesmo tempo que o referia a relações de propriedade, como indicado acima, tratava-o como "estoque de bens de produção" quando saltava da consideração ao nível do capitalista individual para o nível da nação como um todo (Cf. Pietranera, G. - "La estructura logica del "capital", in Dobb, M. e outros - Estudios sobre El Capital. Editora Signos, s/data, pp. 37/39).

Ricardo, de sua parte, utilizava conceito de "capital" basicamente semelhante, vale dizer, associado a "poder de comando sobre trabalhadores", ou, se preferido, a "propriedade de recursos aptos a adquirir meios de produção":

"O excedente social, ou 'renda líquida', ao chegar às mãos do latifundiário ou capitalista é gasto por ele no emprego de trabalho improdutivo (serviços, artistas, etc.) ou investido como capital (isto é, na contratação de trabalho produtivo)" ²⁸.

A crítica marxista da "Economia Política Clássica", por outro lado, não atinge a conceituação do capital en-

²⁷ Meek, R.L. - Economia & Ideologia. Op.cit., Cap.2, p.31 (sublinhado por nós).

²⁸ Meek, R. L. - Economia & Ideologia. Op. cit., Cap. 5, l. 103 (sublinhado por nós).

quanto relação social. Pelo contrário, a crítica se estabelece em torno de várias categorias, tais como "valor", "trabalho", "moeda", etc., mas no que concerne ao conceito de capital - por força da própria interpretação teórica do conjunto do processo econômico - a ótica marxista se prende ao caráter de relação social: poder de comando sobre (ou propriedade dos) meios de produção.

Conseqüentemente, o conceito de capital originalmente foi concebido para representar uma relação entre seres sociais, no sentido de estabelecer distinção entre proprietários e não-proprietários (de meios de produção). O conceito de capital, pois, deveria estar referido a uma relação social e, como tal, historicamente condicionada e determinada. No entanto, vale observar que se generalizou a aceitação de um conceito de "capital" que, em se desligando da acepção original relativa à propriedade (ou não) dos meios de produção, passa a ser associado a categorias desligadas de relacionamento social.

Assim é que a partir da entrada em cena, no terreno da Economia Política, das teses e conceituações teóricas concernentes à denominada Teoria Marginalista, por exemplo, o conceito de capital passa a ser associado diretamente ao de bens de produção, isto é, coisas. E, desde que os meios de produção (ou, se preferido, bens de produção) devem existir em qualquer tipo de sociedade, esta última acepção do conceito de capital é necessariamente a-histórica. Esse conceito de capital se associa então, para todos os efeitos, ao conceito de Ativo Fixo (máquinas, equipamentos, instalações, etc.). Vale dizer, aqui o conceito de capital é redu

zido a um dos usos que se podem fazer de uma circunstância propiciada por uma relação social. Ou, ainda, é referido unicamente a uma determinada materialização dessa relação social. É nesta acepção que surge o conceito de "Riqueza Tangível Renovável" utilizado via de regra, como afirma Vuskovic, para a medida do "estoque de capital":

"Conviene mencionar por lo menos alguns aspectos esenciales relativos a la medición del capital nacional, que podría considerarse como el concepto básico de una cuenta de estado patrimonial para la economía en su conjunto. En este sentido, se definen y utilizan varios conceptos, que suelen diferir según su amplitud: capital existente, riqueza tangible renovable, acervo total de capital, etc.

El concepto de riqueza tangible renovable comprende todos los bienes productivos sujetos a depreciación que existen en la economía en un momento dado. Conforme a esa definición, la RTR incluye las maquinarias y equipos productivos, las construcciones y edificaciones (incluidos los edificios escolares, hospitales, etc.), las obras básicas de transporte, energía o irrigación, la masa ganadera, etc.; en cambio, no incluye, entre otros conceptos, la tierra (no renovable), los activos financieros como good will o patentes (no tangibles) o los equipos duraderos de consumidores" ²⁹.

Mais adiante, Vuskovic ressalta a relevância prática do emprego desse conceito de Riqueza Tangível Renovável:

29

Vuskovic, P. - Contabilidad Nacional. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT, conferencias ditadas. Mimeo, 1961, Cap. IV, p. 47.

"Uno de los conceptos derivados de mayor importancia práctica que se obtienen de la expresión en términos monetários de la RTR es el que se suele designar por relación producto-capital, a través de lo que se procura medir el número de unidades de ingreso que se obtiene con una undad de capital" ³⁰.

E, pois, sobre o conceito de "capital" enquanto conjunto de "coisas" que repousa a categoria "relação produto-capital", utilizada como parâmetro fundamental para propósititos de análise e, sobretudo, de planejamento econômico.

Paralelamente, um conceito "oposto" de capital — porquanto agora no lado do Passivo — aparece também no registro de balanços de empresas. Assim é que, entre os itens de Passivo que correspondem ao Patrimônio Líquido, encontra-se o registro do "Capital social em ações"; aqui, trata-se de lançamento "financeiro" (oposto ao lançamento "real" que corresponde aos Ativos Fixos) e que mede o valor de títulos financeiros, ou sejam, as ações em poder dos acionistas ³¹.

³⁰ Vuskovic, P. - Op. cit., Cap. IV, p. 48.

³¹ Cabendo ressaltar que, do ponto de vista marxista, o "capital em ações" de nenhuma forma constitui capital:

"La acción es, pues, un título de renta, un título de crédito sobre la futura producción, una asignación sobre los rendimientos. Capitalizando estos rendimientos y constituyendo esa capitalización el precio de la acción, parece existir un segundo capital en estos precios de acciones. Esto es puramente ficticio. Lo que existe realmente es sólo el capital industrial y sus beneficios. Esto no impide, en cambio, que este capital ficticio exista aritméticamente y se cite como 'capital en acciones'. En realidad, no es ningún capital, sino sólo el precio de una renta — um preço que es posible calcular precisamente porque, dentro de la sociedad capitalista, toda suma de dinero produce renta y por eso, al contrario, toda renta aparece como fruto de una suma de dinero". (Cf. Hilferding, R. - El Capital Financiero. Op. cit., 2ª parte, Cap. VII, p. 113; sublinhado por nós).

Restaria ainda citar o conceito literalmente financeiro de capital, associado "strictu sensu" à soma de títulos financeiros (moeda, direitos contra depósitos, direitos contra outros títulos, etc.) em poder de uma determinada entidade. Trata-se, aqui, de categorias de Ativo — mais precisamente, de Ativo Financeiro ³².

Do ponto de vista do nosso objeto de análise, isto é, do SCN-1, interessa mais de perto registrar que o item 1.6 da Conta do Produto Interno (correspondente à "Formação interna bruta de capital") deve medir a soma de dis-
pêndios efetuados para a formação de capital fixo, e que este último conceito está associado a "capital" estritamente considerado como bem de produção, ou seja, ativo real fixo, ou coisa. E nesse ponto começam as dúvidas e discussões acerca do que é um bem de produção o que, em última instância, traz novamente à tona toda a discussão acerca do próprio conceito de produção. A abstração do relacio

32 Deixando-se de fazer alusão aqui, por irrelevante ao nosso raciocínio, ao conceito de moda de "capital humano". Caberia mencionar, apenas, que reduzir o ser humano a "capital" (este último entendido como Ativos "Fixos") significa reduzir os homens a coisas. Curiosamente, porém, o neo-enfoque se aproxima do conceito marxista de "capital variável" ... apenas com a diferença de que, aqui, trata-se de considerar algo que o ser humano aliena (sua "força de trabalho") — ao passo que, no conceito de "capital humano", é o próprio homem (ser social) que é entendido como "capital". Note-se a proliferação que se verifica nesta "dessocialização" do conceito de capital ao considerar as posições teóricas assumidas por Friedman, por exemplo, no campo da Teoria Monetária: seu modelo quantitativo, além de considerar, do ponto de vista da empresa, a moeda como um "bem de capital", busca estabelecer relacionamento entre riqueza sob a forma humana e não humana ("... the division of wealth between human and nonhuman forms"). Cf. Friedman, M. - "The Quantity Theory of Money: a Restatement", in Friedman, M. (ed.) - Studies in the Quantity Theory of Money, Chicago, Chicago University Press, 1956, pp. 3-21; Friedman, M. - "Money: Quantity Theory", in International Encyclopedia of the Social Sciences, Free Press, 1968, pp. 432-437, "passim".

namento entre seres humanos — socialmente organizados — na produção (entendida aqui como ato social, que adiciona valor mediante o trabalho social empreendido para modificar coisas e torná-las aptas à satisfação de necessidades humanas, histórica e socialmente determinadas), e sua substituição pelo relacionamento entre pessoas e coisas — obtido quando se associa a produção a fatores de produção e um destes é o "capital" entendido como conjunto de coisas (máquinas, instalações, etc.) confere, em primeiro lugar, atributos de produção social às coisas inanimadas. Ou seja, passa-se a atribuir poder produtivo (do ponto de vista social) a máquinas, equipamentos, instalações, etc., quando apenas os seres sociais (ou, se preferido, seres sociais organizados segundo classes) possuem esta prerrogativa. Em outras palavras, estabelece-se confusão entre um funcionamento mecânico (estritamente técnico) das coisas inanimadas, pelo qual a máquina — através de uma série de movimentos — substitui a parte mecânica do trabalho social, com o próprio trabalho social entendido em seu conjunto. Deixa-se de compreender, por isso mesmo, que a utilização de máquinas, equipamentos, etc. tem a ver com o aumento da produtividade do trabalho social. E, como afirma Delaunay, isto implica ignorar que as máquinas não funcionam sem a participação humana, que o va-

lor incorporado nos objetos não circula por si mesmo e que o valor contido nos elementos passivos da produção não pode, por si mesmo, criar valor ³³.

A substituição do enfoque "relações sociais" pelo relacionamento entre "homens e coisas" está na própria origem do neo-classicismo marginalista e, como afirma Meek, pode ser imputada a Jevons:

"What we must start with, Jevons in effect argued, was the mental relation between the individual and finished goods, rather than the social relation between men and men in the production of commodities. And this implied that the basic laws and techniques of economics had a much greater degree of generality that had usually been assumed: they were in fact adequate to deal not only with the optimum-allocation problems to be found in all forms of exchange economy, but also with those of the isolated individual. This amounted, of course, to a

33 Afirma Delaunay, textualmente:

" 1^o Les machines, aussi modernes soient-elles, ne peuvent fonctionner sans la participation des hommes. Du proces de production, les travail leurs constituent l'élément subjectif et actif, distinct de ce fait des autres éléments meme si l'achat de leur force de travail représente, pour le capitaliste, une charge, c'est-à-dire, un débours ou une avance de valeur ou meme titre que l'achat de matieres premieres et de machines.

2^o La valeur cristallisée dans les objets et les moyens de travail ne peut circuler par elle-même. Pour que la circulation du temps de travail social passé ait lieu, il faut l'intervention du travail vivant, en sa forme concrète.

3^o La valeur des éléments passifs de la production ne peut, pour elle-même, créer de la valeur. Quand on parle de la productivité du capital, en entendant par ces mots la productivité des moyens de production transformés en capital, on suggere l'idée d'une création mystérieuse de valeur liée a la nature de ces moyens de production. Mais que se passe-t-il, en realité? C'est que, par rapport, a une norme sociale, par rapport a un temps de travail social moyen de production, une machine ne peut accroître la force productive du travail. Les composantes techniques de la machine en question permettent a un travailleur ou a un groupe de travailleurs de produire plus d'objets en un temps identique". (Cf. Delaunay, J.-C. Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale. Op. cit., Cap. II, item 1. c., pp. 65-66).

complete rejection of the classical idea that economic phenomena could only be properly understood if one started with the relations of production peculiar to the particular economic formation under consideration" ³⁴.

Caberia ressaltar no entanto que, do ponto de vista do proprietário das máquinas, equipamentos, etc. — ou do capitalista — e no plano eminentemente prático do relacionamento entre capitalistas, interessa registrar relacionamento entre coisas (avaliação de distintas máquinas e equipamentos em termos de produção): isto permite "determinar o valor dos direitos de exclusividade legal para usar a maquinaria e o valor dos pedaços de papel que incorporam esses direitos" ou, em última instância, determinar padrões de distribuição de renda entre capitalistas. Como escreve Nutti:

"At a practical level the evaluation of machines of different kinds and ages in terms of output is needed to settle transactions among capitalist firms, to determine the value of the legal exclusive right to use machinery and the value of the pieces of paper embodying such rights. It is necessary to determine distribution of income not between the haves and the have-nots but among the haves" ³⁵.

³⁴ Meek, R. - "The Marginal Revolution and its Aftermath", in Hunt, E.K. & Schwartz, J.G. (ed.) - A Critique of Economic Theory. Bungway, Penguin Books, 1973, Part One, p. 90.

³⁵ Nutti, D.M. - "Vulgar Economy in the Theory of Income Distribution", in Hunt, E.K. & Schwartz, J.G. - A Critique of Economic Theory. Op. cit., Part Three, p. 225.

Ainda, acerca do "conteúdo ideológico" da medida do "capital-coisa":

"The ideological role of the 'value of capital' is that of breaking the direct actual link between the time pattern of labour inputs and the time pattern of output in which any technology can be resolved, and establishing instead a relation between current output and current labour. To this purpose the current 'value of the capital stock' is needed; a mythical conceptual construction in which the past and the future of the economy are telescoped into the present. Attention is focused not on past labour but on the present value of the embodiment of past labour and its current productiveness can be taken to provide a justification for the attribution of the surplus of current output over the wage bill to those who have appropriated the embodiment of past labour, thereby providing the current basis of future appropriation"

36.

Verifica-se, pois que a imprecisão conceitual acerca da própria produção econômica leva necessariamente à imprecisão acerca do significado concreto do conceito de "capital". E não seria ocioso acrescentar que, justamente aqui, se localiza o ponto mais importante da recente discussão que se estabelece entre "neo-clássicos" (e "neo-neo-clássicos") e "cambridgeanos" (ou "neo-keynesianos", ou ainda "novos clássicos", se preferido), discussão essa que, além do próprio conceito de "capital", extravasa naturalmente para problemas teóricos ligados a padrões de distribuição de

³⁶ Nuti, D. M. - Op. cit., p. 225.

renda e de acumulação (ou, se preferido porém mais imprecisamente, investimento). Como afirma Brauns:

En segundo lugar y esto es un punto aún más importante, mientras que los neoclásicos consideran el 'capital' como un factor más de producción (junto a la tierra y el trabajo), los nekeynesianos, junto con Marx, visualizan el 'capital' como una relación social de producción', y lo distinguen de las 'maquinarias' que son simplemente productos que permiten aplicar en distintas formas (algunas más 'eficientes' que otras) trabajo humano para la obtención de productos de consumo final.

las máquinas son simplemente bienes intermedios (este punto es destacado por Braffa cuando da a su conocida obra el título de Producción de mercancías por medio de mercancías); el 'capital' es la capacidad financiera de los capitalistas que les permite comprar máquinas y emplear mano de obra carente de otros medios subsistencia. De la compra de máquinas (I) y de la propensión a ahorrar de los capitalistas (s_k) surgen las ganancias; en ninguna parte aparece una misteriosa 'productividad' de las máquinas. La propensión a invertir de los capitalistas y su propensión a consumir, deben en última instancia analizarse en el marco de las relaciones sociales de producción que las determinen; lo que llama Joan Robinson las 'reglas del juego' del sistema³⁷.

37 Cf. Braun, O. - "Introdução", in Braun, O. (org.) - Teoria del Capital y la Distribución. B.Aires, "Editorial Tiempo Contemporáneo, 1973, pp. 13-14. Interessante notar que a assim chamada por alguns "convergência entre Keynes e Marx", no texto acima, se refletiria na convergência entre certas categorias neo-keynesianas e correspondentes categorias "neo-marxistas" (se assim podemos considerar as categorias principais de Kalecki).

A nosso ver, a imprecisão conceitual deriva do fato de que, muitas vezes, não se leva em conta que o capital, em quanto relação social, assume várias formas distintas, meta morfose essa que é da natureza mesma do processo produtivo. Certamente, Joan Robinson se aproxima de uma formulação desse tipo, quando afirma:

"Now, capital in the world we live in has two aspects. It consists of the stocks of equipment and materials which (with education and training) permit workers to produce marketable goods and it consists of the command over finance which permits employers to organize the production of goods which they can sell at a profit" ... "The two aspects of capital are fused" 38.

A formulação completa da metamorfose do capital está colocada, por Marx, nos seguintes termos:

"O capital aparece (no seu ciclo global de circulação) como um valor que percorre uma série de modificações conexas, reciprocamente determinadas, uma série de metamorfoses que constituem também fases ou estádios de um processo global. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação e uma à esfera da produção. Em cada uma dessas fases, o valor capital se encontra sob diferente figura, cada uma correspondendo a uma função diversa, específica. No decurso desse movimento, o valor adiantado se conserva e, ainda, cresce, aumenta sua magnitude. Por fim, no último estágio, volta à mesma forma em que apareceu no início do processo ..

38 Robinson, J. - "Capital Theory Up to Date", in Hunt, E.K. & Schwartz, J. G. - A Critique of Economic Theory. Op. cit., Part Three, p.239.

global. Esse processo é portanto cíclico" ³⁹.

E, logo adiante:

"Capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital-produtivo designam aqui, portanto, não-espécies autônomas de capital, cujas funções estejam ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros. Aqui designam apenas formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente" ⁴⁰.

Por outro lado, a imprecisão conceitual acerca do conceito de "capital" leva necessariamente à imprecisão relativa ao significado concreto do que seja um "bem de capital" (ou "bem de produção") e, por extensão, ao significado de "investimento fixo" ou "formação de capital fixo". Daí perplexidades que ocorrem quando das tentativas concretas de montagem de esquemas do tipo SCN-1 e as discussões sobre o significado do "investimento" como categoria de gasto final. Veja-se, por exemplo, o tipo de discussão que pode surgir quando se trata de medir a "produção" de serviços domésticos em áreas subdesenvolvidas, e até onde pode ser levado em termos de lógica formal, o conceito de "investimento" e "gastos finais":

"Al incluir los servicios de los amos de casa en renta nacional (da Nigéria), Prest y Stewart se vieron obligados a incluir la dote de la novia como pago por los servicios de los futuros

³⁹ Cf. Marx, K. - O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. Livro 2, Vol. III, Cap. I, p. 53. Veja-se, também, Hilferding, R. - El Capital Financiero. Op. cit., Cap. IV, "passim". Os trechos sublinhados e entre parentesis são nossos.

⁴⁰ Idem, ibidem, pp. 53-54.

esposas. Si tratamos a los esposos como bienes de consumo durables, nos ponemos en una posición aun más ridícula, ya que tendríamos que tratar un aumento de la población femenina soltera de la misma forma que tratamos un aumento de las existencias de refrigeradores que esperaran su distribución — como un aumento neto de la formación de capital" ⁴¹.

Como se vê, quando às coisas se conferem atributos humanos (capacidade de produzir socialmente) insinua-se prontamente a oportunidade de transformar homens (ou, no caso, mulheres) em coisas (bens duráveis de consumo, tais como geladeiras). A imprecisão quanto aos conceitos (sociais e historicamente determinados) de "produção", "capital" e "investimento" contribui para que a medida desse último agregado possa ser acoimada de "misplaced aggregation". E esse tipo de crítica pode ser efetuado, tanto do ponto de vista de Streeten-Myrdal ⁴² no sentido de que, misturando tudo, o agregado "investimento" não estabelece distinção entre componentes mais relevantes e outros menos relevantes, como também do significado do conceito de capital enquanto relação social historicamente determinada. Incluir os gastos efetuados com a construção de todas as habitações, escolas, museus, etc. na medida da "forma-

⁴¹ Cf. O'Loughlin, C. - "El tratamiento de las transacciones no monetarias en las Cuentas Nacionales", in El Ingreso y la Riqueza (trabajos presentados en la Conferencia de la Asociación Internacional para la Investigación del Ingreso y la Riqueza celebrada en Rio de Janeiro en junio de 1959). Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1963. Cap. II, p. 27 (a parte entre parentesis é nossa).

⁴² Cf. Cap. 5, ítem 5.1 do presente trabalho, quando se analisa o relacionamento interno do SCN-1, e se precisam os conceitos de "misplaced aggregation" e "illegitimate isolation", utilizados por Streeten e Myrdal.

ção bruta de capital" significa admitir que imóveis residenciais, por exemplo, "produzem" economicamente. Daí a medida misturar gastos necessários à reprodução ampliada do capital com despesas de consumo (basicamente, de capitalistas). Por consequência, "misplaced aggregation" neste sentido.

Não custaria aludir "en passant", relativamente à "produção" de serviços domésticos remunerados ou não, e à inclusão do montante total dessa "produção" nos conceitos de Produto e Renda agregados, a esforços recentes no sentido de incluir, na medida, inclusive o tempo que os componentes de uma família gastam com todo e qualquer tipo de trabalho doméstico — inclusive naquelas circunstâncias em que esse tempo disponível se deve a situações de ... desemprego.

"The first objective of this study is to estimate the value of non-market output, namely the value of those non-market activities done by American families in 1964 which were not included in the conventional national accounts, the value of car services as part of family income, the value of labor time lost because of sickness or unemployment, and the value of more or fewer desired hours of work by working heads of families. No attempt, however, is made to estimate the services of other consumer durables since we do not have adequate information about their values"⁴³.

⁴³ Cf. Sirageldin, Ismael Abdel-Hamed - Non-Market Components of National Income. An Arbor, Institute for Social Research, The University of Michigan, Survey Research Center, s/data. Introdução, p. 2. Vale notar que, neste contexto, atributos produtivos são inclusive estendidos a bens duráveis de consumo, como automóveis particulares.

E o autor adverte, claramente, para a motivação teórica que o levou a empreender seus esforços: ao fato de que, levada às últimas conseqüências, a abordagem neo-clássica não deve estabelecer distinção conceitual entre "trabalho produtivo" e "trabalho improdutivo" e que, em assim sendo, o conceito de "produção" (ou Produto e Renda) deve ser pertinentemente remetido a "bem estar social" — de acordo, pois, com a concepção subjetiva de valor que dá contornos imprecisos ao conceito de produção:

"It seems like unbroken tradition among economists even of present times to follow Adam Smith's notion of classing domestic help and servants as unproductive..."

"Alfred Marshall, however, strongly criticized Adam's distinction between productive and unproductive labor: '... there is no distinction in character between the work of the baker who provides bread for a family and that of the cook who boils potatoes'. Marshall also defined labour as '... any exertion of mind or body undergone partly or wholly with a view to some good other than the pleasure derived directly from the work', and stressed the ambiguous meaning of productive since '... consumption if the end of production', Alfred Marshall, Principles of Economics (8th ed., London, Macmillan, & Co. Ltd., 1920), pp. 55-57.

This old rooted distinction is partly responsible for the futile controversies that have arisen with the initiation of the statistics of national income on the question whether or not government output should be considered a part of national product" ⁴⁴.

⁴⁴ Cf. Sirageldin, I. A. -H. - Non-Market Components of National Income. Op. cit., Cap. 4, p. 53 (rodapé).

Como se vê, a imprecisão conceitual acerca do conceito de "produção" desemboca, também, no extremo de considerar o não-trabalho como trabalho. Assim procedendo, a imputação de uma "remuneração" a doentes hospitalizados e desempregados (e, por que não, mendigos?) seria computável com um conceito de "bem estar social" ⁴⁵. E a medida do Produto e Renda Nacionais, com as imputações "pertinentes", certamente evidenciaria tendência crescente, inclusive naqueles anos em que a economia nacional estivesse mergulhada no mais profundo âmago de uma depressão econômica.

Caberia apontar outro inconveniente derivado do nível de agregação em que está estruturado o SCN-1 e que está associado, também à conceituação ali aceita de produção e capital. Deriva ele do fato de que — mesmo substituindo o conceito de "empresários" de um modo geral pelo de "empresas" (personalidades jurídicas definidas que podem ou não pertencer aos mesmos empresários, ou pessoas, ou ainda pertencer ao Estado, ou até operarem de maneira não-capitalista como no caso de um profissional liberal) — o registro articulado do SCN-1 não leva em conta a própria interdependência entre empresas ⁴⁶. Vale dizer, o nível de agregação do SCN-1 determina a abstração daquilo deveria ser considerado o essencial, mesmo aceitando como representativo o relacionamento entre empresas (ao invés de entre clas

45 Se bem que, no caso do desempregado, poder-se-ia objetar no sentido de que o termo mais próprio deveria ser "mal-estar".

46 Constituindo aquilo que poderíamos talvez denominar "efeito não-inten industrial" e que se procura resolver através das alternativas de tabelas de insumo-produto.

ses sociais): a dependência de algumas empresas para com outras empresas, no que diz respeito a abastecimento (dependência "para trás") ou no que tange à procura pelos seus produtos (dependência "para a frente" no caso da produção de insumos ou de bens de produção). Nestas condições, o observador que utiliza como ferramenta analítica o SCN-1 é "empurrado", também pela circunstância apontada acima, a estabelecer aquele mesmo tipo de funcionalidade entre o agregado "Consumo Final" e "Renda", ou entre "Investimento" e "Produto", etc., sem possibilidade de investigar como e por que determinada empresas produzem tanto de bens de consumo final ou tanto de bens de produção e que repercussões se verificam dentro do conjunto das empresas.

4.3. O conceito de agentes da produção

As contas do SCN-1 são articuladas de acordo com uma classificação de entidades que as discrimina segundo quatro grandes classes: empresas, famílias, Governo e "resto do mundo" ⁴⁷.

O conjunto de entidades classificadas como "empresas" deve incluir todas aquelas unidades econômicas que orientam a sua produção de maneira a vendê-la no mercado e visando a obtenção de lucro. Estas entidades incluem, pois, as empresas privadas — de propriedade de capitalistas, se a organização da produção nessas empresas se efetua em modos capitalistas — as empresas públicas (de propriedade

⁴⁷ Cf. Cap. 2, itens 2.1 e 2.2 do presente trabalho.

estatal, em que a organização da produção se efetua mediante decisão de pessoas com poder de comando dentro do Governo) e as empresas mistas (em que a responsabilidade pela decisão se reparte entre os proprietários privados e as autoridades do Governo).

A entidade "famílias" deve englobar, em primeiro lugar, o conjunto de pessoas em condições de "produzir" economicamente: vale dizer, são consideradas como constituintes da entidade "famílias" todas aquelas pessoas que retiram, por alguma forma e, no período considerado, poder de compra oriundo da "produção". Considera-se que as "famílias" recebem remuneração por "serviço de fatores" quando retiram esse poder de compra da produção efetuada no período, pelo trabalho ou pela propriedade. Podem também retirar poder de compra via "transferências" quando não prestam "serviços de fatores" ⁴⁸. São também incluídos na entidade "famílias" todas as instituições privadas que estão organizadas para finalidades não lucrativas (fundações, museus, instituições benemerentes, etc.).

A entidade "Governo" reúne todas as repartições públicas que possuam em comum a circunstância de prestar serviços públicos a toda a comunidade, sem obtenção de pagamento em contrapartida. Essa entidade, pois, não vende a sua "produção" e, obviamente, não objetiva lucro, tal como a entidade anterior.

⁴⁸ Os critérios de classificação de entidades podem ser consultados nos textos referentes a Contabilidade Social. Citamos, por exemplo, Balboa, M. - Contabilidad Social. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT, mimeo, 1961, Cap. I, p. 71; Cap. II, p. 87, "passim" e Powelson, J.P. - Ingreso Nacional y Corriente de Fondos, Conceptos, Contabilidad y Analisis. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1963, 1ª parte, II, "passim"

O "resto do mundo" compreende, englobadamente, "empresas", "famílias" e "Governos" não-residentes ou — menos precisamente, mas de maneira mais fácil — situados fora do espaço territorial do país.

É possível verificar que, dispostas as coisas desse modo, a classificação em pauta é apropriada em primeira instância para a análise de atividade econômica, dentro das fronteiras do país, pelo lado das grandes categorias Keynesianas de demanda. Ou seja, esta classificação reúne, na entidade "empresas" o "lugar econômico" de realização dos gastos induzidos de investimento. Já na entidade "Governo", tal como estabelecida na classificação, se efetua por excelência o montante de investimentos autônomos. À entidade de "famílias" deve ser associado, essencialmente, o montante dos gastos pelo conceito de Demanda em Consumo ⁴⁹.

Dessa maneira, percebe-se que a classificação de entidades internas presentes no SCN-1 é fundamentalmente funcional: de um lado acham-se discriminadas aquelas entidades que efetivam dispêndios preponderantemente de Consumo "Final" (famílias) de outro lado, aquelas que realizam gastos sobretudo de Investimento (empresas e Governo). Quando se concebe poder de decisão, em termos de política econômica, eminentemente às entidades "internas" — no sentido de que são estas as entidades que podem oferecer "resposta econômica" em função de tal ou qual elenco de medidas de

⁴⁹ Cf. Powelson, J. P. - Ingreso Nacional y Corriente de Fondos. Op.cit. 1ª parte, IV, p. 74, "et passim".

política econômica adotado pelo Governo — e dado que a classificação obedece a critérios de seletividade de acordo com a natureza do gasto "final" (Consumo ou Investimento) é visível a circunstância de que o importante aqui é a medida do Consumo "Final" e do Investimento em relação ao **Produto** (ou Renda). Em outras palavras, a classificação de entidades do SCN-1 é útil sobretudo para analisar modificações no Consumo ou Investimento "vis a vis" o Produto. Porisso mesmo, é a tradução do suporte conceitual que dá as informações empíricas necessárias ao estabelecimento de uma "função Consumo" ou uma "função Investimento".

Se atentarmos para o período histórico em que foram concebidos os esquemas de Contas Nacionais — e, especificamente o SCN-1 ⁵⁰, podemos também associar a classificação de entidades com a denominada "revolução Keynesiana" ⁵¹. E, nestas condições, o embasamento teórico Keynesiano serve de apoio ao estabelecimento de relações funcionais entre Consumo (ou Investimento) e Produto (ou Renda). Restaria assinalar, no entanto, o aspecto contraditório que ocorre quando da utilização das "propensões" (a consumir e a poupar), mutuamente inibitórias, e o caráter complementar de Consumo e Investimento, enfatizado pelo próprio Keynes ⁵².

50 O SCN-1 foi proposto pelas Nações Unidas em 1952.

51 A "General Theory" de Keynes foi publicada em 1936, e a aceitação quase geral dos seus postulados data, nitidamente, de após-guerra, ou seja, 1945. O próprio Keynes desenvolveu o esboço do que seria o SCN-1 (Cf. Cap. I, do presente trabalho).

52 Veja-se mais adiante, Cap. 5, item 5.1.

Desde outro ponto de vista, a classificação de entidades ora comentada apresenta o inconveniente maior — derivado dos próprios critérios de classificação e resultantes da interpretação teórica inerente — de fazer abstração do relacionamento verdadeiramente pertinente que se estabelece entre os verdadeiros "sujeitos" da atividade econômica. Vale dizer, considerar "empresas" e "famílias" como "sujeitos econômicos" (ou entidades) dissociados e mesmo opostos enquanto sujeitos, em uma classificação que lhes associa a responsabilidade por "funções" distintas e separadas, numa verdadeira delimitação de áreas de interesses e situações, implica não reconhecer que, afinal, aquilo que está incluído no conjunto relativo à entidade "famílias" constitui, também, a essência do "sujeito" denominado "empresas".

Dito de outra forma, a classificação que opõe "empresas" a "famílias", enquanto "sujeitos" distintos, dissociados no tempo e no espaço, com interesses e motivações diferentes e, sobretudo, com um tipo de "comportamento econômico" diferenciado, passa inteiramente por cima do fato de que algumas "famílias" (ou ainda, grupos de pessoas reunidas em camadas ou classes sociais), aquelas detentoras da propriedade dos meios de produção, são as verdadeiramente responsáveis pelo "comportamento econômico" de todo o conjunto de entidades "empresas": decisões quanto ao nível e natureza da produção, aquisições de matéria-prima e de força de trabalho, estabelecimento de preços de venda, nível e composição de investimentos, etc..

Dito isto, caberia então especular sobre as consequências da dissociação acima apontada relativamente ao po-

der explicativo da classificação de entidades presente na SCN-1. Em primeiro lugar, deve ser apontado que dos seres sociais (pessoas socialmente organizadas) é retirada a característica fundamental de estarem organizadas por classes sociais relativamente à produção. Isto é, a entidade "famílias", na classificação ora analisada, reúne todas as pessoas que retiram poder de compra em um período, sem estabelecer distinção precisa quanto à propriedade dos meios de produção. A separação que se apresenta na Conta nº 4 (Conta das Unidades Familiares e Instituições Privadas sem fins de lucro) ⁵³ é referida a tipos de pagamentos (salários, renda de granjas, profissões liberais e empresas não constituídas em sociedades "de capital", etc.) que não opõem recebimentos oriundos da propriedade dos meios de produção aos que não são dali provenientes; pelo contrário, mistura esses dois tipos de recebimentos, tanto nos salários como na categoria seguinte. Ademais, é a totalidade desses recebimentos que se opõe aos gastos agregados de Consumo Privado, etc. (vale dizer gastos de todas as famílias em Consumo, impostos, etc.). Nestas condições, é como se todas as pessoas ou todas as classes (ou, ainda, se preferido, todas as famílias), num só bloco, recibessem um montante global de poder de compra que, este sim, é destinado a tudo o Consumo Final, a todos os pagamentos de impostos pessoais, etc.. Evidentemente, fica sem resposta a indagação acerca de que parcela do valor gerado na produção vai às mãos dos proprietários das empresas, equipamentos, etc. (ou meios de produção) e/ou que parcela dos gastos de Consumo é efetuada por estes mesmos agrupamentos. Ou, "mutatis

53 Vide Anexo I.

mutandis", quais as respectivas proporções relativamente aos que somente detêm a propriedade de sua própria capacidade de trabalho. E, se a atividade econômica se efetiva em moldes capitalistas, poderia ser precisamente crucial -- do ponto de vista da reprodução ampliada ou, se preferido, do ponto de vista do crescimento econômico, ou acumulação -- estabelecer quantitativamente estas proporções relativamente ao trabalho assalariado e ao capital. Ou seja, poderia ser absolutamente relevante saber, do valor gerado na produção, quanto se destina aos proprietários de empresas, equipamentos, etc. e quanto se destina à remuneração da força de trabalho; e por outro lado, poderia ser igualmente importante saber quanto é gasto pelos capitalistas em Consumo e quanto é dispendido para esse propósito pelos não-proprietários dos meios de produção. Porque o Consumo desses últimos está relacionado basicamente com a reprodução do seu próprio conjunto como fornecedores de força de trabalho, enquanto o Consumo dos capitalistas é categoria importantíssima para a determinação da acumulação de capital, ou seja, para a reprodução capitalista em escala ampliada, ou ainda, para o crescimento econômico em moldes capitalistas. Dessa maneira, a entidade "famílias", misturando indistintamente proprietários e não-proprietários dos meios de produção, faz desaparecer um aspecto contraditório essencial, que é a característica intrínseca do funcionamento das economias ditas "de mercado": o fato de que os seres sociais se distinguem e se opõem relativamente a essa propriedade de empresas, equipamentos, instalações, etc. e, conseqüentemente, é atribuível aos que fornecem capacidade de trabalho a prerrogativa de acrescentar valor acima do seu próprio. E tudo se passa como se todos "produzissem": uns "produzem" e

viço de fator' trabalho"; outros, "produzem 'serviço de fator' propriedade". No melhor dos mundos, é possível buscar a solidariedade "ótima" entre os fatores de produção. em plena harmonia e equilíbrio, de tal sorte que os "proprietários" de fatores (categoria idílica que absorve proprietários e não-proprietários, fazendo desaparecer os últimos e transformando-os nos primeiros) possam obter remuneração compatível com as respectivas "produtividades marginais" — ou respectivos esforços ⁵⁴. Todos unidos, em esforço comum, "produzem o bolo social". E na hora de comê-lo, a fatia é sempre justa porque correspondente ao "serviço de fator" de cada um.

Da outra parte a entidade "empresas", quando considerada do ponto de vista do processo social de produção, é um conjunto perfeitamente vazio. E simplesmente porque as pe-soas (ou seres sociais estão já incluídas, enquanto protagonistas do relacionamento social da produção (proprietários de meios de produção e proprietários de capacidade de trabalho, se preferido e mais comodamente, proprietários de "serviço de fator" propriedade e de "serviço de fator" trabalho, ou mais clinicamente, trabalhadores e não-trabalhadores), na outra entidade que define o conjunto "famílias".

Paradoxalmente, então, as "empresas" são "produtoras" e, ao mesmo tempo, "não-produtoras". São entidades "pro

⁵⁴ Substantivo este que chama o não-esforço de esforço. Receber dividendos, por intermédio de um corretor, passa a ser "esforço produtivo". Talvez se aceitasse melhor esse tipo de "esforço" se as desagradáveis "úlceras" dos capitalistas e banqueiros, resultantes da preocupação com oscilações de conjuntura, fossem consideradas contrapartidas do esforço.

dutoras" quando se percebe que, na Conta do Produto Interno (Conta nº 1 do SCN-1), que é uma conta consolidada de empresas, registra-se a saída da produção ⁵⁵. A produção deve ser entendida, nesse sentido, como engendrada dentro das empresas as quais, enquanto entidades do SCN-1, "produzem". Por outro lado, as empresas são simultaneamente entidades "não—produtoras" quando se percebe que, desde o ponto de vista teórico, a produção é efetuada pelos "fatores de produção" os quais, por coincidência, pertencem à outra entidade: as famílias. Nesse caso, então, são as famílias que produzem.

A saída do impasse consiste, quiçá, em considerar a entidade "empresas" como o local da produção. Isto é, as entidades verdadeiramente "produtoras" (as famílias) se dirigiriam às empresas e, em lá chegando, engendrariam a produção. O que significa, então, considerar a entidade "empresas" como um conjunto de edifícios e instalações. Ou, se preferido, um conjunto de tijolos, concreto, telhas, máquinas, etc., isto é, coisas.

Assim sendo, o relacionamento sócio da produção, uma vez observado pelo prisma do binômio empresas-famílias, é substituído por um relacionamento entre coisas e pessoas. Isto faz com que, do ponto de vista da "classificação de entidades" presente no SCN-1, a crítica seja levada ao mesmo terreno já abordado em ponto anterior do presente trabalho ⁵⁶.

⁵⁵ No caso, uma parte da produção, ou seja, aquela que se destina à "utilização final". Veja-se o item 1.1 desse mesmo Capítulo. Consultar, também, o Anexo I.

⁵⁶ Cf. item 4.2 do presente Capítulo, quando se tratava de conceito de capital.

Por outro lado, implica também retirar do plano analítico o aspecto social da produção e colocar em seu lugar, com pre-dominância absoluta, o aspecto técnico ⁵⁷.

Caberia assinalar que a atribuição de caracteres con-cretos a entidades "abstratas" (aqui entendido isto como atri-buição de poder produtivo a "empresas", isto é, conjunto de coisas enquanto entidades opostas a "famílias"), dentro das roupagens do SCN-1, serve de base de sustentação para toda uma postura ideológica: o não reconhecimento de interesses sociais contraditórios, no interior do processo de produção, e a substituição das categorias correspondentes de classes so-ciais pelo binômio "empresas-famílias", implica associar os interesses de todas as classes sociais com o montante da produção gerada em todas as empresas. Nestas condições, os inte-resses das pessoas seriam complementares aos interesses das empresas. O que de melhor poderia acontecer seria o cresci-mento do nível de produção nas empresas, uma vez que seria concomitante com o crescimento de toda a Renda que vai a todas as pessoas. A distribuição dessa Renda seria efetuada de a-cordo com a "produtividade marginal dos fatores", conceito es-se que pode ser perfeitamente identificado com as categorias

57 Dito seja de passagem que a substituição do termo "Economia Política" (que, em si, pressupõe consideração de problemas sociais) por "Teoria Econômica", ou, mais simplesmente, "Economia" (que, no seu conteúdo, pressupõe necessariamente essa consideração) assinala também, no campo da etimologia, a substituição do caráter eminentemente social (e político) dos fatos econômicos pela interpretação eminentemente tecni-ca (ou apolítica ou, ainda, se preferindo, essencialmente "científica"). Essa substituição é originária de Jevons:

"The belief that the new developments had at last turned political economy into a real science was expressed ('inter alia') by what Jevons (1871, p.xiv) described as 'the substitution for the name Political Economy of the simple convenient term Economics'. (Cf. Meek, R. "The marginal revolution and its aftermath", in Hunt, E.K. e Schwartz, J.G.(ed.) - A Critique of Economic Theory. Op.cit., Part One, p.90, nota de rodapé 15.

técnicas. O problema fundamental consistiria, pois, em combinar tecnicamente quantidades de fatores nas empresas de maneira a aumentar o nível da produção ⁵⁸. E, em se tratando de um sistema capitalista, a classificação de entidades — em última análise:

- a) Endossa-o, pela omissão das categorias identificatórias e contraditórias desse sistema, e pela sua substituição pelas categorias "eternas" montadas especificamente para a representação desse sistema;
- b) Derivado disto, torna-se talvez impossível registrar alterações fundamentais dentro do próprio sistema capitalista (como por exemplo, a verificação da maneira pela qual a contradição trabalho assalariado/capital vem sendo enfrentada no último quartel do século), fato ao qual não deve ser subtraída importância ideológica;
- c) A classificação de entidades possibilita o enfoque da atividade social de produção por um prisma eminentemente técnico ("serviços de fatores" utilizados nas empresas, em proporção que podem ser tecnicamente determinadas), embelezando a "mecânica" da produção e convidando a análise a abstrair-se das implicações sociais e políticas (ou, pelo menos, convidando a análise a subordinar essas considerações ao aspecto técnico da produção). Destarte, ideologicamente endossa o sistema capitalista de economia "de mercado".

⁵⁸ Daí a aceitação geral que a tecnocracia, amparada empiricamente em esquemas como o SCN-1, confere à denominada "teoria do bolo".

Capítulo 5: A crítica interna ao SCN-1

5.1. Os agregados e seu relacionamento

No entanto, quiçá fora teoricamente relevante estabelecer o relacionamento entre Consumo, Investimento, etc. "vis a vis" o Produto (ou Renda). Raciocínio exemplificativo desta hipótese foi, aliás, ensaiado na Parte I (Apresentação), Capítulo 2, item 2.3, do presente trabalho. Aceitando-se a hipótese, caberia então realizar o que se poderia denominar "crítica interna". no sentido do termo utilizado por Myrdal ⁵⁹:

"Transcendental and immanent criticism cannot be sharply distinguished... To criticize abstraction from a variable that is in fact subject to larger changes than the variable analyzed is transcendental criticism. To criticize abstraction from a variable whose change is logically implied in the assumptions of a model is immanent criticism. But, for certain purposes, change that is logically implied can nevertheless be regarded as inessential. The question whether the change is indeed essential is therefore partly one of transcendental and partly one of immanent criticism. Thus many models abstract from the passage of time, without denying that all events must occur in time. But if the passage of time can be shown to change crucially certain factors assumed to be constant, a criticism that points

⁵⁹ Myrdal estabelece distinção entre "crítica transcendental" e "crítica imanente" ("immanent criticism"). Preferimos, aqui, utilizar a tradução deste último conceito como "crítica interna".

this out is partly transcendental, partly immanent" ⁶⁰.

O que se pretende colocar em questão, aqui, é a própria relevância de se medir um Consumo Agregado (ou, precisando melhor, um número apenas como indicativo de todo o Consumo Final), um Investimento etc. — em primeiro lugar. E, em seguida, analisar o significado real de se estabelecer o relacionamento entre dois desses números (como no caso da função Consumo, por exemplo, em que se associam funcionalmente os gastos em Consumo Final com a Renda Pessoal Disponível).

Eleger um número para englobar e representar todos os gastos de Consumo Final pode significar incorrer na "misplaced aggregation", segundo a terminologia de Streeten-Myrdal:

"In the attempt to reduce the complexity of concrete detail to a single-sector abstraction the baby is thrown out with the bath water. The same may be said with almost equal force of the two - or three sector abstractions, particularly when the additional sectors are achieved by over-simplification in other respects. For in the discussion of savings, investment, consumption, and inflation, the direction and composition of government policies and their effects are relevant, not some spurious totals. It is much more important, for example, to know changes in aggregate consumption; to know where invest occurs and what supplementary and complementary actions are taken then to know how much is added to total capital when we consider the capital/output ratio; to know where supply bottle—

60 Streeten, P. - "Economic Models and their usefulness for Planning in South Asia". In Myrdal, G. - Asian Drama, an Inquiry into the Poverty of Nations. 3ª ed. New York, Pantheon, 1968, Vol. III, Appendix 3, p. 1943.

necks occur than to postulate a general ceiling when we analyze inflation; to consider which imports are affected then to apply multiplier analysis when we analyze the effects of a devaluation on internal activity. The objection to aggregation is not the over-simplification as such, but the abstraction from the very facts that matter most" ⁶¹.

Ou, em outras palavras, incorrer na "misplaced aggregation" significa misturar, na agregação, aquilo que tem sentido enquanto parte de um conjunto, mas que perde significado quando não salientado (ou indistinto) na totalidade do conjunto. Em suma, trata-se da mistura daquilo que não deve ser misturado. No caso dos gastos "finais" em Consumo Pessoal, por exemplo, a "misplaced aggregation" pode consistir na não diferenciação entre "consumo de proprietários", por um lado, e "consumo dos trabalhadores", por outro lado. Ou, ainda, na não distinção entre "gastos monetários em Consumo" e "gastos não monetários" (auto-consumo) ⁶². Ou, de outra forma, na ausência de qualquer tipo de subdivisão dos gastos em Consumo Pessoal de acordo com o tipo de bens de consumo final (bens duráveis e não-duráveis de consumo, por exemplo e pelo menos).

Vale dizer, a "misplaced aggregation", é o preço que exige um nível de abstração incompatível com os relacionamentos efetivamente relevantes. No Sistema de Contas Nacionais

61 Streeten, P. - "Economic Models and their usefulness for Planning in South Asia", in Myrdal, G. - Asian Drama, Op.cit., vol.III, Appendix 3, p. 1953, "et passim".

62 Esta distinção é sobretudo relevante do ponto de vista Keynesiano, o qual, por hipótese, dá o embasamento teórico para o SCN-1. Sobre esse ponto, raciocinar-se-á mais adiante.

ora analisado, e especificamente na Conta do Produto Interno do SCN-1, poderíamos imputar a "misplaced aggregation" tanto ao agregado "Consumo Pessoal" como à "Formação interna bruta de capital" (ou Investimento "fixo").

De outra parte, o fato de serem selecionadas algumas categorias do SCN-1, e de serem confrontadas individualmente com outras variáveis do mesmo sistema, com a finalidade da obtenção de parâmetros (ou coeficientes) representativos de conexões relevantes, pode ser criticado do ponto de vista da "illegitimate isolation", outro pecado mortal segundo a terminologia de Streeten-Myrdal. Consiste essa inconveniência no fato de que, ao se relacionarem apenas dois agregados (ou conceitos, ou variáveis) um em relação ao outro, de maneira a estabelecer um nexos causal — isto é, uma função — muitas das vezes não se consideram influências das mais importantes sobre a evolução da variável dependente e que não podem ser imputadas à evolução da variável independente.

"The assumption in constructing economic models that it is possible and useful to isolate certain variables and concentrate on them without regard to their inseparability from variables that are left out of consideration, is in one sense the reverse of misplaced aggregation and in another its complement. To construct models on such an assumption is like judging a violin concert by the number and quality of violins without regard to the skill of the violinists. Violins, however fine, cannot produce a melody without skilled violinists, nor can violinists without violins. The appropriate unit is violin plus violinists, and to talk of a violin / melody ratio is to commit both the fallacies,

misplaced aggregation and illegitimate isolation"
63.

As considerações tecidas logo acima permitem trazer esse tipo de raciocínio para o quadro geral do SCN-1 e seus componentes agregados, principalmente do ponto de vista do poder interpretativo das relações que se intentam estabelecer.

Tomemos como exemplo a "Função Consumo" no âmbito do SCN-1, qual seja e mais uma vez, o relacionamento entre Consumo Pessoal e Renda Disponível, no qual os gastos com o primeiro estão na estrita dependência do montante do segundo agregado. Ou seja, uma função (linear) na qual a variável dependente é o Consumo (agregado) e a independente é a Renda (agregada). A "illegitimate isolation" se caracterizaria na proporção em que outros fatores, que não a modificação no nível absoluto de Renda, seriam mais importantes, tão relevantes quanto ou suficientemente importantes (relativamente ao montante global da Renda Disponível e não influenciando sobre esse montante) "vis a vis" o nível de Consumo Pessoal agregado. Nestas condições, relacionar estritamente o Consumo com a Renda significaria deixar de lado, ou as implicações efetivamente relevantes, ou — quando menos — implicações que não deveriam ser desconsideradas.

Ora, caberia inicialmente levar em conta que os pa-

63 Cf. Streeten, P. - "Economic Models and their usefulness for Planning in South Asia", in Myrdal, G. - Asian Drama. Op.cit., vol.III, Appendix 3, pp. 1953/1954 "et passim". Nesse trabalho, Streeten e Myrdal configuram a crítica desses relacionamentos sobretudo para propósitos de planejamento, e concentram o foco de atenção sobre particularidades da Região Sudeste da Ásia. E, em outro apêndice, pormenorizam importante "crítica interna" ao conceito de "relação capital/produto".

drões de Consumo Pessoal (e, portanto, o nível global) são determinados antes que tudo pela natureza da distribuição da Renda — de acordo com a posição das camadas sociais no processo de produção e com a natureza da própria produção. Vale dizer, o nível e a composição dos gastos em Consumo Pessoal só podem ser explicados pela compreensão do que ocorre no interior do processo social de produção. Em outras palavras, medir uma "propensão a consumir" para o país como um todo, através das séries de Renda (ou Produto) e Consumo agregados pode ser irrelevante.

Baran, cujo raciocínio incluímos logo abaixo, não usa sequer meias-tintas para situar a irrelevância da "propensão marginal a consumir":

"Esto es (la propensión marginal a consumir) un concepto más bien erróneo, ya que coloca la 'responsabilidad' para cualquier distribución dada de la renta como la que existe entre el consumo y el ahorro (y de aquí indirectamente para cualquier nivel dado de empleo), sobre la sociedad en conjunto, más bien que sobre aquella clase de la sociedad que está en posición de hacer decisiones respecto al consumo y el ahorro" ⁶⁴.

Ainda, citando pesquisas de Abramovitz (1942) "Journal of Economic Advisers" (1951) e J. N. Morgan (1951):

"Se ha señalado que la 'propensión marginal a consumir' tiene poco que ver con la elección entre el consumo y el ahorro. La abrumadora mayoría de la población aún en países tan ricos como los

64 Cf. Baran, P. - La Planificación en los países capitalistas avanzados. Santiago, ILPES, mimeo, 1965, nota a p. 7 (transcrito de Panorama Económico, nº 149, julho de 1956 (o parêntesis é nosso)).

Estados Unidos, ahorra una parte insignificante de sus rentas, y — lo que es aún más importante — de los ahorros totales acumulados por la nación. Así, bajo condiciones de ocupación plena, todos los ahorros personales constituyen sólo una parte pequeña de los ahorros totales, y los ahorros que algunas leyes de impuestos definen como 'renta percibida', son una parte casi insignificante. El volumen de ahorros que debe compensarse con las inversiones proyectadas a fin de mantener la ocupación plena, consiste en los ahorros de las empresas, y de aquellos ahorros que estén directamente influenciados por las utilidades y decisiones de las corporaciones en lo concerniente a dividendos. En otras palabras — aún si se estableciera que la tabla (schedule) de la 'propensión a consumir' es lo suficientemente estable como para predecir la relación de consumo a renta disponible —, esta relación tomaría en cuenta solamente una fracción de los ahorros totales. El resto depende de las decisiones de los consejos directivos sobre depreciación — reservas-dividendos —, gastos, decisiones que no pueden ser satisfactoriamente atribuidas al funcionamiento de algunas leyes psicológicas generales — en todo caso 'clientes de poca confianza en economía', usando la expresión de Schumpeter" ⁶⁵.

Portanto, a utilização de uma "função Consumo" essencialmente centrada no parâmetro "propensão marginal a consumir" é um procedimento que associa, no mesmo passo, "misplaced aggregation" com "illegitimate isolation".

Dito de outra maneira, não é difícil imaginar uma situação em que a expansão da produção (e do Produto) se dê em

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 7/9.

circunstâncias nas quais a expansão do Consumo (agregado) não obedeça ao que seria de se esperar a partir de uma "propensão a consumir" estimada pela Função Consumo. Muito pelo contrário, não seria absurdo constatar uma contração, em termos absolutos, do Consumo (agregado) face a uma expansão no nível de Produto. Ou uma expansão mais que proporcional. Em um ou outro caso, a variação do Consumo seria explicada, não pela variação no ritmo de expansão da Produção, e sim pela natureza dessa expansão e pelas características de apropriação de Renda na medida em que se desenvolve a produção. E, de acordo com o desenrolar dos fatos, seria possível medir uma ou outra "propensão a consumir", compatível com os valores observados de Consumo e Renda. Ou seja, o valor identificado para a "propensão a consumir" surgiria como um resultado do que efetivamente ocorre no interior do processo social de produção. Semelhante valor deveria então ser compreendido como categoria-resultado, em oposição ao que se poderia pretender como categoria-explicativa.

Tsuru toca nesse ponto quando, a respeito da relação funcional entre Consumo e Renda, afirma:

"O que fazemos é observar a torneira, por assim dizer, e verificar o que entra e sai do corpo e relacionar os fluxos entre si. Qualquer relação entre agregados, tais como entre consumo e renda, por conseguinte, deve ser considerada apenas em termos de um 'fluxo durante um período que coincide com o fluxo de renda durante o mesmo período'. O método reveste-se de méritos inegáveis. Permite-nos formular relações macroeconômicas na sua forma mais simples e, simultaneamente, dá-nos uma categoria de suma importância sob a forma de circulação da moeda. Mas,

ao mesmo tempo, cerra-nos os olhos para o funcionamento da própria estrutura interna que, longe de ser exclusivamente técnica, possui, especificamente, características econômicas no capitalismo" ⁶⁶.

Para Tsuru, portanto, a relação entre "o que entra e sai da torneira" é de "suma importância" do ponto de vista da "circulação" (monetária). Mas... o mecanismo de funcionamento da própria torneira é que deveria explicar o desenrolar do processo. Ou seja, existe necessidade de uma categoria explicativa, em condições capitalistas de produção. Maria da Conceição Tavares e José Serra, criticando a postura analítica de Celso Furtado centrada na variação de categoria semelhante (relação produto-capital), assim colocam a questão:

"Parece evidente que o autor (Celso Furtado) considera a evolução da relação produto-capital como um aspecto essencial no processo de estagnação econômica, embora esta categoria seja mais propriamente um resultado do processo econômico, ao contrário do que sucede com categorias relacionadas com o comportamento (como a taxa de lucro esperada). Por isso não nos permite explicar a dinâmica de uma economia capitalista. Ao tomar suas decisões de investimento, o empresário está preocupado com a taxa de lucro que poderá obter, ou seja, o fundamental será o lucro esperado sobre o investimento que virá a realizar. A relação produto-capital não faz parte dos cálculos empresariais e constitui, melhor dizendo, um parâmetro tecnológico em termos físicos e um resultado em termos de valor para cada setor ou atividade em operação.

A diferença apontada tem importância não apenas teórica como é relevante para a interpretação da estagnação tal como se verificou em algumas regiões. Como se verá mais adiante, no caso do Bra-

sil a crise que acompanhou o esgotamento do processo substitutivo está mais relacionada com a redução da taxa de investimentos e com os fatores responsáveis por isto que com um eventual de clínica da relação produto-capital" ⁶⁷.

Seria ocioso reconstituir o mesmo tipo de raciocínio pa a a "propensão a poupar" (ou "a investir"), lembrando—se aqui apenas o fato de que a "illegitimate isolation" combinada, na medida simultânea do dois parâmetros, leva muitas vezes o analista (consciente ou inconscientemente) a opô-las como categorias explicativas.

Uma vez que as propensões médias (a consumir e a poupar) são o complemento uma da outra, o montante absoluto de poupança (para investimento) deveria ser tanto maior quanto maior fora a propensão média a poupar (e, reciprocamente, quanto menor fora a propensão média a consumir). Poder-se-ia argumentar que o crescimento da Renda, associado a maiores valores da propensão marginal a poupar, poderia ser compatível com um Consumo crescente em termos absolutos. Certamente, o que implica apenas assumir uma propensão marginal a poupar superior à propensão média. Mas o que nos interessa é constatar que, nessa hipótese, o crescimento da Renda implicaria necessariamente, ao longo do tempo, associar esse crescimento com valores médios maiores para a propensão a poupar (e, reciprocamente, valores menores para a propensão média a consumir).

67 Cf. Tavares, M. Conceição e Serra, J. - "Além da Estagnação", in Tavares, M. Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, 1ª ed., pp. 161-162.

De modo que, afinal, o raciocínio repousando sobre os conceitos de "propensão a consumir" e de "propensão a poupar" desemboca na oposição Consumo "versus" Investimento. No entanto, em primeiro lugar não é isoladamente o aumento da poupança que impulsiona o investimento ("illegitimate isolation" aqui, pois). Ainda, e dito de outra maneira, novamente esse tipo de raciocínio se abstrai do essencial: natureza das relações sociais que estão no âmago do processo de produção. Em se tratando de um sistema capitalista, o que realmente importa é o comportamento da taxa de lucros do capitalista. E o montante de lucros (ou o montante de mais-valia) somente se realiza mediante vendas. E boa parte das vendas se destina ... Consumo (inclusive o Consumo "Final" dos capitalistas e/ou dos assalariados). Conseqüentemente, o Consumo Pessoal do SCN-1 — em seus componentes analíticos principais — é elemento interpretativo fundamental para a determinação do Investimento, e também e porisso mesmo do ritmo de crescimento da atividade econômica (ou, se preferido, do ritmo da crescimento do Produto Interno). Porquanto, enquanto atividade social, a Produção (e também o Produto) pode ser interpretada, repetindo o raciocínio de Marx ⁶⁸ como Consumo, e o Consumo como Produção. A fome significa necessidade de alimento, e pressupõe então a existência de alimentos e a sua não existência — momentânea e simultânea — para o faminto.

Restaria colocar em cheque o relacionamento "funcional" entre os agregados da Conta do Produto Interno do SCN-1

⁶⁸ Cf. Marx, K. - Contribuição à Crítica da Economia Política. Op.cit., p. 201 e seguintes.

acusando-o de incorrer, ao mesmo tempo, na "misplaced aggregation" e "illegitimate isolation". Vale dizer, procedimento que significa unir a mistura indifusa de categorias não-misturáveis com o relacionamento estrito entre duas variáveis, relacionamento esse que se abstrai de outras variáveis que influem pertinentemente sobre a relação, procedimento esse descrito em Streeten-Myrdal ⁶⁹.

Citaremos como exemplo do que está acima postulado a não consideração, na medida da Produção, Consumo, Investimento, etc. das características de propriedade dos meios de produção e de organização dessa produção. Medir o Produto agregado, ou o Investimento agregado, etc. sem consideração acerca da natureza dos mercados implica "misplaced aggregation". Porquanto a coexistência de monopólios e oligopólios capitalistas, lado a lado com empresas capitalistas operantes em condições de concorrência e mesmo formas pré-capitalistas de produção, evidentemente produz distintas respostas do conjunto do sistema produtivo a circunstâncias também distintas. Assim, por exemplo, o funcionamento do mecanismo de preços é um para o caso de monopólios e oligopólios e outro completamente diferente para as situações típicas de produção para auto-consumo. Do ponto de vista dos preços, então, seria necessária uma diferenciação mínima da Produção (e do Produto) no que tange às características da Oferta, por tipo de mercado. E, quando se associa a evolução da Produção "Final" agregada (Produto) ao montante de Investimento também agregado, sem levar

⁶⁹ Cf. Streeten, P. - Op. cit. (transcrito às p. III 0/1 do presente trabalho)

em conta aquela diferenciação mínima também do ponto de vista do Investimento, significa incorrer em "misplaced aggregation" juntamente com "illegitimate isolation".

5.2. A análise a curto-prazo

Neste ponto, chamaremos a atenção para o que pode ser apreendido como uma contradição entre a articulação do SCN-1 "vis a vis" o suporte teórico consubstanciado nos postulados keynesianos.

De acordo com o afirmado em local anterior deste trabalho, o surgimento do SCN-1 coincidiu no tempo com a aceitação generalizada do "pensamento keynesiano" a partir do pós-guerra de 1945. Por outro lado, é mister apontar a circunstância de que o desenvolvimento mais recente da chamada "Macroeconomia" é o próprio desenvolvimento do ponto de vista, terminologia e conceitos keynesianos. Ainda, os esquemas do tipo SCN-1 são a tradução quantitativa e empírica de conceitos Keynesianos ou, de maneira mais precisa, deveriam ser o lastro quantitativo: pode-se observar, mesmo, que a maioria dos textos de Macroeconomia inclui um capítulo sobre Contabilidade Social, e reciprocamente, os textos versando sobre esse último tema se prolongam pelo uso das categorias dos esquemas tipo SCN-1 em questões teóricas de Macroeconomia.

Assim é que nos textos mais conhecidos de Macroeconomia, como os de Ackley ⁷⁰, Dernburg e Mc Dougall ⁷¹ e Shapi-

⁷⁰ Cf. Ackley, G. - Teoría Macroeconómica. Mexico, UTEHA, 1967, 1ª ed.

⁷¹ Cf. Dernburg, T.F. e Mc Dougall, D.M. - Macroeconomia. São Paulo, Mestre Jou, 1971, 3ª ed.

ro ⁷² toda a primeira parte é dedicada a conceitos e métodos de Contabilidade Social, especialmente do ponto de vista das articulações presentes em esquemas do tipo SCN-1. Vale dizer, constitui um denominador comum, para os autores, o fato de que é necessário lidar com as categorias articuladas em esquemas como o SCN-1, antes de passar às digressões teóricas. Não é por outra razão que Balboa define a Contabilidade Social como sendo "o instrumento da análise macroeconômica" ⁷³.

De outro lado, os textos dedicados especificamente à Contabilidade Social "naturalmente" se prolongam pela problemática da "análise macroeconômica", estritamente concebida em termos keynesianos. Assim é que em Powelson ⁷⁴, toda a segunda parte (de um total de quatro), intitulada "Análisis del Ingreso Nacional", é dedicada a modelos e multiplicadores, função Consumo e princípio de aceleração.

Já em Stuvél ⁷⁵ afirma-se que a justificativa para a apresentação de grandezas articuladas em esquemas do tipo SCN-1

"... consiste em ressaltar certo número de identidades econômicas inter-relacionadas. São essas identidades que estabelecem um elo entre a contabilidade nacional, de um lado, e a teoria macroeconômica, de outro".

72 Cf. Shapiro, E. - Análise Macroeconômica. S. Paulo, Atlas, 1972, 1ª ed.

73 Cf. Balboa, M. - Contabilidad Social. Op.cit. Cap. I, p. 79.

74 Cf. Powelson, J. P. - Ingreso Nacional y Corriente de Fondos. Op.cit. 2ª parte, pp. 129/235.

75 Cf. Stuvél, G. - Sistemas de Contabilidade Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, Parte I, Cap. I, p. 20.

Já Stone ⁷⁶ intitula seu Capítulo V "um arcabouço geral para descrição da economia" e, através de um fluxograma com base no SCN-1, procura demonstrar que as relações que se obtêm entre as variáveis indicadas nos fluxos são

"... as identidades fundamentais, em torno das quais se erige 'The General Theory of Employment, Interest and Money', de Keynes".

Tal como Powelson, M. Ekker ⁷⁷ dedica dois capítulos constantes da terceira parte do seu livro (intitulada "análisis") à "relação mútua entre consumo, investimento e poupança" e às "forças que determinam o nível do Produto Nacional" em jergão estritamente keynesiano.

Dessa maneira, o observador dos fenômenos econômicos que utiliza instrumental do tipo SCN-1 deveria poder reduzir os conceitos teóricos keynesianos às categorias articuladas no Sistema de Contas, ou vice-versa. No entanto, vale observar que o fundamental da problemática visada por Keynes passa despercebida nos esquemas do tipo SCN-1.

Assim, por exemplo, parece bastante claro que a preocupação maior de Keynes se referia, especificamente, a problemas de insuficiência de procura efetiva, numa economia capitalista desenvolvida, em circunstâncias de curto prazo. Ou seja interessava a ele, mais que tudo, investigar desajustes entre oferta e procura — no mercado — tendo em vista a ocorrência de ciclos de expansão e contra—

76 Cf. Stone, R. e G. - Sistemas de Contabilidade Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1964, Cap. V, p. 112.

77 Cf. Ekker, M.H. - La Contabilidad del Ingreso Nacional. Un Curso Introductorio. Mexico, Banco de Mexico, s/data, 3ª parte, Cap.VIII e IX.

ção na economia capitalista; e, ainda, na suposição de que não ocorressem modificações na capacidade de gerar oferta, isto é, na capacidade instalada. Daí, repetindo, se caracterizar a análise keynesiana por ser toda ela de curto prazo. Porisso mesmo repetimos que, para Keynes, as proposições dos economistas "clássicos" — criticados todos eles "em bloco" no Capítulo I — deveriam recuperar validade desde que removidos os desajustes devidos à insuficiência de demanda efetiva ⁷⁸. Sweezy chega mesmo a afirmar ser Keynes, por formação e postura, essencialmente um neo-clássico:

"Quando Keynes iniciou o estudo da Economia mais ou menos no início deste século, o neoclassicismo dominava incontestavelmente o campo nos países de língua inglesa; qualquer dissensão era considerada sinal de incompetência ou desaprovação. O próprio Keynes aceitou, sem contestar, as teorias prevaletentes, e logo passou a ser considerado brilhante representante — se bem que essencialmente ortodoxo — da escola neoclássica. Não há prova de ter sido seriamente influenciado pelas tendências intelectuais incompatíveis ou conflitantes. Vez ou outra recorria a autores estrangeiros, e, quando suas idéias finalmente se corporificaram, foi generoso ao enunciá-las, reconhecendo a fonte — uma longa linhagem de heroges e dissidentes; mas estes eram, essencialmente, elementos adventícios no pensamento de Keynes. Ele, por treinamento, era rigoroso neoclássico e nunca se sentia realmente à vontade salvo em debates com os colegas neoclássicos. Es-
tariamos de fato justificados em dizer que Key-

⁷⁸ Cf. Keynes, J.M. - Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. Op.cit., Cap. 24, p. 356. Trecho citado as pp. 18/19 do presente documento.

nes era o mais importante e o mais ilustre produto da escola neoclássica.

Isso demonstra — penso — a verdadeira natureza do feito de Keynes. Sua missão foi reformar a economia neoclássica, trazê-la de volta para o contato com o verdadeiro mundo, "do qual se afastava cada vez mais desde o rompimento com a tradição clássica no século XIX; e foi precisamente porque era um deles e não um estranho que Keynes pôde exercer profunda influência sobre seus colegas. Essas mesmas razões, porém, explicam o fato de, conforme veremos adiante, Keynes jamais poder transcender às limitações do método neoclássico, que concebe a vida econômica abstraída do cenário histórico e é, portanto, incapaz de proporcionar um guia científico à ação social" ⁷⁹.

Ora, a estrutura do SCN-1 é visivelmente inadequada para análise de curto-prazo. Ainda, a própria montagem do esquema articulado impede utilização prática também a curto prazo. Vejamos: em primeiro lugar, a produção das séries estatísticas necessárias à montagem do SCN-1 demanda certo espaço de tempo, e porisso mesmo a quase totalidade desses esquemas é construída em bases anuais. Vale dizer, na esmagadora maioria das situações concretas, a utilização dos números preliminares do SCN-1 requer um ano de trabalho, desde o início da coleta de informações até o processamento final (preliminar). E, como o registro é "ex-post", as informações disponíveis do SCN-1 em início de ano, referindo-se a fatos ocorridos no ano anterior, medem os mesmos con-

⁷⁹ Cf. Sweezy, P.M. "John Maynard Keynes (1946)", in Lekachman, R. (coordenador) - Teoria Geral de Keynes. Trinta Anos de Debate. Op. cit. Terceira Parte, pp. 302/303.

ceitos que já estão sendo novamente quantificados durante todo o ano presente. Isto é, as informações do SCN-1 possuem validade muito restrita para atuação a curto prazo (diga-se no prazo de um ano), uma vez que, nesse período os fatos já estão acontecendo independentemente da sua própria medida e a referência quantitativa existente é do ano anterior (e, assim mesmo, preliminar). Quer isso dizer que, se decisões prementes necessitam ser tomadas em circunstâncias críticas (uma recessão industrial, por exemplo), elas serão tomadas independentemente dos números do SCN-1.

Por outro lado, do ponto de vista da própria estrutura do SCN-1, e ainda quando se leva em conta a interpretação keynesiana, é possível verificar outra inadequação do esquema articulado aqui comentado. Queremos nos referir à ausência explícita, no SCN-1, das variáveis mone-tárias expressamente tratadas como tal. Todo o arcabouço teórico keynesiano é montado para o raciocínio explicativo em termos de sustentação (ou estímulo) da "demanda efetiva". Ou, em outras palavras, trata-se de resolver o problema de manter o nível de gastos na economia capitalista em um montante compatível com ocupação próxima (ou mesmo, coincidente) ao pleno-emprego. Daí ser o conceito de Investimento (sobretudo o Investimento "autônomo") categoria-chave para a análise keynesiana, como elemento realimentador da demanda efetiva⁸⁰. Vale dizer, a Oferta não cria sua própria Procura. Pelo contrário, a Procura

⁸⁰ Cabendo ressaltar, mais uma vez, a complementaridade ou associação, entre esses gastos e os de Consumo, aos olhos de Keynes.

ra deve sustentar o nível da Oferta e, a curto prazo, impõe-se agir sobre categorias de Procura (Consumo e Investimento). Ora, na análise da determinação dos níveis de investimento, Keynes atribui importância crucial a conceitos monetários. No esmiuçar daquilo que entendia como a motivação dos investimentos, estabelece mesmo uma dissociação entre empresários — que investem na produção econômica — e proprietários de recursos financeiros — que transferem aos primeiros esses recursos, julgados indispensáveis à efetivação do investimento "real". Escreve Keynes:

"Pendant le stade du capitalisme dont le XIX^e siècle fut le créateur, de nombreux arrangements furent imaginés afin de séparer gestion et propriété des richesses. Ces arrangements relèvent de trois catégories principales:

1^o Ceux qui déchargent le propriétaire de la gestion de ses biens mais lui en réservent la propriété (terres, bâtiments, outillage, etc), la formule la plus typique étant la détention d'actions ordinaires dans une société par actions;

2^o ceux par lesquels le propriétaire, en échange du paiement annuel d'une somme déterminée, abandonne temporairement la propriété mais la recouvre intégralement à l'expiration du contrat, comme dans la formule du bail;

3^o ceux par lesquels il abandonne, définitivement sa propriété en échange d'une annuité perpétuelle stipulée en monnaie ou en échange d'une annuité résiliable et le remboursement du principal en monnaie à la fin de la période convenue. Ce troisième type, représenté par les hypothèques, les rentes, les obligations et les actions de préférence, est la forme la plus achevée de l'

Investissement"⁸¹.

Mais adiante:

"... Mais c'est pendant le XIX^e siècle qu'ils (les contrats donnant droit à la perception de sommes fixes) prirent une importance nouvelle et accrue, pour aboutir, vers le début du XX^e siècle, à la division des classes possédantes en deux groupes, les 'hommes d'affaires' et les 'investisseurs', animés d'intérêts partiellement divergents. La division entre individus n'était pas tranchée, car des hommes d'affaires pouvaient être également investisseurs, et les investisseurs pouvaient détenir des actions ordinaires; mais cette division était cependant réelle et, pour être rarement perçue, n'en était pas moins importante"⁸².

Assim, pois, na análise do mecanismo de absorção de recursos por parte dos empresários (os "investidores" na terminologia keynesiana citada logo acima), entram em cena conceitos monetários que adquirem, desta forma, a mais alta relevância teórica. Assim, o conceito de "preferência pela liquidez", desenvolvido por Keynes, refere-se à retenção de moeda por parte dos proprietários de recursos financeiros (ou "homens de negócio", segundo aquela mesma terminologia), e envolve o conceito da "taxa de juros" a ser paga pelos que procuram os empréstimos, a qual necessita ser confron-

81. Cf. Keynes, J.M. - "Les effects sociaux des fluctuations de la valeur de la monnaie", in Keynes, J.M. - Essais sur la Monnaie et l'Economie, les cris de Cassandre, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1971, Cap.1, p. 17/18. Trata-se de uma parte da obra "A Tract on Monetary Reform" (sublinhado por nós)

82. Idem; Ibidem, p.18. Interessante observar que aí mesmo se poderia encontrar a raiz teórica para a classificação de entidades comentada em ponto anterior deste trabalho.

tada com a taxa de retorno prevista pelo empresário, em função de um investimento previsto. Nestas condições, a variável estratégica "Investimento", no que tange aos empresários capitalistas está — por assim dizer — "amarrada" a conceitos monetários: na própria origem, isto é, na concessão/obtenção do empréstimo, pela "preferência pelo liquidez" "vis a vis" a taxa de juros; e no final, isto é, na absorção do empréstimo, pela taxa de juros, "vis a vis" taxa de retorno.

O exame dos esquemas articulados do tipo SCN-1, porém, permite observar que:

- a) O sistema se caracteriza pela não articulação explícita de conceitos monetários: para citar apenas os dois conceitos acima utilizados, constituiria tarefa das mais desafiadoras tentar identificar valores para a "preferência pela liquidez" ou para a "taxa de juros" mediante manipulação dos conceitos articulados no SCN-1;
- b) Pode ser sustentado que esta mesma articulação enfatiza o encontro entre fluxos reais, ou seja, as Contas do Produto Interno e a Conta da Renda Nacional do SCN-1 (as Contas mais relevantes do esquema) registram o entrecruzar de fluxos eminentemente reais, aparecendo os fluxos financeiros como contrapartida daqueles a não ser nas Contas de Conciliação de Capital ⁸³; dito de outro modo, se o observador desejar verificar a articulação entre fluxos financeiros, no SCN-1, somente lhe será pos

83 Veja-se a estrutura do SCN-1, no Anexo I.

sível a observação na medida em que esses fluxos coincidem com os de natureza real (bens e serviços), que constituem a sua outra face. Mesmo na exceção apontada, referente às Contas de Conciliação de Capital, vale notar que o registro é de saldos de transferências durante um ano, isto é, são fluxos financeiros consolidados, levantados (ou medidos) após o movimento geral de circulação que se desenvolve durante o ano. Quando se associa esta verificação à anterior, é lícito observar que as variáveis que mediriam conceitos monetários estão, no SCN-1, incluídos num todo indifuso de fluxos financeiros, e mesmo assim parciais porque consolidados. Como variáveis financeiras não são necessariamente variáveis monetárias. "Misplaced aggregation" novamente, neste sentido.

- c) A não inclusão de conceitos monetários articulados no SCN-1 resulta do fato de que, mesmo nas circunstâncias em que predomina um linguajar keynesiano — e, inclusive em épocas de recessão — a política monetária é implementada independentemente das informações quantitativas constantes do SCN-1. Ou seja, os conceitos macroeconômicos medidos nesses esquemas servem apenas de marco de referência, defasado no tempo, e irrelevante no curto-prazo. A "dicotomia clássica", tão combatida teoricamente pelos neo-keynesianos, é reconstruída na prática: a análise monetária se apoia na Teoria Quantitativa e a análise macroeconômica se apoia, quantitativamente, na medida dos "fluxos reais" do SCN-1. A integra-

gração se perde em generalidades neologísticas e perplexidades teóricas do tipo "stagflation" ⁸⁴.

5.3. A ênfase absoluta nas categorias de Demanda

A herança teórica do pensamento keynesiano reflete-se na estrutura do SCN-1, e desde outro ponto de vista, pela absoluta predominância adquirida pelas categorias de Demanda (mais precisamente, de Demanda "Final") e, inversamente, pela ausência total das categorias de Oferta. É de se considerar que, numa perspectiva de curto-prazo, a capacidade instalada (ou a capacidade de gerar Oferta) é um dado, vale dizer, a ampliação da oferta se reduz ao grau de utilização da capacidade instalada. Dentro dessa perspectiva, pois, a articulação na Conta do Produto Interno ⁸⁵ faz opor as despesas com "gastos finais" (categorias de Demanda "Final") à medida do Produto Interno. E, de acordo com o tipo de argumentação desenvolvida em ponto anterior ⁸⁶, o conceito de Produto Interno — agregado — não possui identificação com o total da Ofer

84 Vale mencionar esforços mais recentes no sentido de incorporar variáveis monetárias a esquemas articulados do tipo SCN-1, como o trabalho de Johansen, por exemplo (Cf. Johansen, L. - "The role of the banking system in a macroeconomic model", in Walters, A.A. (ed.) - Money & Banking. Bungway, Penguin Books, 1973, Part 4, Cap. 12, pp. 294 e seguintes), ou, mesmo as tentativas de reformulação do SCN-1 por parte das próprias Nações Unidas (Cf. Naciones Unidas - Un Sistema de Cuentas Nacionales, propuesta para la revision del SCN, 1952, E/CN. 3/320, Nações Unidas, Comissão de Estatística, mimeo, fevereiro de 1965, especialmente: Cap. I, ítem D, pp. 19/22; Cap. IV, ítem D, pp. 63/67; Cap. VI, pp. 76/89; Cap. XI, p. 143 e seguintes). No entanto, tratam-se de esforços isolados — no caso de Johansen — ou ainda em face de discussão (principalmente em países subdesenvolvidos), como na proposição da ONU.

85 Conta nº 1, do SCN-1. Cf. Anexo I.

86 Cf. Cap. 2, ítem 2.1, pp. 24 e seguintes do presente trabalho.

ta, e sim com uma parte desse total. Trata-se da Oferta de bens (e serviços) para utilização final. Ou, visto de outro ângulo, o conceito de Produto, tomado por equivalente a uma parte da Oferta, objetiva mais que tudo medir o valor que se acrescenta na produção.

Dáí que, mesmo em se considerando uma decomposição numérica do Produto Interno (ou, mais propriamente, do Valor Agregado) segundo os principais setores de atividade, o volume total da Oferta de bens (e serviços) produzidos durante o período de medida não é quantificado no SCN-1. Vale dizer, a única informação constante do SCN-1, em termos de Oferta, é o número que mede toda a Oferta Final. Uma decomposição desse número por setores de atividade acrescentaria informação acerca da composição setorial da Oferta Final Interna.

Pelo que se verifica, o nível de agregação da Conta do Produto Interno, em termos de Oferta, não estabelece distinção alguma, em primeiro lugar, quanto às características dessa Oferta no que respeita à organização da produção e aos tipos de mercado para os quais se encaminha. E, a respeito dessa circunstância, cabe algum tipo de consideração.

Inicialmente, vale observar que — mesmo em economias altamente industrializadas capitalistas, como os Estados Unidos ou socialistas, como a União Soviética — nem toda a Oferta (incluindo a de bens e serviços "finais") é encaminhada aos mercados para venda ou compra. Pelo contrário, uma parcela da produção que poderia ser transacionada no mercado — parcela essa que pode variar de país para país, mas que deve ser substancial nos dias de hoje para países como o Brasil — não

chega aos mercados, isto é, não é objeto de transação monetária. E essa parcela adquire proporção maior no escopo de registros como o SCN-1, em virtude do próprio conceito de Produção (e, conseqüentemente, de Oferta) aí aceito ⁸⁷. Assim, o número que identifica o total de Oferta (Final) mistura a parcela que efetivamente é encaminhada a mercados com aquela que não o é. Do ponto de vista teórico ou, mais precisamente, quando se considera que o SCN-1 deveria medir as categorias teoricamente relevantes — é possível verificar que o pensamento keynesiano interessava, fundamentalmente, analisar problemas relativos a insuficiência de Demanda — no mercado. E, se uma parte da Oferta Final — em termos "ex-post" numericamente sempre igual à Demanda Final — não vai aos mercados, então o poder interpretativo dos números que compõem o SCN-1, em termos keynesianos, se reduz na proporção em que aumenta relativamente essa parte da Oferta que não é transacionada em mercado.

Dito de outra forma, sob o prisma keynesiano interessa confrontar Oferta e Demanda efetivas — bens (e serviços) que possuam preços no mercado "versus" procura para esses mesmos bens (e serviços), procura essa expressa em termos monetários. Ou seja, problemas analíticos de natureza crucial deveriam ser remetidos ao conceito de Oferta solvente, o que remeteria a análise também a ... categorias de Oferta. J. P. Almeida Magalhães chama a atenção para esse tipo de problema, em

87 Uma vez que essa proporção da Oferta "Final", em termos de bens materiais inclui toda a produção agropecuária para auto-consumo e em termos de serviços, inclui todo o aluguel imputado a qualquer imóvel, serviços governamentais, religiosos e pessoais (a exceção dos domésticos) sem contrapartida em pagamento, etc.

contexto latino-americano, quando afirma:

"Frente, portanto, a las actuales investigaciones que se proponen establecer si existe o no el problema del mercado y si hay medios de resolverlo, los economistas latinoamericanos se encuentran perdidos. El modelo Domar-Harrod confunde todavía más las cosas, cuando trata la cuestión, al alentar soluciones que son típicamente a corto plazo"⁸⁸.

Logo adiante:

"Uno de los requisitos esenciales para poder comprender hoy la problemática latinoamericana reside en distinguir claramente entre mercado y demanda. La mejor forma de entrar al análisis de la cuestión consiste en examinar las dificultades producidas por la insuficiencia de uno y otra"⁸⁹.

Ou seja, a ausência de categorias de Oferta (e sua contrapartida, a ênfase absoluta nas categorias de Demanda) resulta do enfoque teórico keynesiano, de curto prazo. Mas, um conceito de Oferta a realizar, monetariamente (ou Oferta solvente) está implícito na colocação. Ou seja, para Keynes, na análise das circunstâncias depressivas de uma economia capitalista desenvolvida, releva concentrar a atenção sobre a troca em moldes capitalistas, isto é, no mercado. De modo que, por mais importantes que sejam considerações sobre magnitude e ex-

88 Magalhães, J. P. de A. - El mercado y el problema del desarrollo. Washington, CIAT, OEA, 1971, Cap. I, p. 13.

89 Idem, ibidem. Vale notar que o conceito de mercado está remetido, aqui ao de Oferta solvente, ou seja, produção em condições de realização (Cf. Op. cit., p. 18).

tensão do auto-consumo, serviços habitacionais, etc., do ponto de vista estritamente econômico e keynesiano essas considerações se tornam irrelevantes. Ainda, em outros termos: mais importante do que a medida (efetiva e imputada) da Oferta e Demanda Finais do SCN-1 seria, na abordagem keynesiana, a medida de Oferta e Demanda efetivamente expressa em termos monetários. E isso é o que o SCN-1 não mostra ⁹⁰.

No que concerne às características de especificidade dos componentes da Oferta Agregada, e agora na suposição, inclusive, de que estamos apenas a lidar com categorias possuidoras de contrapartida monetária, vale verificar que o nível de agregação — nesse ponto considerado do ponto de vista da Oferta — pode contribuir também para deixar na penumbra (ou escuridão total) aquilo que deveria estar focalizado claramente pelos holofotes da análise. Queremos nos referir ao fato de que uma tendência marcante e verificável, no processo de acumulação capitalista, consiste no processo paralelo de concentração e centralização do capital. O que se reflete na dimensão e no entrelaçamento das empresas capitalistas. Ou, o que é o mesmo, na tendência à afirmação progressiva de monopólios — e, sobretudo, de oligopólios — como característica fundamental da Oferta nos modernos sistemas capitalistas ⁹¹.

Ora, tomar apenas um número para representar a magni-

⁹⁰ Cumpre ressaltar que a colocação de J.P. Almeida Magalhães, aqui citada em parte, se refere a um problema de Oferta que não será abordado neste documento, por questões metodológicas: dimensionamento da Oferta "vis a vis" escala rentável de produção. No entanto, em outro nível de raciocínio, o argumento citado pode ser utilizado, sem quebra de lógica em relação ao contexto original.

⁹¹ Cf. sobretudo, Steindl, J. - Maturity and Stagnation in the American Economy. Oxford, Blackwell, 1952.

tude de toda a Oferta Interna (o Produto Interno Bruto da primeira conta do SCN-1), ou mesmo decompor esse mesmo número em três outros (se o Produto é medido segundo os três setores "tradicionais", ou sejam, Primário, Secundário e Terciário), ou ainda, decompô-lo em um maior número de sub-setores (digamos, dez ou vinte), significa exatamente a mesma situação, do ponto de vista das características da Oferta. Ou seja, esse tipo de subdivisão está referido mais à natureza do objeto da produção (bens primários ou secundários, e serviços intangíveis, na divisão tri-setorial, ou distintos bens primários e secundários, e distintos serviços, na divisão multi-setorial); ou, mesmo, ao número de etapas da produção material (setor primário ou secundário). Em outras palavras, as características de especificidade da Oferta, nesse tipo de subdivisão, são estritamente formais: bens e serviços discriminados de acordo com a forma em que se apresentam (mais, ou menos, elaborados quando possuem conteúdo material, ou intangíveis, no caso dos serviços).

Nenhuma palavra, portanto, sobre o inter-relacionamento Oferta "versus" Mercado. Nenhuma possibilidade de verificação quantitativa, em esquemas como o SCN-1, da tendência à concentração e centralização do capital, dentro dos denominados setores ou sub-setores. A única informação — e das mais gerais — a esse respeito seria indireta: dado que o desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento da indústria e das atividades urbanas, o maior peso relativo do Produto ⁹² gerado nos setores secundário e terciário seria fator indicativo do desenvolvimento capitalista.

92 Ou, para empregar terminologia mais precisa, Valor Agregado.

Poder-se-ia contra argumentar no sentido de que a constatação empírica do acréscimo de peso relativo das atividades secundárias (indústria) no montante gerado como Produto, é um indício seguro da formação de oligopólios, ou seja, em se aceitando que uma coisa é acompanhada pela outra. E que, de outro lado, o crescimento do "secundário" implica, no mesmo passo, o crescimento de produção intangível (terciário). Não interessa, aqui, rebater esse argumento. Mesmo porque, ele deve ser aceito. Mas o importante é registrar que é ele incompleto. Ou seja, importa mais saber o modo pelo qual o controle da oferta pelos oligopólios repercute sobre o caráter do crescimento capitalista (em termos de composição da oferta, integração dos mercados, fixação de preços e salários, padrões de acumulação e perspectivas de crescimento) do que saber que o crescimento capitalista é o crescimento do oligopólio. Interessa mais saber, pormenorizando, que implicação o controle de determinada proporção da oferta industrial, por exemplo, gera no restante da produção. Ou, em que medida o oligopólio na indústria (ou em determinados ramos da indústria) se "espraia" pelas demais atividades (agricultura, comércio, bancos, por exemplo). Ou, ainda, qual o tipo de controle sobre a oferta, em mais de um setor (ou sub-setores), que está associado à formação de determinados tipos de oligopólios, em determinados ramos da produção, em determinada etapa da evolução capitalista, em determinado país.

Ora, as informações quantitativas contidas no SCN-1 não tratam a Oferta (e, somente, a de caráter "final") do ponto de vista da presença de oligopólios. A estrutura esquemática não foi montada para esse propósito e a Oferta Final, desse

ponto de vista, é quantificada como um bloco monolítico (ou três blocos monolíticos, ou dez, ou vinte).

Por via de consequência, fica afastada a hipótese de que representações articuladas como o SCN-1 possam servir de lastro quantitativo para a investigação de questões específicas, tais como, entre outras:

- De que maneira, e em que extensão, o processo de acumulação capitalista em determinado período e no país em exame, está gerando a formação de oligopólios e monopólios, e de que tipo;
- De que maneira a modificação na composição da Oferta(do ponto de vista da concentração e centralização do capital) é ou não é, na situação em exame, fator determinante na modificação da composição da Demanda;
- De que maneira a estrutura oligopólica da Oferta, em determinada situação concreta, tem implicações sobre o nível de preços, de salários, de lucros e emprego;
- Que perspectivas oferece, a longo e médio prazos o padrão de crescimento capitalista possuidor de tais ou quais características, em termos de estrutura da Oferta, e tendo em vista as indagações imediatamente anteriores.

Se questões do tipo levantado acima são fundamentais para a análise do sistema econômico, em determinado país e determinada situação histórica, terão elas que ser estudadas fora do contexto do SCN-1.

5.4. O contexto nacional

As considerações desenvolvidas nos itens anteriores desse mesmo Capítulo não se ocuparam de um tipo de limitação, apresentado desde a concepção mesmo de esquemas como o SCN-1, e que pode ser importante fator de distorção para a correta interpretação do que ocorre na realidade. Queremos nos referir ao fato de que esses esquemas são concebidos para medir a atividade econômica, dentro das fronteiras geográficas de um país.

Vale dizer, o registro desses esquemas admite claramente que o conceito de nação (ou o conceito de país, alternativamente) é apropriado para delimitar os relacionamentos efetivamente relevantes no terreno econômico. Em outras palavras, a aceitação e o uso geral de esquemas articulados como o SCN-1 conferem relevância à função Investimento dentro de um país, ao conceito de Poupança Interna (ou, alternativamente, Nacional) e o associam àquele Investimento "territorial" que é, em última instância, o fator determinante do crescimento do Produto Interno, etc.. Isto é, tudo se passa como se os diversos países (ou, alternativamente, nações) constituíssem sistemas econômicos relativamente isolados uns dos outros. A interpretação desses "sistemas" só pode ser registrada, na articulação em exame, ao nível de circulação internacional de mercadorias (fluxos reais do Balanço de Pagamentos) ou ao nível de transferências internacionais líquidas (fluxos financeiros consolidados de Balanço de Pagamentos). Ou seja, a conexão com outros "sistemas" só pode ser apreendida pelo que contém o Balanço de Pagamentos do país.

Ora, dispostas as coisas deste modo, perde-se evidentemente a apreensão daquelas articulações que possam existir, entre dois ou mais países (ou nações), e que não são objeto de registro no Balanço de Pagamentos. E, se estas ligações são significativamente relevantes, e talvez tão ou mais importantes que o registro de fluxos do Balanço de Pagamentos, então a articulação do SCN-1 apresenta séria lacuna desde esse ângulo.

Começemos por admitir que, do ponto de vista social, cultural, etc. as nações (ou países) não constituem sistemas relativamente isolados. Ao contrário, o convívio social e cultural, as raízes culturais, etc. são eminentemente estabelecidas por agrupamentos de nações (ou países). Seria de se perguntar, nestas condições, a razão pela qual a atividade econômica (que é um ramo específico da atividade social, uma vez que a produção é um ato social) deveria ser essencialmente analisada de uma perspectiva geográfica (ou nacional).

Neste sentido, caberia talvez argumentar que os Governos são nacionais, e que estendem seu poder de decisão e de manipulação, na área econômica, sobretudo em termos nacionais (ou se preferido, dentro dos limites territoriais de um país). Ocorre que a aceitação desse argumento, sem restrições, equivale a procurar a análise econômica através da política econômica. Isto é, o raciocínio implica substituir a análise dos fatos pela análise da ação sobre os fatos — ou, melhor, pela análise dos possíveis resultados de um determinado tipo de ação (política econômica utilizada pelo Governo) sobre os fatos econômicos. Por outro lado, parece claro que, numa postura keynesiana, a interpretação com ênfase nos

aspectos de política econômica não aparece destituída de razão. Pois se o problema analítico fundamental é o de insuficiência de Demanda Efetiva, e se as categorias explicativas são aquelas desenvolvidas por Keynes (e essencialmente subjetivas ⁹³), esse problema deve ser resolvido pelos mecanismos de política econômica. Vale dizer, aqui importa analisar os fatos de acordo com a possível resposta a determinadas medidas de política econômica. E, se as medidas de política econômica são tomadas pelos Governos nacionais e num âmbito nacional, então se justificaria a medida de acontecimentos econômicos entendidos em escala nacional. Ou seja, seria relevante saber como reage o Consumo e/ou o Investimento efetuados por nacionais, a partir da adoção de tal ou qual elenco de medidas de política econômica. E, daí, estaria justificada toda a montagem de um Sistema de Contas ditas Nacionais, isto é, abrangendo os fluxos provenientes de — e orientados para — entidades nacionais ⁹⁴.

Cabe considerar, no entanto, que essa postura mais uma vez passa por cima de considerações que podem ser essenciais para a interpretação mais apropriada dos fenômenos econômicos. Ou seja, balancear os fluxos do SCN-1 (Produto, Consumo, Investimento, etc.) referidos a um espaço territorial (país), ou a "residentes" nesse país, e depois reproduzir a mesma articulação para outros países, sem distinção (ou mesmo, consideração explícita) acerca das relações sociais que

93 Haja vista os conceitos de "propensão a consumir", "preferência pela liquidez", "eficiência marginal do capital", etc..

94 "Mutatis mutandis", poder-se-ia recompor o mesmo raciocínio para a escala territorial, ou geográfica.

se estabelecem na produção e nesses países, significa efetivamente fazer abstração desse relacionamento, que pode ser diferente de país para país (ou de nação para nação). E se a articulação é considerada pertinente para determinado país, do ponto de vista teórico (e, porisso mesmo, estabelecida em primeiro lugar para ser aplicada concretamente nesse país), a pretensão de conferir aceitação geral para essa articulação particular, ou seja, a tentativa de reproduzi-la em países diferentes daquele outro, implica admitir que, em todos os países (ou nações), a situação é semelhante. E, se a situação é a mesma, a problemática é também idêntica. Nestas condições, a "Keynoterapia" ⁹⁵, passa a ser o linguajar econômico, por excelência, mesmo para aqueles países em que o capitalismo não logrou ainda afirmação peremptória como modo de produção absolutamente predominante. Em suma, aqui também trata-se de impor aceitação geral a um corpo conceitual especificamente montado para um dado momento histórico de um determinado conjunto de países. Ou, ainda, poder-se-ia registrar aqui a compulsão que aflige os economistas e que os leva a acreditar na existência (e perenidade) de uma Teoria Econômica, definitiva, aplicável a quaisquer situações históricas mesmo quando historicamente condicionada, composta de postulados a-históricos levantados para situações historicamente concretas.

A esse respeito, caberia apoiar o raciocínio exposto logo acima com aquele desenvolvido por Celso Furtado:

95 Expressão aqui usada para designar o conjunto de medidas de política econômica recomendadas, em jargão keynesiano, para reativar o nível da atividade econômica em conjuntura depressiva.

"Desde logo, temos que reconhecer o irrealismo do modelo utilizado para projetar a economia mundial e, conseqüentemente, a irrelevância das conclusões cataclísmicas apresentadas. Como admitir que um modelo baseado na observação do comportamento histórico das atuais economias industrializadas e na presente estrutura destas possa servir para projetar as tendências a longo prazo do processo de industrialização em escala planetária? Com efeito: a estrutura do modelo se funda na estrita observação do bloco de economias que lideraram o processo de industrialização, que puderam utilizar os recursos naturais de mais fácil acesso e que lograram o controle de grande parte dos recursos não renováveis que se encontram nos países sub-desenvolvidos" ⁹⁶.

Muito embora Furtado esteja se referindo a previsões sobre o futuro mundial, do ponto de vista econômico, efetuadas pelo chamado Clube de Roma, o núcleo do raciocínio se aplica, pertinentemente, ao que aqui foi desenvolvido.

Esse mesmo tipo de raciocínio — muito embora empregado para caracterizar, mais bem, a escamoteação das relações sociais que se estabelecem na produção a partir da utilização de agregados macroeconômicos do tipo "salários", "renda", "juros", "lucros", etc. — é adotado aliás por Sweezy, quando afirma que:

"... os conceitos são tomados à linguagem cotidiana, o conteúdo social é eliminado, e as categorias universais resultantes são aplicadas indiferentemente a todas as formas de sistemas econômicos. Es

96 Cf. Furtado, C. - O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, Cap. I, p. 21.

tes são considerados como diferentes entre si principalmente em questões de forma sem importância, no que interessa ao economista" ⁹⁷.

Não obstante as considerações expostas logo acima, raciocinemos um pouco mais sobre o "contexto nacional" do SCN-1, aceitando mesmo a representação geral para situações distintas e com diferentes processos de evolução histórica e fazendo, portanto, abstração de especificidades como subdesenvolvimento, atraso, periferia, etc.. E o que se pretende aqui é utilizar a argumentação contida no item anterior, acerca da não inclusão de categorias de Oferta no SCN-1, do ponto de vista do "contexto nacional" desse sistema.

Queremos nos referir, neste momento, ao fato de que a não inclusão (ou abstração) de uma articulação de categorias de Oferta, de acordo com o poder de decisão sobre o mercado, confere realce negativo ao poder de interpretação do SCN-1, sobretudo quando se considera o sistema concebido para uma delineação espacial do tipo geográfico (ou mesmo nacional).

No início da argumentação, é necessário admitir que, na evolução do capitalismo moderno, constata-se claramente a tendência à formação de empresas cada vez maiores, mais integradas e com maior poder de atuação sobre o mercado. Vale dizer, o atual estágio do desenvolvimento capitalista caracteriza-se, essencialmente, pela presença dominante de um pequeno número de grandes empresas, as quais, em boa proporção ,

97 Sweezy, P.M. - Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. Parte I, Introdução, p. 33. (As palavras foram sublinhadas por nós).

possuem também o poder de determinar o volume total (ou significativamente próximo a ele) da produção de produtos da mesma espécie, e inclusive dos preços no mercado que possam garantir (caso realizados) a margem de lucros pretendida. Consequentemente, deve-se aceitar que o atual capitalismo é, fundamentalmente, o capitalismo do oligopólio, e que o poder de decisão econômica do oligopólio tem repercussão total sobre o nível de emprego, o nível de renda (e a distribuição desta)e, pois, sobre os elementos determinantes das ... categorias de Demanda.

Essa é, aliás, uma constatação assinalada por vários autores. Do ponto de vista do raciocínio aqui desenvolvido, vale citar mais uma vez Celso Furtado, quando afirma que:

"... a nova forma assumida pelo capitalismo — maior centralização de decisões no plano nacional — facilita a concentração do poder econômico e a emergência de grandes empresas. Os mercados internacionais tendem a ser controlados por grupos de empresas, cartelizadas em graus diversos" 98.

Ou que:

"A diferença com o antigo modelo inglês está em que o empresário individual foi substituído pela grande empresa" 99.

E, ainda:

"A forma oligopólica de coordenação de decisões,

98 Cf. Furtado, C. - O Mito do Desenvolvimento Econômico. Op.cit.,Cap.I, p. 29.

99 Ibidem, p. 29.

graças a sua enorme flexibilidade, pôde ser transplantada para o espaço semi-unificado que se está constituindo no centro do sistema capitalista"¹⁰⁰.

Acresce que, nos dias atuais, percebe-se claramente que o oligopólio capitalista afirma sua presença cada vez mais em escala internacional: o neologismo da moda é, mesmo, o termo "empresas multinacionais" — termo esse que, evidentemente, quer se referir à operação normal de uma empresa em várias nações simultaneamente, empresa essa que não possui "pátria". Muito bem, o conteúdo oligopólico da Oferta "Final" é uma informação ausente do SCN-1 (como foi visto no ítem anterior)¹⁰¹. E se esta circunstância contribui para retirar poder explicativo da articulação presente no SCN-1, contribui também ainda com força maior quando se considera a atuação do oligopólio em escala internacional.

O enfoque do tipo keynesiano visa argumentar, na essência, mediante categorias de Demanda: a capacidade instalada (ou seja, a capacidade de gerar Oferta) é um dado e a indagação crucial se refere a como agir sobre as categorias de Demanda, de molde a obter "resposta" pelo lado da Oferta. Daí que, se a política econômica é determinada por nacionais, e se o campo de atuação da política econômica é sobretudo nacional (política salarial, cambial, monetária, fiscal, creditícia, etc.), as informações do SCN-1 em escala nacional forneceriam elementos de aferição para a política econômica nacional.

100 Furtado, C. - O Mito do Desenvolvimento Econômico, Op.cit. Cap. I, p. 30

101 Cf. Cap. 5, pp. 132 - 135 do presente documento.

No entanto, se a atuação das grandes empresas multinacionais, ou seja, do oligopólio em escala internacional, é coordenada desde o ponto de vista do interesse capitalista do conjunto, é perfeitamente razoável supor que o poder de decisão sobre essa atuação ultrapasse os limites ditos nacionais ou das partes. Vale dizer, é lícito supor que as decisões atinentes a volume da produção nesse ou naquele país, exportações desse ou daquele tipo de mercadoria a partir desse ou daquele país, etc., sejam tomadas desde uma perspectiva supranacional. Ou, ainda, que a "resposta" da Oferta em determinado país, em função de um "estímulo" à Demanda proveniente de um elenco de medidas de política econômica tomadas nesse mesmo país, seja decidida fora desse país (ou não). Por outro lado, como pelo menos uma boa parte da Demanda "Final" exercida dentro das fronteiras de um país (ou, alternativamente, por nacionais) é condicionada pelas características da Oferta, segue-se que é bastante plausível imaginar que uma parcela — que pode vir a ser substancial — da própria Demanda Interna (ou Nacional) pode ser definida a partir de fontes de decisão externas (ou internacionais).

Esta circunstância, aliás, não escapa também à análise empreendida por Celso Furtado, quando raciocina sobre a gênese e predominância do oligopólio nas economias capitalistas "centrais", sobre a natureza "internacional" das grandes empresas atuais, e ao afirmar que

"... sabemos que as grandes empresas operam internacionalmente através de centros de decisão que escapam, em grande medida, ao controle dos governos nacionais dos respectivos países" ¹⁰².

102 Cf. Furtado, C. - Op.cit., Cap.I, p. 33 "et passim".

Vale observar que não se deseja aqui afirmar que os interesses dos oligopólios internacionais devem ser motivados sempre pelo que ocorre fora do país. Pelo contrário, é perfeitamente óbvio que o nível da atividade econômica em geral, na aqueles países em que atuam empresas do oligopólio internacional, é fator importantíssimo para as decisões de investir (e/ou consumir) nesses mesmos países. No entanto, o que se impõe salientar é a circunstância de que o poder de decisão é externo (ou internacional). E que não é absurdo admitir a existência da possibilidade de contradições entre os interesses de nacionais (quanto a produzir, consumir, investir, exportar, etc. no país) e os interesses supranacionais (quanto a realizar as mesmas atividades preferencialmente em outros países).

Cabe assinalar, ademais, que a probabilidade da existência dessa contradição é levantada inclusive por teóricos neo-clássicos do porte de Hicks, ao analisar o funcionamento dos Bancos Centrais num contexto de sistemas monetários modernos. Afirma Hicks:

"... los bancos centrales tenían dos limitaciones. La primeira ... es que cuando actúan ... son mucho más efectivos al impedir una expansión excesiva que al cortar una contracción excesiva. La otra... es su limitación a las economías nacionales... con el desarrollo de los mercados mundiales y, en particular, de los mercados financieros mundiales, los bancos centrales nacionales pierden un tanto... el problema que pude resolver (parcialmente) la creación de los bancos centrales nacionales reaparece ahora y está todavía por resolver..." ¹⁰³.

¹⁰³ Cf. Hicks, J.R. - Ensayos Críticos sobre Teoría Monetária. Barcelona, Ariel, 1970, Las dos Triade, Lección III, p. 80.

Ainda:

"una de las dificultades que queremos citar es paralela a la que surgía con el aspecto bancario: que los presupuestos nacionales son los presupuestos de gobiernos nacionales. Constituyen, pues, un sistema harto curioso de controlar un sistema monetário que es cada vez más internacional" ¹⁰⁴.

Nessas condições, a impossibilidade de detectar as formas oligopólicas do moderno capitalismo, em escala internacional (ou mesmo mundial), no interior da estrutura articulada de esquemas como o SCN-1, constitui também importante elemento para redução da capacidade interpretativa (e mesmo operacional) desses esquemas.

¹⁰⁴ Hicks, J. R. - Ensayos Críticos sobre Teoría Monetária. Op.cit.pp. 80/81. Caberia acrescentar que, em jargão especializado ligado a planejamento econômico entende-se por orçamento (ou presupuesto em espanhol) económico nacional as projeções das grandezas articuladas em esquemas do tipo ... SCN-1.

Capítulo 6: Aspectos críticos principais no Sistema de Contas Nacionais do Brasil

6.1. Proposição e Realização

As considerações tecidas nos Capítulos anteriores diziam respeito, estritamente, à articulação constante do Sistema de Contas Nacionais, apresentado pelas Nações Unidas em ¹⁰⁵, enquanto proposição. Neste Capítulo, interessa analisar a articulação do Sistema enquanto realização possível, no caso concreto da experiência brasileira.

O Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCNB) possui articulação semelhante à do SCN-1. As distinções mais relevantes consistem na discriminação do Produto setorial, na primeira conta (conta de Produção), na não inclusão das contas de conciliação de capital, e na natureza da articulação da Conta de Apropriação (a qual substitui a articulação existente, no SCN-1, em duas contas: Conta da Renda Nacional e a Conta Corrente das Unidades Familiares e Instituições Privadas sem fins de lucro). Em virtude destas circunstâncias, cabe verificar que o SCNB é um esquema articulado em cinco contas, e, não em seis (como o SCN-1), além do fato de que as "transações de capital" somente se articulam em uma conta consolidada.¹⁰⁶

Claro está que as alterações em relação ao SCN-1 são ditadas pelas circunstâncias: natureza e quantidade

¹⁰⁵ O SCN-1 está reproduzido no Anexo I.

¹⁰⁶ Cf. Anexos I e II.

das informações primárias, no caso do Brasil. No entanto, releve investigar inicialmente, as principais implicações que estão no bojo dessas modificações, em termos de capacidade interpretativa do SCNB tomado como um todo, "vis a vis" a articulação característica do SCN-1.

Na parte de Apresentação da Tese aqui exposta 107
afirmávamos que o "agregado-síntese" articulado no SCN-1 media o conceito de Produto Interno Bruto, resolvendo-o pela soma de "gastos finais", na primeira das contas do sistema. E consta~~va~~mos que, na Conta da Renda Nacional, esse mesmo conceito —devidamente ajustado — era contraposta a categorias que, em princípio mediriam a "repartição funcional da Renda". Daí acenávamos com a possibilidade de, em se calculando o "Valor Adicionado", tentar estabelecer "análise cruzada" entre os tres conceitos (e seus respectivos componentes).

O exame da articulação característica do SCNB, no entanto, demonstra a impossibilidade de exercitar raciocínio nestes termos. Isto porque se verifica a omissão de uma informação fundamental em termos de esquema articulado, tanto do ponto de vista do conteúdo da informação, como no que concerne a interconexão entre as contas. Ou seja, o SCNB é substancialmente distinto do SCN-1 em virtude, em primeiro lugar e essencialmente, da inexistência das categorias de repartição dita "funcional" da Renda. Essa omissão se explica pela insuficiência do suporte informativo necessário, e porisso é impossível, no Brasil, recompor a principal articulação presente no SCN-1. E afirmamos que, por essa mesma razão, a

principal articulação do SCNB resulta da substituição das categorias de repartição "funcional" da Renda pelas categorias de "Produto **Setorial**"(ou, mais precisamente, de Valor Adicionado setorial).

Interessa porém assinalar que uma representação articulada — julgada teóricamente essencial para a verificação empírica de realidade — não pode ser reproduzida no caso do Brasil. Mas, por outro lado, implica também uma importante perda de capacidade interpretativa do SCNB, quando tomado como um todo. E isto porque a medida da repartição da renda, mesmo aquela "funcional" indicada no SCN-1, possui importância capital "per se" para a interpretação do processo econômico, sobretudo à luz do substrato teórico implícito no Sistema de Contas.

Em outras palavras, e em primeiro lugar, do ponto de vista teórico é essencial a informação numérica acerca da repartição da Renda gerada no processo econômico, sobretudo em esquemas articulados. Se o raciocínio teórico atribui relevância absoluta à repartição enquanto processo intrínseco à produção, por exemplo, a medida da produção mede apenas um lado do processo. Ou seja, se é aceito que a produção — na própria medida em que se efetua — já determina salários e lucros em um determinado montante, e que são esses salários e lucros, assim determinados, que absorvem a produção e condicionam todo o desenrolar do processo, torna-se evidente que — pelo menos — a quantificação de salários e lucros é fundamental para a compreensão quantitativa de todo o processo. Mas pode acontecer que ,

na linha teórica neo-clássica ou Keynesiana, a repartição da Renda gerada na produção se considere determinada pelo "mercado de serviços de fatores" e que a cada fator seja atribuída remuneração compatível com a produtividade marginal. É de se perguntar, então, como avaliar o desempenho da "economia nacional", em termos de produtividade dos fatores de produção, quando se desconhece a remuneração dos fatores (salários, lucros, etc.)

O Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCNB) não possui uma conta em que esteja quantificada a assim denominada repartição funcional da Renda.¹⁰⁸ Nestas condições, a omissão desta informação é um sério inconveniente a caracterizar o SCNB. Poder-se-ia argumentar que a Conta de Apropriação (Conta nº 2 do SCNB) articula o montante total da Renda gerada com os principais tipos de dispêndio e que essa articulação possui poder analítico compensatório relativamente à informação quantitativa da repartição dita funcional. No entanto, cabe verificar - em primeiro lugar - que a Conta de Apropriação não é uma conta de apropriação (do ponto de vista dos denominados fatores da produção), uma vez que não indica a parcela que se destina aos fatores (ou a proprietários de capital ou trabalho) ao nível da produção. A conta em pauta fornece informação distinta: em que modalidades de dispêndio "final" é esse poder de compra utilizado. Portanto, a articulação nessa conta é estabelecida ao nível da circulação. Ou, por outra: não se trata de uma conta que discrimine

¹⁰⁸ Uma repartição desse tipo, apenas para as atividades urbanas, era objeto de registro em metodologia anterior a atual. O SCNB agora apresentando se abstrai inclusive dessa repartição parcial.

categorias de poder de compra retirado da produção, e sim, um registro de utilização de toda a renda - de acordo com rubricas extremamente agregadas - após os ajustes determinados, inclusive, pela atividade impositiva do Estado. De modo que a falta de informações relativas à repartição dita funcional da Renda implica a impossibilidade de serem quantificadas as apropriações por classes sociais e, também, as assim denominadas "produtividades" dos fatores de produção.

De outra parte, a inexistência desta mesma informação significa retirar do campo das possibilidades analíticas aquele tipo de análise "cruzada" que se constituiria num aspecto característico do SCN-1. Ou seja, torna-se impossível "jogar" as categorias de repartição "funcional" da Renda contra as categorias de "Demanda Final" e, estas, contra as categorias de "Valor Adicionado" (ou Produto) medidas ao nível de "setores de produção". Ainda, do ponto de vista do controle da informação estatística de caráter básico, a não apresentação das categorias de Renda significa a retirada de um dos pontos de apoio daquele controle. Isto é, torna-se impossível medir a Renda pela soma de remunerações, e com isto, obviamente, é também impossível perceber um erro sistemático na medida da Renda (pois não é quantificada) e mais difícil detectar um erro quicá sistemático na medida do Produto (pois, em tese, sobram apenas os gastos "finais" para serem confrontados com o Produto.¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Em tese porque, como se verificará mais adiante, no caso específico do Brasil nem este balanceamento pode ser realizado.

A realidade do SCNB entra em choque com a proposição do SCN-1, por outro lado, no que concerne às denominadas "Contas de Capital". Recordar-se-á que a proposta das Nações Unidas articulava, na Conta nº 3 e em sub-contas subsequentes, uma série de registros de fluxos financeiros ¹¹⁰. Ora, no Sistema de Contas Nacionais do Brasil a maior parte dessas informações articuladas não existe ¹¹¹. Em outras palavras, o SCNB possui apenas uma Conta Consolidada de Capital, e as categorias aí medidas articulam categorias de poupança e categorias de investimento. Isto significa uma falha importante na articulação apresentada porquanto, na prática, equivale à não consideração dos fluxos financeiros (exceção feita, obviamente, àqueles que são contrapartida dos fluxos reais) explicitamente articulados dentro do esquema. Vale dizer, tudo se passa como se o capital financeiro, por motivo de irrelevância, não necessitasse entrar na articulação. Ora, o que acontece na realidade é precisamente o contrário: o desenvolvimento econômico (em termos capitalistas ou socialistas), nos dias atuais, multiplicou as etapas de encadeamento da produção e, por isso mesmo, o financiamento da produção e da troca exige "canais" de maior fluidez e elasticidade. Essa preocupação com o funcionamento (ou com a natureza) do sistema financeiro se reflete, nos trabalhos posteriores a Keynes, por um lado naquela linha desenvolvida por Gurley e Shaw ¹¹² acerca de "intermediação financeira"; e, por

¹¹⁰ Cf. Anexo I

¹¹¹ Comparem-se as "Contas de Capital" dos Anexos I e II.

¹¹² Cf. Gurley, J.G. e Shaw, E.S. - "Financial Aspects of Economic Development", American Economic Review, Vol. XLV, setembro de 1955, pp. 515/538; dos mesmos autores, ainda: Money in a Theory of Finance, Washington, Brookings Institution, 1960.

outro lado, na linha adotada por uma série de teóricos, que visavam eliminar a denominada "dicotomia clássica". 113. E se manifesta, concretamente, no SCN-1 (articulação de fluxos financeiros, mesmo consolidados, nas contas "conciliação de capital") e inclusão de conta "monetária", à parte do sistema "standard", nas propostas para revisão do SCN-1 114.

Perecebe-se, pois, na articulação proposta no SCN-1, a preocupação de integrar no sistema, por algum modo, a consideração com fluxos financeiros. O que, de certa maneira, já faz colocar explicitamente em foco o problema teórico relacionado com a "canalização" da poupança para o investimento (ou transferência de recursos dos "poupadores" para os empresários "investidores").

Poder-se-iam fazer restrições, por um lado argumentando que no SCN-1 os fluxos financeiros são consolidados e, de outro lado e mais pertinentemente todavia, do ponto de vista dos critérios de classificação de entidades (critério esse que não realça o papel relevante, nesse sentido, jogado pelas "entidades" que, precisamente, se incumbem da intermediação financeira). No entanto, existe um registro numérico que não deixa de se constituir, pelo menos, numa aproximação quantitativa.

113 Cf., principalmente, Patinkin, D. - Money, Interest and Prices. 2ª ed. New York, Harper & Row, 1965, bem como o sumário produzido em Johnson, H. - Ensayos de economia monetaria. B. Aires, Amorrortu, 1972, 1ª parte. Cabe assinalar que se trata de abordagem inteiramente diferente daquela desenvolvida por Hilferding em termos marxistas, que enfocava o capital financeiro de um ponto de vista essencialmente distinto (Hilferding, R. - El Capital Financiero. Op.cit.)

114 Cf. Naciones Unidas - Un Sistema de Cuentas Nacionales, propuesta para la revision del SCN, 1952. Op. cit.

Contrariamente, o SCNB não possui registro algum de transferência de recursos financeiros (entendidos "strictu sensu") dentro da economia dita "nacional". A articulação desse sistema permite, apenas, constatar a formação de poupanças no interior das entidades constituintes da economia e medir, por outro lado, o investimento em termos "reais", ou "físicos", se preferido (isto é, em "Ativos fixos" e em "variação de estoques"), efetuado por duas das entidades.

Desta maneira, a articulação presente na Conta de Formação de Capital do SCNB é de um tipo que opõe categorias de "quem poupa quanto" a categorias de "quem investe quanto" (apenas em "Ativos fixos", por sinal, já que a "Variação de Estoques" é medida para a economia como um todo). Vale dizer, a articulação se interrompe justamente no ponto do encadeamento econômico em que se processa a ... "formação de capital", ou seja, naquela parte do ciclo reprodutivo do capital em que, após realizado o acréscimo de valor, o capital monetário/financeiro se metamorfoseia novamente em capital produtivo. Ou, em outro jargão, naquela parte em que a poupança, após gerada, se encaminha "via" intermediários financeiros àqueles que, da posse dos recursos, investem-nos na ampliação da capacidade produtiva.

A deficiência maior do SCNB, desse ponto de vista da acumulação (ou formação de capital) é que, no registro, existe uma separação, um afastamento ou interrupção no processo descrito acima. Separação esta, portanto, entre dois lados de um mesmo processo de acumulação (poupança e investimento). Isto é, tudo se passa como se, primeiro, ocorresse

a poupança das entidades; e, depois de gerada toda a poupança, se efetivasse o investimento. A falta de informação sobre fluxos financeiros deixa de esclarecer, pois, como a poupança se transforma em investimento e/ou, desde outro ponto de vista, investimentos (tomados aqui "latu senso") geram lucros (e poupança) no próprio processo de investir.

6.2. Vulnerabilidade na medida 115

2.2.1. - A medida do Produto Agrícola

A primeira limitação que se poderia assinalar na medida do Produto Agrícola, nos termos em que esse conceito agregado se apresenta no SCNB, já foi objeto de análise no item imediatamente anterior deste trabalho: reside no fato de que constitui tarefa impossível estabelecer medidas agregadas, no conjunto das atividades do "setor primário", a não ser pela ótica "Produção menos insumos".

115 Nesta parte da exposição, investigar-se-ão deficiências ou lacunas características do SCNB, basicamente do ponto de vista de métodos e cobertura. Queremos advertir, desde logo, que as considerações aqui contidas não devem ser interpretadas como crítica generalizada ao trabalho da Fundação Getúlio Vargas, entidade responsável pela apresentação do esquema. Bem ao contrário, as apreciações críticas apresentadas dizem respeito ao conjunto dos procedimentos, e é necessário enfatizar que o trabalho da Fundação Getúlio Vargas é considerado objetivamente à quantidade e à qualidade das fontes primárias disponíveis. Por outro lado, as considerações tecidas nesta parte da exposição baseiam-se na publicação "Contas Nacionais do Brasil", apresentada pelo Centro de Contas Nacionais, Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas, 1972. E, ao nível desta publicação, críticas podem ser formuladas pela falta de pormenores metodológicos ou mesmo desconexões ao longo do texto.

Outra limitação, de natureza não menos geral, porém da maior importância quanto à capacidade analítica do SCNB, está definida pelo próprio método de medir, tanto a Produção, como os insumos. Queremos nos referir à circunstância de que a medida do Valor Bruto da Produção, no "setor primário" (Agricultura, Pecuária, Extrativa Vegetal etc.), não estabelece distinção entre a parcela que se dirige a mercados e aquela que para ali não se destina. Vale dizer, a quantificação da produção agrícola se efetua mediante estimativas de valores globais e de acordo com o tipo de produção (esta ou aquela lavoura, ou horticultura etc.) e não assinala a parte dessa produção que se constitui em produção para auto-consumo. A adoção de semelhante procedimento implica abstração daquilo que, teóricamente, deveria ser a preocupação relevante. Em primeiro lugar, porque torna impossível perceber a influência dos fenômenos de mercado no montante da produção agrícola e, numa perspectiva dinâmica, impossibilita perceber as modificações dessa interação ao longo do tempo. Ou, se preferido, a metodologia em exame não permite verificar até que ponto os métodos capitalistas estão presentes na atividade agropecuária (e nem tão pouco a percepção do grau de uma possível penetração do capitalismo no campo, e em que ritmo). Ora, se é precisamente o grau de vinculação da atividade agropecuária aos mercados um dos indicadores do estágio de desenvolvimento econômico no setor, ou de outro modo, se o nível de desenvolvimento das forças produtivas no setor deve estar associado à divisão social do trabalho, à especialização na produção etc., que

estão, também, necessariamente vinculados a uma proporção crescente da produção agropecuária destinada aos mercados (ou à fase da circulação), então o desconhecimento dessa proporção faz com que a medida da produção misture produção capitalista com produção não-capitalista, produção para a troca com produção não-trocável, produção de valores de troca com produção de valores de uso. Nestas condições, a "misplaced aggregation" aqui salientada reproduz, no âmbito específico das atividades agropecuárias, aquela deficiência apontada na análise do lado do SCN-1 tomado como um todo: a não-consideração do aspecto social e historicamente condicionado do processo de produção.

De outra parte, a não-consideração da existência de uma "economia de subsistência" lado a lado com uma "economia de mercado", dentro do setor agropecuário (e, por isso mesmo, a não-percepção do predomínio paulatino - ou não - desta última sobre a primeira) deixa de lado, também, qualquer tipo de raciocínio do tipo "estritamento social" que se poderia tentar estabelecer sobre a base da medida de fatos econômicos. Caberia citar aqui, portanto as críticas (e, também, os esforços e proposições metodológicas) levantadas sobretudo por aqueles especialistas que procuraram estruturar um esquema do tipo SCN-1 em países sub-desenvolvidos ¹¹⁶.

Restaria fazer menção ao fato de que, do ponto de vista teórico keynesiano - e nunca será supérfluo lembrar a

¹¹⁶ Cf., sobretudo, O'Loughlin, C. - "El tratamiento de las transacciones no monetarias en las Cuentas Nacionales", e Steinhorsen, D.H., "Comentário (ao ensaio anterior)", in El Ingreso y la Riqueza, Op. cit., pp. 24/41 e 42/46.

associação entre o suporte keynesiano e a articulação dos Sistemas de Contas Nacionais — a "misplaced aggregation" na produção agropecuária (para venda no mercado e para "auto-consumo") configura importante distorção entre o teoricamente relevante e a quantificação empírica. Isto porque, para Keynes, interessava observar com absoluta predominância o problema crucial, nunca "economia capitalista desenvolvida", relacionado à insuficiência da Demanda Efetiva (vale dizer, daquela Demanda possuidora de expressão monetária)¹¹⁷. Ora, imputar uma "Renda" (não-monetária) a toda a produção agrícola de subsistência — principalmente naqueles países, como o Brasil, em que estas atividades devem possuir relativa importância no contexto geral — significa assumir um montante de Demanda Efetiva que não corresponde ao que se poderia verificar na realidade. Ou seja, o método utilizado no SCNB atua no sentido de ignorar a Renda Monetária, superestimar a Demanda Efetiva (e isto porque, no conceito de Demanda Final, não está explicitado o componente monetário), com reflexos sobre a estimativa de Consumo Pessoal e da Poupança e, sobretudo, sobre os parâmetros analíticos mais importantes: propensão a consumir e propensão a poupar.

Prosseguindo no raciocínio, impõe-se transcender considerações do tipo exposto linhas acima e procurar analisar a medida do Produto Agrícola deste outro lado. Vale dizer, fazendo abstração do fato de que a medida agrega produção para mercado e para auto-consumo, impõe-se analisar o próprio método de mensuração.

117 Raciocínio demonstrativo neste sentido foi incluído no Capítulo 5 do presente trabalho.

Em primeiro lugar, é necessário assinalar utilização de métodos distintos na própria medida do Produto Agrícola. E isto porque a medida do Valor Bruto da Produção é efetuada sempre que possível por um método direto, enquanto a estimativa do Consumo intermediário é feita sempre indiretamente. Ou seja, quando se trata de quantificar toda a produção agropecuária (ou, mais precisamente, do "setor" considerado "primário"); a alternativa consiste em procurar uma estimativa o mais próximo possível do universo, e a partir de fontes de informação diretamente relacionadas ao local da produção: informações sobre safras agrícolas prestadas pelos produtores, dados sobre variação de rebanhos obtidos pela informação levantada diretamente pelo Ministério da Agricultura, etc.. De outra parte, os gastos com insumos (Consumo Intermediário) são efetuados sempre de modo indireto, através de estimativas de apenas quatro grandes classes de gastos (adubos, sementes, defesa sanitária e custo de uso dos equipamentos), mediante percentuais obtidos em pesquisas realizadas periodicamente (1951-52, 1961-62 e 1967) e ajustados, inter-períodos, por procedimentos estatísticos¹¹⁸. Deste modo, o grau de cobertura na medida do Produto Agrícola é diferente, quando se comparam os métodos de mensuração do Valor Bruto da Produção e do Consumo Intermediário. E se a exatidão da medida é sempre menor nesse último caso, e isto naqueles anos em que se realizaram pesquisas, o ajustamento estatístico linear efetuado no intervalo de doze anos que separa as duas primeiras pesquisas tem implicações importantes quanto à

118 Cf. Fundação Getúlio Vargas, IBRE, Centro de Contas Nacionais, Contas Nacionais do Brasil, conceitos e metodologia, Rio de Janeiro, F.G.V., Serviço de Publicações, 1972, Parte 2, pp. 31/35.

precisão das cifras relativas ao Produto Agrícola ¹¹⁹.

No que concerne ao Produto ou Valor Agregado Industrial, poder-se-ia afirmar, como Suzigan ¹²⁰, que o método utilizado se apoia basicamente em proporções obtidas nos Censos, nos quais os graus de cobertura diferem. Para os de mais anos, as séries são movidas por índices, com todas as limitações que podem ser associadas ao uso de números índices. Isto significa "amarrar" as estimativas a preços correntes às estimativas do Produto Real. O que implica trazer para as estimativas a preços correntes, que deveriam ser objeto de cálculo anual, diretamente, aquelas distorções características da utilização de números índices (pesos, base dos índices, etc.), fato que confere à medida do Produto Industrial um caráter basicamente indireto (a não ser em anos censitários). De outra parte, a metodologia do SCNB, na parte relativa ao Setor Industrial, impossibilita a percepção da denominada "repartição funcional da Renda". Isto porque o lucro é obtido sempre por resíduo, como a diferença entre o Valor Adicionado e as demais categorias da "repartição funcional". Ou seja, não se mede a Renda, e sim o Valor Adicionado. E, como o lucro é obtido com resíduo das demais categorias de remuneração relativamente àquele total, o Valor Adicionado é sempre igual à Renda, e daí:

119 Os conceitos de exatidão e precisão na medida são aqui utilizados na acepção empregada por Austregésilo Spíndola (Cf. Spíndola, A. - Elementos de Estatística. Rio de Janeiro, ILPES/CEPAL/BNDE, mimeo, s/data, Cap. I, pp. 4/11).

120 Cf. Suzigan, W. - "Contas Nacionais do Brasil, Conceitos e Metodologia - Um Comentário". Op. cit. "passim", bem como esclarecimento posterior de Zerkowski, R. - "Contas Nacionais do Brasil - conceitos e metodologia". Op. cit. "passim".

- a) É impossível perceber a ocorrência de erros sistemáticos na medida de qualquer um dos componentes do Valor Adicionado (Produção, Insumos, números índices) ou das remunerações (salários, juros, etc.).
- b) É impossível afirmar, com segurança, que a "repartição funcional da renda" evolui desta ou daquela forma.

No que diz respeito ao denominado "Setor Terciário", realçaríamos o aspecto negativo que consiste na medida sempre indireta, no caso de "Transportes e Comunicações", apoiada basicamente em coeficientes obtidos no Censo de 1950, na dependência de todo o sub-setor "Outros Serviços" à taxa de crescimento demográfico, além da dependência dos números relativos a "Aluguéis" a valores de imposto predial possivelmente distorcidos em relação ao valor locativo real dos imóveis. No caso de "Outros Serviços", por exemplo, na hipótese de que dois Censos sucessivos hajam contribuído para superestimar a taxa de crescimento demográfico e na suposição de que o segundo dos Censos tenha errado para mais na medida da população, e ainda na suposição de que um terceiro Censo estabeleça medida mais precisa, ter-se-ia um crescimento (e, pois uma medida anual) superestimada no primeiro período inter-Censos e subestimada no segundo período.

Valeria ressaltar, ademais, que a medida de um único número para indicar todo o Consumo Pessoal pode ser acusada de "misplaced aggregation". Principalmente por não estabelecer uma primeira distinção entre "Consumo de bens du-

ráveis" e "Consumo de bens não-duráveis", de implicações analíticas facilmente perceptíveis. No caso do Brasil (como, aliás, em muitos outros países), o número que mede o Consumo Pessoal é obtido residualmente na Conta da Produção. Isto significa admitir que todos os erros cometidos nas medidas das restantes componentes dessa Conta se transmitem à magnitude do Consumo Pessoal. E não se pode aferir de que modo se compensam (ou não), ano a ano ¹²¹.

Daí afirmarmos ser inconsistente com a realidade pretender estabelecer uma "Função Consumo" para o Brasil, apoiada em magnitudes de Consumo Pessoal e Renda Disponível que não garantem a precisão suficiente para utilizar uma "propensão a consumir" digna de confiança para utilização como parâmetro fundamental em projeções macroeconômicas. Exemplificaremos com exercício relativamente recente na experiência de planejamento.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968 - 1970 estabeleceu projeções anuais com base em um modelo macroeconômico no qual sobressaíam três funções: a função da produção agregativa (do tipo Harrod-Domar), a função consumo e a "função-importações" ¹²². No que concerne à função consumo, afirma-se que:

¹²¹ Assinala Morgenstern que "... Verdadeiramente, o mundo seria mais milagroso do que e se a influência de um conjunto de erros anulasse a de outro, tão convenientemente que não nos necessitaríamos preocupar muito com o assunto em sua totalidade". (Cf. Morgenstern, O. - Sobre la exactitud de las observaciones económicas. Madrid, Tecnos, 1970, Cap. II, ítem 10, p. 58).

¹²² Cf. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970 (versão preliminar). M. Planejamento, junho de 1968, Vol. I, Cap. VI (Estrutura Macroeconômica), pp. VI-1 a VI-14, "et passim".

"Infelizmente não é fácil estabelecer para o Brasil, com base nas estatísticas disponíveis, uma função desse tipo. Os testes econométricos realizados conduziram a valôres bastante variáveis de propensão marginal a consumir conforme o critério que se adotasse, não havendo razões suficientes para se preferir uma metodologia a outra" ¹²³.

E, mais adiante:

"O resultado das estimações têm sido a variabilidade da propensão marginal a consumir numa faixa entre 0,7 e 0,85, aproximadamente" ¹²⁴.

Portanto, as estimativas econométricas para um parâmetro reputado como fundamental, apoiadas nas estatísticas agregadas de Consumo Pessoal e Renda Disponível, caracterizam discrepância no primeiro algarismo significativo!

Não é por outra razão que Morgenstern, raciocinando com base em exemplos de Sistemas de Contas montados naqueles países em que as fontes primárias são reconhecidamente mais precisas, tais como Estados Unidos e Inglaterra, adverte para o fato de que estudo de Kuznets para os Estados Unidos indica a razoabilidade de margem de erro de 10% (para mais ou para menos) na medida da Renda Nacional, e que se trata de

"... una clase de estadísticas económicas que son de amplio uso y empleadas para los más diversos

¹²³ Loc.cit., p. VI-8 (sublinhado por nós).

¹²⁴ Loc. cit., p. VI-10 (sublinhado por nós).

propósitos. La casi religiosa atención prestada al producto nacional bruto ... llevaría a uno a esperar que las críticas serían rechazadas duramente. No ha sido éste el caso. Los libros de texto sobre la renta nacional y la macroeconomía demuestran poca o ninguna evidencia del conocimiento de estas dificultades y limitaciones. Los periódicos dedicados al comercio siguen aceptando sin discriminación el valor de las estadísticas y no parecen ser conscientes de sus severas limitaciones. Esta es una situación completamente insatisfactoria" 125.

Se é necessário reconhecer maior possibilidade de erro nas estimativas de Renda (e Consumo, etc.) no Brasil, relativamente aos Estados Unidos, não nos parece absurdo insinuar margem de erro quiçá na casa dos 20 por cento. Caso confirmada a hipótese, seria muito difícil aceitar variação na propensão a consumir, relação capital-produto, etc. a partir do segundo algarismo significativo. E seria arriscado efetuar julgamentos sobre taxas de crescimento em que as modificações se verificassem a partir do segundo algarismo (ou, quiçá, do primeiro).

Nestas condições a derradeira crítica que estabelecemos com relação ao SCNB é a não indicação da magnitude do erro implícita nos métodos adotados, indicação esta que ajudaria o usuário a encarar mais realísticamente as cifras apresentadas e a não estabelecer erro de raciocínio analítico com base naquelas cifras. Adotando como nossas as palavras de Morgenstern:

125 Cf. Morgenstern, O. - Op. cit., p. 229.

"Tal vez el mayor paso hacia adelante que puede darse, e incluso a corto plazo, es insistir en que las estadísticas económicas solamente se deberían publicar junto con una estimación de su error. Aunque sólo se estimara toscamente, esto produciría un efecto saludable. Los que hacen y los que usan las estadísticas económicas deben abstenerse de hacer peticiones y demandas que no puedan apoyarse científicamente. La publicación de las estimaciones del error tendría una profunda influencia sobre toda la situación"¹²⁶.

126 Cf. Morgenstern, O. - Op. cit., p. 271.

III - C O N C L U S Õ E S

Propusemo-nos, aqui neste trabalho, examinar criticamente o conteúdo analítico dos esquemas articulados que se apresentassem nos assim denominados Sistemas de Contas Nacionais, tais como propostos pelas Nações Unidas, em 1952. Julgamos necessário iniciar o trabalho com uma parte de Apresentação em que objetivamos situar historicamente a evolução dos métodos cristalizados no SCN-1, descrever o tipo de articulação nele contido, bem como especular de um modo geral sobre o tipo de raciocínio analítico usualmente empregado com base nesses esquemas.

Na parte de Crítica, iniciamos a análise desde um ponto de vista "externo" ao SCN-1. Isto é, preocupamo-nos inicialmente com um exame mais cuidadoso de conceitos que fornecem suporte teórico ao próprio Sistema: os conceitos de produção, de capital e de agentes da produção. Seria evidentemente ocioso repetir aqui as linhas gerais do nosso raciocínio, assim como realinhar as sucessivas afirmativas constantes do texto. No entanto, reputamos conveniente salientar o que nos parece mais importante, como aspecto conclusivo, no bojo da análise empreendida.

No que concerne ao conceito de produção, sublinharemos que se trata, por um lado, da medida de uma parcela apenas da produção econômica: aquela que passa a uma das esferas da circulação sendo objeto de categorias de gastos finais. O conceito se limita pois à fase da circulação e não

leva em conta especificidades da própria maneira de produzir. A associação Produto-Gastos Finais utiliza categorias a-históricas e pode ser reconstituída para qualquer tipo de sociedade, sobretudo as mercantis (pelo registro quantitativo das trocas). Por outro lado, a associação Produto-Renda (também a-histórica) faz desaparecer do terreno analítico o significado do capital constante como base sobre a qual o trabalho vivo acrescenta valor, no mesmo passo em que se associa a "produção final" — que inclui o valor que se transfere à produção, a "remunerações" efetuadas no período de registro. Daí a perda de perspectiva relativamente a categorias como "composição orgânica do capital", "taxa de lucro", etc. Se estas categorias possuem poder analítico, terão que ser obtidas fora do SCN-1.

Ainda, a utilização e articulação daquelas categorias a-históricas leva o analista a associar mecanicamente certas modalidades de "gastos finais" com o Produto (ou a Renda), sem levar em conta possíveis relacionamentos internos no processo social de produção. É, na imagem de Tsuru, a comparação entre fluxos que entram e saem de uma torneira, sem que se preste atenção ao funcionamento da própria torneira: ocasional entupimento não pode ser diagnosticado.

Concluimos ainda pela atribuição de conteúdo ideológico não desprezível ao SCN-1. Montado para a representação de fluxos oriundos da produção capitalista moderna, o caráter a-histórico da articulação faz referir todas as situações relativas a distintas "economias nacionais", quaisquer sejam suas próprias características de produção, àquelas socie—

des capitalistas. Endossa o SCN-1, pois, esse sistema, e, como afirma Delaunay, procura representar produção para o mercado em produção do próprio mercado. Além do mais, a imprecisão quanto ao conceito de Produção faz incluir, na medida, inclusive produção que não se dirige a mercados, nestas circunstâncias contribuindo para embaralhar a percepção de problemas ligados à produção (e realização) capitalistas com problemas subjetivos ligados a situações de "bem-estar" social (quando a não produção de um desempregado se procura imputar uma "produção").

No que diz respeito ao conceito de capital, afirmamos que o SCN-1 retira desta categoria o seu caráter de relação social, historicamente determinada. Misturando formas de transformação do capital com atributos perenes destas formas, atribuem-se poderes produtivos a coisas visando justificar o lucro do capital à sua produtividade marginal. Com isto, também o conceito de "capital", a-histórico, pode ser encontrado até mesmo em sociedades não-capitalistas, o que por esse lado confirma o conteúdo ideológico do SCN-1 aludido no parágrafo anterior. Além do mais, esta imprecisão quanto ao conceito de capital produz reflexos inevitáveis no conceito de acumulação de capital, denominado investimento. Este último conceito se separa então, num sistema capitalista, da figura do capitalista. E despesas com estradas, hospitais, residências particulares, etc. passam a ser consideradas acumulação de capital. No limite, até as pessoas humanas em si passam a ser consideradas "capital" e esta imprecisão, endossada no SCN-1, por extensão pode considerar seres humanos até mesmo como bens de consumo (mulheres-geladeiras).

Esse mesmo tipo de crítica, quando levado ao conceito de agentes da produção, permite verificar o caráter forçado da classificação dicotômica "empresas-famílias". Aqui, a supressão de classes sociais no interior do conjunto "famílias" permite levar a uma especial visão de harmonia: a produção "física", engendrada no interior das "empresas", por todos as "famílias", é algo que interessa (enquanto fonte de "renda") a todas as famílias. Ganha aqui suporte a "teoria do bolo" e o interesse solidário de todas as classes sociais a aspectos técnicos da produção que, hipoteticamente, permitiriam aumentar o "bolo social".

Na parte denominada Crítica Interna ao SCN-1, afirmamos que a articulação possível no interior do esquema, opondo principalmente categorias de "gastos finais" ao Produto (ou Renda) pode deixar fora de consideração aspectos analíticos de especial importância. Assim é que o uso das categorias "propensão a consumir", "taxa de investimento", "relação capital-produto", etc. envolve sempre o risco de incorrer em "misplaced aggregation" (no sentido de misturar ou deixar de fora da agregação conceitos relevantes) associada a "illegitimate isolation" (no sentido de associar dois conceitos que se não resolvem exclusivamente um no outro), em relações de funcionalidade cujos aspectos críticos, nesse sentido, haviam sido enfatizados por Myrdal e Streeten no contexto do Sudeste asiático.

Criticamos ainda o SCN-1, desde o ponto de vista da sua articulação interna, por deixar de lado aspectos que deveriam ser considerados essenciais: categorias diferenciadas de Oferta, fenômenos monetários e financeiros e situações que

U não de curto-prazo. Finalmente, afirmamos que as articulações do tipo SCN-1, por se limitarem a contextos nacionais, não possuem condição de detectar problemática da mais alta importância teórica (e política) nos dias que correm: o fato de que uma contradição que se apresenta sempre com mais força é a que opõe o poder de decisão nacional e o poder de decisão do oligopólio internacional, fato que, como já sublinhou Hicks (e, mais recentemente Celso Furtado), debilita sobremaneira o alcance da política econômica (sobretudo monetária) levada a cabo por Governos nacionais.

No que respeita ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil, assinalamos que o trabalho árduo que se concretizou na montagem do esquema articulado não encontrou condições de impedir a não inclusão de categorias que, do ponto de vista da proposição das Nações Unidas, possuem relevância especial: categorias de repartição funcional da Renda, de fluxos financeiros líquidos em "contas de capital". Por outro lado, o SCNB é ainda, nos dias de hoje, extremamente dependente das medidas censitárias decenais, e a inter e extrapolação dos dados de Censos limitam o alcance de séries anuais, mais expostas a influências de natureza cíclica. Além do que, as características de exatidão e precisão de informações primárias limitam por seu turno conclusões que se pretendam tirar em termos de tendência "inter-Censos" e em termos de articulação entre "agregados".

Por tudo isso, concluímos finalmente que os Sistemas de Contas Nacionais constituem um indicador quantitativo que deve ser apreciado de modo muito geral, que delinea em linhas muito largas a evolução, no tempo, de uma parcela da produção econômica do país e que, maxime em países como o Brasil, carecem de precisão suficiente para garantir mais do que a tendência dessa evolução.

B I B L I O G R A F I A

- ACKLEY, G. - Teoría Macroeconómica. 1ª ed. México, UTEHA, 1967.
- BACHA, E. L. - "Algumas dificuldades de interpretação dos dados sobre a indústria de transformação nas Contas Nacionais". Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.1, nº 2, dezembro de 1971.
- BALBOA, M. - Contabilidad Social. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT, mimeo, 1961.
- BARAN, P. - La Planificación en los países capitalistas avanzados. Santiago de Chile, ILPES, mimeo, 1965.
- BARRE, R. - Économie Politique. 3ª ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1959.
- BLAUG, M. - La Teoría Económica Actual, Examen de sus grandes Doctrinas. Barcelona, Editorial Luís Miracle, 1968.
- BRAUN, O. - "Introdução" a Braun, O. (org.) - Teoría del Capital y la Distribución. Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporaneo, 1973.
- CAVALCANTI, C.V. - "Uma avaliação das estimativas de renda e produto no Brasil". Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 2, nº 2, dezembro de 1972.
- DELAUNAY, J.-C. - Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale. Paris, Editions Sociales, 1971.
- DERNBURG, T. F. e Mc Dougall, D. M. - Macroeconomia. 3ª ed., São Paulo, Mestre Jou, 1971.
- EKKER, M. H. - La Contabilidad del Ingreso Nacional, Un Curso Introductorio. Mexico, Banco de México, s/data.
- FIGUEIREDO, F.O. - Introdução à Contabilidade Nacional. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1973.

- FRIEDMAN, M. - "The Quantity Theory of Money: a Restatement", in Friedman, M. (ed.) - Studies in the Quantity Theory of Money. Chicago, Chicago University Press, 1956.
- FRIEDMAN, M. - "Money: Quantity Theory", in International Encyclopedia of the Social Sciences. Free Press, 1968.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 1, nº 2, dezembro de 1947.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 2, nº 1, março de 1948.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 5, nº 3, setembro de 1951.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 6, nº 4, dezembro de 1952.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 7, nº 1, março de 1953.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 7, nº 4, dezembro de 1953.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Revista Brasileira de Economia, ano 8, nº 4, dezembro de 1954.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, IBRE, CCN - Contas Nacionais do Brasil, conceitos e metodologia. Rio de Janeiro, F.G.V., Serviço de Publicações, 1972.
- FURTADO, C. - O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- GURLEY, J.G. e SHAW, E.S. - "Financial Aspects of Economic Development", American Economic Review, vol. XLV, setembro de 1955.
- GURLEY, J.G. e SHAW, E.S. - Money in a Theory of Finance. Washington, Brookings Institution, 1960.
- HARROD, R. - "Retrospecto sobre Keynes" (1963)", in LEKACHMAN, R. (Coord.) - Teoria Geral de Keynes, Trinta anos de Debates. São Paulo, IBRASA, 1968.
- HICKS, J.R. - Ensayos Críticos sobre Teoría Monetária. Barcelona, Ariel, 1970.

- HILFERDING, R. - El Capital Financiero. Madrid, Tecnos, 1963.
- JOHANSEN, L. - "The Role of the Banking System in a Macroeconomic Model", in WALTERS, A.A. (ed.) - Money & Banking. Bungway, Penguin Books, 1973.
- JOHNSON, H. - Ensayos de Economia Monetaria. Buenos Aires, Amorrortu, 1972.
- KEYNES, J.M. - Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. 1ª ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- KEYNES, J.M. - "Les effets sociaux des fluctuations de la valeur de la monnaie", in Essais sur la Monnaie et l'Economie, les cris de Cassandre. Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1971.
- KUZNETS, S. - National Income and its Composition. New York, National Bureau of Economic Research, 1941.
- KUZNETS, S. - Aspectos quantitativos do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Forense, 1970.
- KUZNETS, S. - Teoria do Crescimento Econômico Moderno. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- LENIN, V.I. - El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. 3ª ed. Buenos Aires, Ediciones Estudio, 1973.
- LUXEMBURG, R. - A Acumulação de Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- MAGALHÃES, J.P.A. - El Mercado y el Problema del Desarrollo. Washington, CIAP/OEA, 1971.
- MARX, K. - O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. Livro 2, Vol. III.
- MARX, K. - Contribución a la Crítica de la Economía Política. 3ª ed. Buenos Aires, Ediciones Estudio, 1973.
- MEEK, R.L. - Economia e Ideologia, o Desenvolvimento do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- MEEK, R.L. - "The Marginal Revolution and its Aftermath", in HUNT, E.K. e SCHWARTZ, J.G. (Ed.) - A Critique of Economic Theory. Bungway, Penguin Books, 1973.

- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970 (versão preliminar). Ministério do Planejamento, junho de 1968, vol. I.
- MORGENSTERN, O. - Sobre la exactitud de las observaciones económicas. Madrid, Tecnos, 1970.
- NACIONES UNIDAS - Un Sistema de Cuentas Nacionales, propuesta para la Revisión del SCN, 1952. E/CN. 3/320. Nações Unidas, Comissão de Estatística, mimeo, 1965.
- NACIONES UNIDAS - Proyecto de informe. ST/ECLA/Conf. 22/L.5 Santiago de Chile, CEPAL/DOAT/Oficina de Estadística, mimeo, 1965.
- NACIONES UNIDAS - Adaptación de las propuestas de revisión del SCN para los países de América Latina. ST/ECLA/Conf. 22/L.2. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT/Oficina de Estadística, mimeo, 1965.
- NACIONES UNIDAS - Un sistema de cuentas Nacionales y correspondientes Cuadros Estadísticos, Estudios de Métodos. Série F, nº 2. New York, Nações Unidas, 1952.
- NUTI, D.M. - "Vulgar Economy in the Theory of Income Distribution", in HUNT, E. K. e SCHWARTZ, J.G. (ed.) - A Critique of Economic Theory. Bungway, Penguin Books, 1973.
- O'LOUGHLIN, C. - "El tratamiento de las transacciones no monetárias en las Cuentas Nacionales", in Asociación Internacional para la Investigación del Ingreso y la Riqueza. El Ingreso y la Riqueza. México, Fondo de Cultura Económica, 1963.
- PATINKIN, D. - Money, Interest and Prices. 2ª ed. New York, Harper & Row, 1965.
- PIETRANERA, G. - "La estructura logica del 'Capital'", in DOBB, M. e outros - Estudios sobre El Capital. Editora Signos, s/data.
- PINTO, A. - Curso de Programación. Rio de Janeiro, CEPAL/DOAT/BNDE. Mimeo, 1962.
- POWELSON, J. P. - Ingreso Nacional y Corriente de Fondos; Conceptos, Contabilidad y Análisis. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1963.

- ROBINSON, J. - "Kalecki and Keynes", in Problems of Economic Dynamics and Planning, Essays in honour of Michel Kalecki. Varsóvia, PWN, 1964.
- ROBINSON, J. - Economic Philosophy. Bungway, Penguin Books, 1970.
- ROBINSON, J. - Héresies Économiques, Essais sur quelques problèmes démodés de théorie économique. Paris, Calmann-Lévy, 1972.
- ROBINSON, J. - "Capital theory up to date", in HUNT, E.K. e SCHWARTZ, J.G. - A Critique of Economic Theory. Bungway, Penguin Books, 1973.
- SHAPIRO, E. - Análise Macroeconômica. 1ª ed. São Paulo, Atlas 1972.
- SIRAGELDIN, I.A.H. - Non Market Components of National Income. An Arbor, Institute for Social Research. The University of Michigan, Survey Research Center, s/data.
- SMITH, A. - The Wealth of Nations. Bungway, Penguin Books, 1970.
- SPÍNDOLA, A.G. - Elementos de Estatística. Rio de Janeiro, ILPES/CEPAL/BNDE, mimeo, s/data.
- STEINDL, J. - Maturity and Stagnation in the American Economy. Oxford, Blackwell, 1952.
- STEINTHORSEN, D.H. - "Comentário", in Asociación Internacional para la Investigación del Ingreso y la Riqueza. El Ingreso y la Riqueza. México, Fondo de Cultura Económica, 1963.
- STONE, R. e G. - Sistemas de Contabilidade Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- STREETEN, P. - "Economic Models and their usefulness for Planning in South Asia", in MYRDAL, G. - Asian Drama, An Inquiry into the Poverty of Nations. 3ª ed. New York, Pantheon, 1968, vol. III.
- STUVEL, G. - Sistemas de Contabilidade Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

- SUZIGAN, W. - "Contas Nacionais do Brasil, conceitos e metodologia". Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.3, nº 2, junho de 1973.
- SWEEZY, P.M. - Teoria do Desenvolvimento Capitalista. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- SWEEZY, P.M. - "John Maynard Keynes (1946)", in LEKACHMAN, R. (Coord.) - Teoria Geral de Keynes, Trinta Anos de Debates. São Paulo, IBRASA, 1968.
- TAVARES, Maria da Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TAVARES, M.C. e SERRA, J. - "Além da estagnação". In TAVARES, Maria da Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TINBERGEN, J. - Economic Policy: Principles and Design. Amsterdam, North Holland Publishing Co., 1956.
- TSURU, S. - "Keynes 'versus' Marx : A Metodologia dos Agregados", in HOROWITZ, D. (org.) - A Economia Moderna e o Marxismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VUSKOVIC, P. - Contabilidad Nacional. Santiago de Chile, CEPAL/DOAT, mimeo, 1967.
- YANOVSKY, M. - Anatomy of Social Accounting Systems. Gillingham, Chapman and Hall, 1969.
- ZERKOWSKI, R. M. - "Contas Nacionais do Brasil - conceitos e metodologia". Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 4, nº 1, fevereiro de 1974.

ANEXOS I e II

ANEXO I: Sistema de Contas Nacionais, Contas "Standard", proposto pelas Nações Unidas em 1952
(SCN-1) [#]

Cuenta 1. Producto Interno

1.1. Producto interno bruto al costo de factores (2.9)	1.4. Gastos de consumo privado (4.1)
1.2. Impuestos indirectos (5.7)	1.5. Gastos de consumo del gobierno general(5.1)
1.3. <u>Menos</u> subvenciones — (5.2)	1.6. Formación interna bruta de capital fijo (3.1)
	1.7. Aumento de las existencias (3.2)
	1.8. Exportaciones de bienes y servicios(6.1)
	Gastos dedicados al producto interno bruto y las importaciones
	1.9. <u>Menos</u> importaciones de bienes y servicios — (6.3)
Producto interno bruto a precios de mercado	Gastos dedicados al producto interno bruto

[#] Fonte: Nações Unidas - Un Sistema de Cuentas Nacionales y Correspondientes Cuadros Estadísticos.
Estudios de Métodos, Série F, nº 2. Op. Cit.,
 pp. 9/14.

Cuenta 2. Ingreso Nacional

2.1. Remuneración de los asalariados (4.5)	2.9. Producto interno bruto al costo de factores (1.1)
2.2. Ingreso de las granjas, profesiones liberales y demás empresas no constituidas en sociedades de capital (4.6)	2.10. Ingresos netos por factores de producción recibidos del resto del mundo (6.2)
2.3. Ingreso procedente de la propiedad (4.7)	2.11. <u>Menos</u> asignaciones para el consumo de capital fijo — (3.3)
2.4. Ahorro de las sociedades de capital (3.4)	
2.5. Impuestos directos sobre las sociedades de capital (5.8)	
2.6. Ingreso del Gobierno general procedente de sus propiedades y empresas (5.5)	
2.7. <u>Menos</u> intereses de la deuda pública — (5.6)	
2.8. <u>Menos</u> intereses de las deudas de los consumidores — (4.8)	
Ingreso Nacional	Producto nacional neto al costo de factores

Cuenta 3. Formación interna de capital

3.1. Formación interna bruta de capital fijo (1.6)	3.3. Asignaciones para el consumo de capital fijo (2.11)
3.2. Aumento de las existencias (1.7)	3.4. Ahorro de las sociedades de capital (2.4)
	3.5. Transferencias netas de capital de las unidades familiares e instituciones privadas sin fines de lucro (4.11)
	3.6. Transferencias netas de capital del Gobierno general (5.11)
	3.7. Transferencias internacionales netas recibidas por las sociedades de capital (6.6)
	3.8. Préstamos netos recibidos por las sociedades de capital — (4.14 + 5.15 + 6.9)
Formación interna bruta de capital	Financiamiento de la formación interna bruta de capital

Cuenta 4. Unidades familiares e instituciones
privadas sin fines de lucro

Cuenta corriente	
4.1. Gastos de consumo <u>privado</u> (1.4)	4.5. Remuneraciones de los asalariados (2.1)
4.2. Impuestos directos (5.9)	4.6. Ingreso de las granjas, profesionales liberales y demás empresas no constituidas en sociedad de capital (2.2)
4.3. Otras transferencias corrientes al Gobierno general (5.10)	4.7. Ingreso procedente de la propiedad (2.3)
4.4. Ahorro (4.12)	4.8. <u>Menos</u> intereses de las deudas de los consumidores (2.8)
	4.9. Transferencias corrientes del Gobierno general (5.3)
Utilización del ingreso corriente	Ingreso de las unidades familiares e instituciones privadas sin fines de lucro
Cuenta "Conciliación de capital"	
4.10. Transferencias netas de capital al Gobierno general (5.13)	4.12. Ahorro (4.4)
4.11. Transferencias netas de capital a la formación interna de capital (3.5)	4.13. Transferencias internacionales netas recibidas (6.7)
	4.14. Préstamos netos recibidos — (3.8 + 5.15 + 6.9)
Desembolsos	Entradas

Cuenta 5. Gobierno general

Cuenta corriente	
5.1. Gastos de consumo (1.5)	5.5. Ingresos procedentes de propiedades y empresas públicas (2.6)
5.2. Subvenciones (1.3)	5.6. <u>Menos</u> intereses de la deuda publica (2.7)
5.3. Transferencias corri- entes a las unidades familiares (4.9)	5.7. Impuestos indirectos(1.2)
5.4. Ahorro (5.12)	5.8. Impuestos directos sobre las sociedades de capi- tal (2.5)
	5.9. Impuestos directos sobre las unidades familiares
	5.10. Otras transferencias co- rrientes de las unidades familiares (4.3)
Utilización de las rentas corrientes	Rentas corrientes
Cuenta "conciliación de capital"	
5.11. Transferencias netas de capital a la for- mación interna de ca- pital (3.6)	5.12. Ahorro (5.4)
	5.13. Transferencias netas de capital de las unidades familiares (4.10)
	5.14. Transferencias interna- cionales netas reci- das (6.8)
	5.15. Préstamos netos reci- dos — (3.8 + 4.14 + 6.9)
Desembolsos	Entradas

Cuenta 6. Transacciones con el exterior (cuenta del resto del mundo)

Cuenta corriente	
6.1. Exportaciones de bienes y servicios(1.8)	6.3. Importaciones de bienes y servicios (1.9)
6.2. Ingresos netos por factores de producción pagados a la nación (2.10)	6.4. Superávit de la nación en cuenta corriente(6.5)
Entradas corrientes procedentes del exterior	Utilización de las entradas corrientes procedentes del <u>ex</u> terior
Cuenta "conciliación de capital"	
6.5. Superávit de la nación en cuenta corriente (6.4)	6.9. Préstamos netos al resto del mundo — (3.8 ÷ 4.14 ÷ 6.9)
6.6. Transferencias internacionales netas a las sociedades de capital (3.7)	
6.7. Transferencias internacionales netas a las unidades familiares (4.13)	
6.8. Transferencias internacionales netas al Gobierno general (5.14)	
Entradas	Desembolsos

ANEXO II : Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCNB) *

I - Conta de produção

Débito	Crédito
1.1. Produto Interno Líquido (Custo de fatores)(2.6)	1.6. Consumo pessoal (2.1)
1. Produto do setor primário	1.7. Consumo do governo(3.1)
2. Produto do setor secundário	1.8. Formação bruta de capital fixo (4.1)
3. Produto do setor terciário	1. Governo
	2. Setor privado
1.2. Impostos indiretos(3.5)	1.9. Variação de estoques (4.2)
1.3. Subsídios (3.2)	1.10. Exportação de mercadorias e serviços (5.1)
1.4. Depreciação do capital fixo (4.4)	
1.5. Importação de mercadorias e serviços(5.3)	
Total da oferta de bens e serviços	Total da procura de bens e serviços

* Fonte: Fundação Getúlio Vargas, IBRE - Contas Nacionais do Brasil. Op. cit., pp. 6/7.

II - Conta de apropriação

Débito	Crédito
2.1. Consumo pessoal(1.6)	2.6. Renda interna(1.1)
2.2. Impostos diretos (3.6)	1. Setor urbano
2.3. Renda líquida enviada ao exterior(5.4)	2. Setor agrícola
2.4. Outras receitas cor- rentes do Governo (3.7)	2.7. Transferencias(3.3)
2.5. Poupança líquida do setor privado(4.3)	
Total da despesa	Total da receita

III - Conta corrente do Governo

Débito	Crédito
3.1. Consumo do governo (1.7)	3.5. Impostos indiretos (1.2)
3.2. Subsídios (1.3)	3.6. Impostos diretos (2.2)
3.3. Transferências(2.7)	
3.4. Poupança (4.5)	3.7. Outras receitas cor- rentes (2.4)
Total da despesa	Total da receita

IV - Conta consolidada de capital

Débito	Crédito
4.1. Formação bruta de <u>ca</u> pital fixo (1.8)	4.3. Poupança líquida do setor privado(2.5)
	4.4. Depreciação do capi tal fixo (1.4)
	4.5. Poupança do governo (3.4)
4.2. Variação de estoques (1.9)	4.6. Deficit do balanço de pagamento em con- ta-corrente (5.2)
Total da formação de capi tal	Total dos recursos para formação de capital

V - Conta das transações com o exterior

Débito	Crédito
5.1. Exportação de mercadorias e serviços (1.10)	5.3. Importação de mercadorias e serviços (1.5)
5.2. Saldo do balanço de pagamento em conta— corrente (4.6)	5.4. Renda líquida enviada para o exterior (2.3)
Total de recebimentos	Total de pagamentos